

PCP

## O adeus a Alda Nogueira

Pág. 9



# Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 12 de Março de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1267 • Director: Carlos Brito

# NOVO FÔLEGO

EM FOCO

## Construção da alternativa

A construção da alternativa é um processo complexo, demorado e exigente. No horizonte político em que nos movemos, das próximas eleições europeias e legislativas, o tempo já é relativamente escasso.

■ João Amaral

Pág. 19

## Brasil Sociedade Anónima

O palavrório sobre as qualidades do Estado Mínimo, as novas tecnologias, a modernização da sociedade, não conseguem encobrir o abandono da ética e do sentido patriótico.

■ Zillah Branco

Pág. 23

## Petróleo

## O pico de Hubbert e o esgotamento anunciado

■ Jorge Figueiredo

Pág. 24

## 8 de Março

## A igualdade constrói-se nas lutas pela felicidade

Págs. 20 e 21



**Carlos Carvalhas no comício de Lisboa** — «Aqui estamos para dar novo fôlego à intervenção do nosso Partido como partido de luta e partido de projecto.»

Págs. 5, 6 e 7

No Brasil

## Morte de pobre não é notícia

Entrevista com o jornalista brasileiro Caco Barcellos

■ Noélia Oliveira

Centrais



Editorial **Cá estamos**

# Cá estamos

**O** Pavilhão Carlos Lopes foi, mais uma vez, ponto de encontro de milhares de militantes e simpatizantes comunistas, que ali comemoraram o 77º Aniversário do PCP. Diga-se desde já que, mais uma vez também, a generalidade dos órgãos da comunicação social dominante cumpriu o seu papel: nuns casos deram ao Comício-Festa do PCP meia dúzia ou algumas dúzias de linhas depreciativas com fotografias ou imagens a condizer; noutros casos primaram, pura e simplesmente, pelo silenciamento total – atitudes que lhes permitem, especialmente a estes últimos, continuar a dizer que o PCP não existe, morreu, acabou. Acontece que a realidade, incontornável, desmente-os todos os dias. E assim aconteceu no Comício do passado sábado.

O Pavilhão estava cheio: de confiança, de entusiasmo, de determinação, de homens, mulheres e jovens conscientes de que o PCP, cumprindo o seu papel, assumindo plenamente as suas responsabilidades e o seu compromisso com a classe operária, com os trabalhadores, com o povo, com o país, “não baixará os braços” nem descansará no estímulo e no apoio às lutas dos trabalhadores em geral, dos jovens, das mulheres, dos agricultores, dos reformados e pensionistas, dos deficientes; “não baixará os braços” nem calará a sua voz na denúncia e no combate à política de direita levada a cabo pelo Governo do PS, na denúncia e no combate “ao leilão das empresas públicas, ao desemprego, ao trabalho sem direitos e aos baixos salários”; “não baixará os braços” nem calará a sua voz no combate, na denúncia e no alerta ao povo português sobre as consequências futuras da adopção do Euro: “novos sacrifícios, despedimentos, liquidação de direitos e diminuição de salários”, para além de constituir nova e violenta machadada na soberania nacional.

**O** Pavilhão Carlos Lopes estava cheio de homens, mulheres e jovens, conscientes da situação que vivemos, conscientes do “quadro contraditório de dificuldades e perigos para os trabalhadores e os seus direitos e para outros sectores e camadas mais desfavorecidas”, conscientes dos obstáculos, das dificuldades, dos perigos que hoje se colocam a todos os que ousam bater-se pelos seus direitos e, por isso mesmo, conscientes “das possibilidades e potencialidades (...) de desenvolvimento da acção, do protesto e da luta” – como sublinhou Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, na intervenção que produziu.

**P**or isso, mais do que o eco das lutas em desenvolvimento por todo o País, foram as próprias lutas que ali estiveram, representadas pelos milhares de militantes de um Partido com o qual os trabalhadores portugueses sabem que podem contar em todos os momentos e em todas as situações, hoje como ontem como amanhã. Por isso, ali se comemorou condescendentemente “a conquista das 40 horas com descanso ao sábado e da pausa de meia hora” obtida após 15 meses de luta difícil, tenaz, persistente, corajosa e estilizando “o com-

promisso férreo que existia entre o grande capital da têxtil e o governo”. Por isso, ali se valorizou adequadamente a importância e o significado das lutas nos Cabos Ávila, na Carris e nos Rodoviários, na Gás de Portugal, na Indelma, na Ford Electrónica, na Administração Pública, na Banca, no Sector Ferroviário, na ex-Renault – Sodina, na Construção Civil. Por isso: porque eram lutadores a comemorar as suas lutas e a manifestar a sua disposição de as continuar, de as intensificar, de lhes dar mais força e maior amplitude e sabendo que o fazem num quadro de enormes dificuldades, pressões, repressões e chantagens mas sabendo também que, mesmo assim e por isso mesmo, é preciso lutar e vale a pena lutar. E sabendo igualmente que o êxito desse seu objectivo será tanto mais possível quanto mais forte for o Partido, quanto maior for a sua capacidade de intervenção, quanto

mais estreita e sólida for a sua ligação às massas. Porque é aí que nascem as fontes essenciais da força do Partido e a possibilidade de ele reforçar a sua expressão social, eleitoral e política. Porque é aí, igualmente, que nascem, se desenvolvem e crescem as possibilidades de dar resposta positiva a todos os portugueses e portuguesas que aspiram a uma mudança de política, a todos os portugueses e portuguesas que lutam contra a política de direita e por uma alternativa progressista e de esquerda à actual situação.

Porque é aí, ainda, que se situa a linha essencial de defesa da democracia e dos valores nascidos da Revolução de Abril é permanentemente postos em causa e ameaçados pela política de direita – seja ela executada pelo PSD ou pelo PS.

**É** nesta perspectiva que – como acentuou Carlos Carvalhas – “se enquadra o vasto movimento em curso de reflexão e de debate, de tomada de decisões e de adopção de medidas” visando dar um novo impulso na organização, na intervenção e na afirmação política do Partido.

Nesse sentido, as Comemorações do 77º Aniversário do PCP confirmam as reais possibilidades de alcançarmos o objectivo definido. Com efeito, a confiança, o entusiasmo, a determinação com que milhares e milhares de homens, mulheres e jovens comunistas comemoraram, por todo o País, o 77º Aniversário do Partido, constitui a mais sólida garantia, a mais firme certeza de que, no futuro, como afirmou o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, “continuaremos, como ao longo destes 77 anos, a levantar as bandeiras do progresso social, da Paz, do fim da exploração e da opressão do homem pelo homem”.

Partindo da força que temos – e que é muita – sabendo utilizá-la e potenciá-la, dinamizando o funcionamento e a actividade das organizações, chamando novos quadros – nomeadamente quadros jovens – a maiores responsabilidades, reforçando a militância e o número de militantes, elevando a capacidade de direcção dos vários organismos, reforçando o conteúdo colectivo do funcionamento do Partido, redobrando a atenção e a procura de respostas para os problemas dos trabalhadores e das populações, enriquecendo sempre o ambiente de camaradagem e de fraternidade – é possível dar mais força à força deste Partido que é o nosso.



Os 77 anos do PCP foram comemorados em todo o País

## RESUMO

### 4 Quarta-feira

O almirante Fuzeta da Ponte é exonerado do cargo de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas ■ O PCP requer a presença dos ministros da Economia e da Solidariedade e Emprego na AR, exigindo explicações sobre os trabalhadores da ex-Renault de Setúbal ■ O Governo francês anuncia um plano de combate à pobreza ■ É anunciado que Zhu Rongji substituirá Li Peng como primeiro-ministro da China ■ Em Israel, Ezer Weixman é reeleito para um novo mandato de cinco anos como Presidente da República.

### 5 Quinta-feira

Carlos Carvalhas participa numa festa-CDU em Odivelas, Loures ■ Maria Alda Nogueira falece, em Lisboa ■ Ocorrem violentos confrontos entre as forças de autoridades sérvias e os albaneses da província de Kosovo, resultando na morte de 20 pessoas ■ Realizam-se manifestações em toda a Alemanha contra o desemprego ■ Oito presumíveis membros da GIA são detidos na Bélgica ■ Em Colombo, no Sri Lanka, mais de 30 pessoas morrem e 250 ficam feridas na sequência da explosão de um autocarro armadilhado.

### 6 Sexta-feira

Um relatório do Provedor de Justiça confirma que a pedofilia é um problema que faz parte do dia-a-dia dos madeirenses e que esta prática aumentou recentemente do arquipélago ■ É anunciado que a CP teve 74 milhões de contos de prejuízos no ano passado ■ É emitido um despacho judicial a confirmar a validade dos mandatos de captura em nome do ex-inspector da Pide Rosa Casaco ■ As tropas sérvias prosseguem a operação militar no Kosovo ■ Descobre-se que o líder dos Sem-Terra Adelson Brito foi assassinado a tiro no estado do Rio de Janeiro, Brasil.

### 7 Sábado

Realiza-se, em Lisboa, um comício comemorativo dos 77 anos do PCP ■ Depois de anunciarem o fim dos ataques, as forças sérvias prosseguem os ataques no Kosovo ■ O FMI anula a entrega de três mil milhões de dólares à

Indonésia, por o país não cumprir o programa de reformas económicas estipulado ■ No Chile, cerca de mil mulheres manifestam-se em Santiago protestando contra a entrada do ex-ditador Augusto Pinochet no Senado.

### 8 Domingo

Os estudantes universitários reúnem-se no Encontro Nacional de Direcções Associativas ■ No Kosovo, os partidos albaneses decidem convocar manifestações pacíficas ■ O Sinn Féin anuncia que não participará na nova ronda de negociações sobre o futuro da Irlanda do Norte ■ A imprensa anuncia que mais de 30 pessoas foram assassinadas durante o fim-de-semana na Argélia, durante ataques de islamitas ■ As eleições legislativas colombianas são marcadas por actos violentos ■ Comemora-se o Dia Internacional da Mulher.

### 9 Segunda-feira

O Governo nomeia o general Espírito Santo para o cargo de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, no dia em que o chefe do Estado Maior da Força Aérea, Aleixo Corbal, se demite ■ A direcção de informação e programas da RTP demite-se ■ O Grupo de Contacto para a ex-Jugoslávia aprova um conjunto de sanções contra a Sérvia ■ É anunciado que o Partido Liberal venceu as legislativas colombianas ■ Na Indonésia, a Assembleia Consultiva Popular aprova poderes de emergência para o presidente Suharto.

### 10 Terça-feira

O futuro primeiro-ministro chinês, Zhu Rongji, anuncia reestruturação nas empresas públicas ■ Onze pessoas foram massacradas por um grupo armado no Sul de Argel ■ Manifestação, em Santiago do Chile, para protestar contra a entrada em funções do ex-ditador Pinochet como senador vitalício ■ Relatório da União Europeia indica que há mais raparigas que rapazes no ensino superior em Portugal ■ Sindicatos dos enfermeiros decidem suspensão de greve ■ A Comissão de Utentes contra a Taxa de Activação nos Telefones entrega 50 mil assinaturas na Assembleia da República ■ Prosseguem os incêndios florestais na Madeira.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Soeiro Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7º-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's

Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

#### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## A grande embrulhada

A imagem que ressalta da presente acção governativa do PS é a de uma infundável confusão e de uma grande embrulhada.

Confundidos e embrulhados estão os processos da regionalização, do aborto, dos referendos, do recenseamento, da reforma fiscal, entre outros.

Como se isto não bastasse, vêm agora as confusões e as embrulhadas das demissões e contestações nas Forças Armadas, coincidentes com as demissões e contestações na RTP.

Para aumentar a confusão, juntam-se ainda as numerosas entrevistas e declarações de membros do Governo e dirigentes socialistas cada qual a querer parecer mais original e mediático.

O país sofre!

A arte de dialogar de que o Governo tanto se reclamou no início do seu mandato parece assim ter sido substituída pela arte de embrulhar.

Uma nota especialmente desconcertante para explicar esta barafunda foi trazida pelo secretário de Estado, António José Seguro. Este responsável pela

coordenação entre o Governo e o PS não hesitou em reconhecer, com excessiva sinceridade ou inaudita inocência, que existe de um «défice de liderança», chegando a atribuí-lo a uma questão do «discernimento» do primeiro-ministro.

Custa a acreditar!

Mas é o mesmo que esclarece, segundo a imprensa, que os socialistas «entraram em 1998 preocupados e divididos».

E, pelos vistos, continuam...

O que se torna muito claro é que, à medida que foi cedendo à direita e realizando a sua política, o PS foi-se deixando enovelar em processos que o ataram de pés e mãos e o colocaram na completa dependência da direita.

Os casos da regionalização e da interrupção voluntária da gravidez são paradigmáticos a este respeito.

Em relação à regionalização, o PS tinha aprovado com o PCP, na generalidade, a lei quadro das regiões administrativas quando, em vez de prosseguir o processo legislativo na Assembleia, resolveu ceder às pressões do PSD para que a matéria fosse submetida a referen-

do, o que até passou pela revisão da Constituição. Julgou assim ter-se furutado às dificuldades deste processo. Puro engano, nunca mais se livrou delas.

Sucedo outro tanto com a interrupção voluntária da gravidez, com a agravante, neste caso, de adiar não se sabe por quanto tempo, as novas medidas de combate ao flagelo do aborto clandestino, sujeitando o País a uma campanha que pode assumir formas especialmente violentas e desestabilizadoras e aceitando um referendo em que a maioria do partido tem uma posição diferente da do líder.

Muito se deve rir o Dr. Marcelo quando a sombra de Cavaco Silva lhe dá algum sossego...

Quem parece que não está a achar muita graça às negociatas politiqueras entre o PS e PSD é o Presidente da República, a avaliar pelos seus últimos discursos. É que elas não só atentam contra o prestígio das instituições, como invadem a sua área de competências, o que sucede, por exemplo, com o calendário dos referendos.

■ Carlos Brito

## Compra, peso e medida...

Notícia a *Distribuição hoje*, "revista profissional da produção e distribuição moderna", no seu número de Janeiro, o arranque da segunda fase do programa "Compra, Peso e Medida" lançado pelos super e hipermercados das insígnias Modelo e Continente.

Este programa define como objectivos "apresentar os hipermercados como membros da comunidade interessados na formação das crianças, destacar os hipermercados Modelo e Continente como parceiros das escolas e dar uma imagem positiva do hipermercado" como "um universo de aprendizagem". No decurso da primeira fase do programa - que decorreu durante o 1º período do ano lectivo em curso - teriam sido envolvidas 35 lojas Modelo e Continente, 815 escolas, mais de 7700 professores e quase 82 mil alunos.

Clarificado à partida o pleníssimo direito de cada português fazer compras onde entender - seja num hiper, super ou mini-mercado ou mais prosaicamente numa loja tradicional - e aceites, sem preconceito, actividades de promoção e publicidade de marcas e lojas, desde que conduzidas com seriedade e de uma

forma não agressiva em relação ao consumidor, resta tentar perceber se o interesse e o propósito da Modelo/Continente tem alguma coisa a ver, como é pretendido, com o programa escolar de educação para o consumo. Ou se não passa - como nos inclinamos para pensar - de uma forma capciosa de promoção comercial de um determinado distribuidor e de uma mal disfarçada tentativa de fidelização de futuros clientes.

Se o envolvimento do Instituto do Consumidor numa iniciativa de "educação para o consumo" no Modelo e no Continente é merecedor dos maiores reparos, então o facto, também noticiado na revista, do próprio Ministério da Educação ter feito circular informação sobre a acção em todas as escolas do Ensino Básico, "aconselhando a adesão" ao programa "Compra, Peso e Medida", é verdadeiramente de bradar aos céus.

A educação SONAE será afinal o sucedâneo da escola pública encontrado pelo ministro Marçal Grilo para o século XXI?

■ Edgar Correia

## ANGOLA

### A ameaça da guerra

Angola está de novo sob a ameaça de guerra. A 28 de Fevereiro expirou mais um prazo dado pela Comissão Conjunta (constituída por Portugal, Rússia e Estados Unidos) para que a UNITA cumprisse os acordos de paz. Como sempre, o prazo terminou sem que a UNITA respeitasse os compromissos: concluir a desmobilização das suas tropas, transferir para o poder estatal as zonas sob o seu controlo militar e transformar-se definitivamente em partido político civil. Em simultâneo, multiplicam-se os sinais de que está, de novo, a recorrer à guerra. Em Janeiro, as autoridades angolanas capturaram um avião, proveniente da África do Sul, que efectuava voos de abastecimento para zonas sob controlo da UNITA, em desrespeito das sanções recentemente impostas pela ONU. O piloto declarou à imprensa ter já efectuado "mais de 300 voos para a Jamba, o Andulo, o Bailundo e outras zonas onde a UNITA se encontra entrincheirada (...) e ter transportado algumas vezes equipamento militar" (*Público*, 23.1.98). Um mês mais tarde, foi a vez das autoridades da Namíbia declararem que "diversos aviões têm efectuado voos ilegais no espaço aéreo da Namíbia", sendo de crer que "os voos se dirigem de facto para uma zona controlada pela UNITA em Angola", e manifestando preocupação "com o movimento de pessoas armadas atravessando a fronteira do Kavango com o Cuando-Cubango que, nesta faixa, é também controlado pela UNITA" (*Diário de Notícias*, 23.2.98). Poucos dias depois, o governo de Angola anunciava que a UNITA atacou e ocupou "a zona de Cazombo, na província do Moxico, junto à fronteira com a Zâmbia" (*Público*, 25.2.98). No dia seguinte, uma emboscada da UNITA na Lunda Norte trazia a morte a quatro pessoas, incluindo um oficial da polícia nacional (*DN*, 26.2.98).

O povo angolano tem sofrido muito ao longo dos últimos séculos: colonialismo, escravatura, guerra colonial, guerra terrorista pilotada pelo imperialismo após a conquista da independência. A situação actual em Angola é dramática sob muitos aspectos. E se é verdade que existem muitas causas para os problemas que Angola hoje enfrenta, há uma evidência inegável: sem a paz não há solução, e o obstáculo decisivo tem um nome - UNITA.

Não é tolerável que mais de cinco anos após ter perdido as eleições consideradas "livres e justas" pela comunidade internacional, a UNITA continue a querer ser simultaneamente Estado (com pastas no Governo, deputados no Parlamento, e cargos oficiais) e Estado dentro do Estado (com um exército próprio, zonas do território sob seu exclusivo controlo, e a permanente chantagem da guerra que mantém o país em estado de excepção). As mesmas "potências ocidentais" que querem à viva força desencadear uma "guerra devastadora" contra o povo iraquiano (já dizimado pela guerra das sanções dos últimos sete anos), sob pretexto de que o seu governo não cumpre este ou aquele ponto numa resolução da ONU, têm mostrado uma flagrante duplicidade na sua benévola tolerância dum movimento que (tal como os também impunes amigos israelitas) desrespeita todas as resoluções da ONU sobre Angola e todos os acordos que assinou ao longo dos anos.

Nestes dias, a questão de Angola voltará a ser discutida nas Nações Unidas. É imperioso que, com total respeito pela soberania e pelos direitos legítimos de Angola, se ponha fim ao triste espectáculo da impunidade da UNITA e se evite nova guerra em solo angolano. Não através de "cobiadas" e ingerências tão ao gosto imperial, mas com medidas mais firmes e sanções mais severas contra a UNITA, como foi exigido há poucos dias pelos chefes de Estado da África Austral, reunidos em Maputo. E contra aqueles que do exterior a municiam e instrumentalizam, fragilizando a paz e a estabilidade de que Angola tanto precisa. Portugal tem especial responsabilidades neste campo. Pela sua participação na "troika". Pelo seu passado colonial. Por ter sido um dos principais centros de actividade da UNITA no estrangeiro. De uma vez por todas, o governo português não pode mais pactuar com os terroristas da UNITA. O povo português quer ter relações de amizade e cooperação com o povo angolano, no interesse mútuo e respeito pela soberania do seu Estado e Governo, legitimamente constituído e internacionalmente reconhecido. Também para tal a paz é necessária.

■ Jorge Cadima



Foto: Vítor Castro

## SEMANA

## Mudanças e agitação nas chefias militares

O ministro da Defesa, Veiga Simão, escolhe o general do Exército Gabriel Espírito Santo para Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (CEMGFA), o que teve como decorrência imediata a apresentação de demissão do general Aleixo Corbal de Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, cargo que ocupava desde Janeiro de 1995, invocando «razões de natureza pessoal». O general Aleixo Corbal havia sido

dado, pelo próprio ministro Veiga Simão, como uma provável escolha para ascender ao cargo de CEMGFA, substituindo o almirante Fuzeta da Ponte, entretanto demitido, constituindo assim uma surpresa a escolha feita pelo governante. A crise nas chefias militares arrasta-se há mais de um mês por responsabilidade do ministro da Defesa e do Governo, iniciando-se a 29 de Janeiro com uma carta dirigida ao Presidente da

República pelo então CEMGFA, almirante Fuzeta da Ponte, insurgindo-se por não ter sido ouvido na recondução do general Aleixo Corbal na chefia da Força Aérea e redigida em termos que levaram o Chefe de Estado a devolver a mensagem ao remetente, com conhecimento ao ministro da Defesa «para os devidos efeitos». Como os «efeitos» foram nulos por parte do ministro e do Governo, Jorge Sampaio retira a



confiança política ao almirante Fuzeta da Ponte em 2 de Março último, levando o Executivo de António Guterres a demiti-lo apressadamente,

enquanto Veiga Simão afirmava que o general Aleixo Corbal seria uma boa hipótese para o substituir, voltando a contradizer-se dias

depois ao nomear outro general para o lugar. O PCP, através do deputado João Amaral, que integra a comissão parlamentar de Defe-

sa, já exigiu a demissão do ministro Veiga Simão, considerando que «não está à altura, está desajustado para o seu cargo».



## Governo australiano discrimina aborígenes

Os direitos humanos dos aborígenes continuam a ser violados na Austrália, alertou recentemente a Amnistia Internacional (AI) num extenso relatório citado pela agência Lusa. O processo de reconciliação entre os aborígenes e a população branca é apontada como a área mais grave.

Referindo-se a uma «erosão gradual» do «relativamente fraco sistema de protecção dos direitos humanos» australiano, a AI acusa o Governo de ter introduzido vários projectos de lei que violam tratados internacionais.

«É um sinal para a população de que o Governo tem pouca seriedade para lidar adequadamente com as suas obrigações em relação a direitos humanos. E, ao mesmo tempo, envia uma mensagem errada para a comunidade internacional, em particular para a região da Ásia e Pacífico, sobre a sua postura relativamente a este tema», afirmou Heinz Schurman-Zeggell, representante da organização, durante a apresentação pública do relatório sobre esta problemática.

Em Dezembro, a situação dos aborígenes e a forma como esta etnia tem sido tratada pelo Estado foi alvo de um inquérito conduzido pelo Governo. Os resultados referem dezenas de milhares de casos de crianças deslocadas das

suas famílias, as «crianças roubadas» como são conhecidas na opinião pública.

Comentando esse documento, a Comissão Australiana de Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades declarou que esta política constitui uma forma de genocídio.

A grande maioria dos 300 mil aborígenes foram afectados por este programa que durou até aos anos 70. Um grande número de crianças nunca chegou sequer a conhecer os seus pais.

Esta prática está intimamente ligada à alta taxa de criminalidade entre os jovens aborígenes e ao elevado número de mortes de elementos da etnia em cadeias. Quase metade dos aborígenes com idades entre os 18 e os 24 anos já foram detidos pelo menos uma vez.

Mas a Justiça australiana tem manifestamente uma mão mais pesada quando julga estes casos.

Actualmente, vários jovens estão ser julgados por as suas famílias não pagarem multas por, por exemplo, não usarem capacetes quando andavam de bicicleta. É possível que venham a ser detidos. Recentemente, um jovem de 15 anos foi condenado a 30 dias de cadeia num estabelecimento prisional a mais de 600 quilómetros de casa, por ter roubado um gelado.



## Demissões na RTP

A direcção de informação e programação da RTP apresenta a sua demissão, em carta assinada pelos seus três membros - Joaquim Furtado, Joaquim Vieira e Cesário Borge -, acusando a administração de interferir no conteúdo da informação e de não consultar a direcção de informação nas alterações de chefias que estarão em curso na RTP. A administração da televisão

pública, que aceitou de imediato o pedido de demissão, contrariou pela voz do presidente Manuel Roque, afirmando que os demissionários «tiveram dois anos para, primeiro, criarem o seu próprio organigrama, o que não veio a acontecer», acrescentando que «nem sequer definiram as funções dos seus membros», pelo que, no seu entender, «quem não é capaz de fazer isso

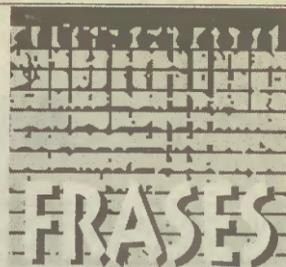
não é capaz de alterar o ecrã na medida em que o serviço público o exige». A direcção de informação encabeçada por Joaquim Furtado fora nomeada em Dezembro de 1995 pela então presidente da RTP, Manuela Morgado, com quem entrou em conflito um mês depois, levando à sua substituição pela actual direcção da RTP encabeçada por Manuel Roque.

## Acidente do Metro nos Olivais é da responsabilidade da empresa



Nas primeiras conclusões do inquérito feito pela Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) ao acidente verificado no passado dia 3 de Março no poço de ventilação do metropolitano nos Olivais, de que resultou ferimentos em cinco trabalhadores, a Metrexpo (empreiteiro das obras naquele troço da Linha do Oriente) é responsabilizada pelo acidente, sendo acusada de falta de planeamento, falta de segurança e de ter cometido um erro de construção no revestimento da betonagem do poço de ventilação do metro dos Olivais. O

relatório da IGT afirma que esta empresa violou as normas em vigor em matéria de segurança no trabalho, nomeadamente a que define que «cabe ao empregador efectuar a manutenção e controlo das instalações e equipamentos antes da sua entrada em funcionamento». Estas conclusões colidem frontalmente com as apresentadas pelo dono da obra, o Metropolitano de Lisboa, que definiram, pouco mais de 24 horas depois do acidente, que este se deveu a «um erro nas operações conduzidas pelos trabalhadores».



“Só morremos uma vez. O negócio era bom se morrêssemos tantas vezes como vamos jantar fora.”

(Eduardo Bon de Sousa, agência funerária Magno, - «Expresso/Revista», 7.3.98)

“Para autorizar um baile tenho de assinar três papéis!”

(Pedro Santana Lopes, presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz - «Diário de Notícias», 10.3.98)

“De Alcácer do Sal a Grândola levei uma hora e de Grândola a Canal Caveira, pelo menos, 25 minutos. Uma boa amostra do que será o Verão da EXPO. Um verão para o indígena prudente ficar fechado em casa.”

Vasco Pulido Valente - «O Independente/Indy», 6.4.98)

“Os espanhóis vão ter auto-estrada.”

(Ministro João Cravinho, de visita às obras do troço de auto-estrada Estremoz-Caia - idem)

“Ensino superior público gratuito? Perguntem ao meu pai.”

(Miguel Alves, estudante de Direito da Universidade de Coimbra - idem)

“O ministro das Finanças tira da cartola uma nova forma de aval: pagar as despesas retroactivas com receitas hipotéticas.”

(Comunicado da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social/UIPSS sobre o novo “totonegocio” - «A Capital», 9.3.98)

“A Misericórdia de Lisboa tem-se prestado a todas as manobras feitas com as suas receitas para resolver problemas políticos.”

(idem ibidem)

“Roma, depois de derrotar Cartago e ao mesmo tempo que não deixava o Oriente Médio (a Ásia contemporânea) roubar-lhe a liderança económica mundial, absorveu as suas origens - a Grécia. Irá agora consumir-se a absorção da Europa pela América do Norte?”

(Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 9.3.98)



# Festa

Comunistas comemoram em Lisboa os 77 anos do PCP

# entusiasmo e confiança

O Pavilhão dos Desportos encheu-se, no passado sábado, de bandeiras vermelhas, punhos erguidos e caras jovens. Um ambiente de entusiasmo e de festa demonstrou o empenho que os comunistas têm nos combates do dia-a-dia e a certeza de que só assim será possível construir um futuro com mais justiça para todos.

A festa começou com a música do grupo alentejano Aurora Nova. No imenso painel vídeo passaram imagens

sobre a actividade e intervenção do PCP, a festa do «Avante!», terminando com uma referência aos autores do Manifesto Comunista. Um momento de poesia, com a participação de Fernanda Lapa, assinalou os 100 anos do nascimento de Bertolt Brecht. Entretanto, um tanto inesperadamente, um microfone circulou entre os presentes e ouviram-se os deputados Bernardino Soares e Odete Santos, o presidente da Câmara de Loures, Demétrio Alves, Isabel Garcês, pelo Sector Intelectual de Lisboa, Rudolfo Caseiro, sindicalista. Paulo Raimundo, da Comissão Política da JCP e do CC do PCP, que presidiu ao comício, chamou a seguir ao palco os camaradas que integraram a mesa, onde estavam dirigentes nacionais, das organizações regionais de Lisboa e Setúbal da JCP e do PCP e por fim Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, para uma intervenção de fundo sobre a actualidade política nacional, que publicamos na íntegra. Ainda antes do encerramento, foram referidas as dezenas de saudações de células e organizações, bem como as várias ofertas feitas ao Partido.

## A SIC não viu...

Em nota dirigida ao director de informação da Estação de Carnaxide, assinada por Vítor Dias, membro da Comissão Política, o PCP protesta «vivamente contra o facto de a SIC, no sábado passado, ter ignorado completamente o comício dos 77º Aniversário do PCP realizado no Pavilhão dos Desportos, com a participação do Secretário-Geral do PCP, com a agravante de, ao ignorar igualmente a sua intervenção no domingo numa grande iniciativa no Seixal, ter desprezado a possibilidade de, ao menos, atenuar aquela primeira distração ou discriminação».

«Tendo em conta que a SIC não foi sensível à efeméride nem à evidência de que, como é habitual, o Secretário-Geral do PCP iria fazer um discurso de fundo sobre a actualidade política, nem ao facto de não ser todos os dias que um partido enche uma sala como o Pavilhão dos Desportos, parece então ser extraordinariamente difícil satisfazer os estranhos e nebulosos critérios da SIC na marcação de reportagens». «Estando o mal feito e sendo irreparável, esperemos que este caso possa ao menos servir para evitar a futura repetição de outros procedimentos similares por parte da SIC».



## Intervenção de Carlos Carvalhas É possível uma alternativa progressista e de esquerda

No momento em que passam 150 anos sobre a publicação do Manifesto do Partido Comunista, a obra inesquecível de Marx e Engels que deu um impulso teórico decisivo para um grande movimento de ideias, de combates e de lutas orientados pela perspectiva inovadora e revolucionária da superação do capitalismo, aqui estamos a celebrar, com legítimo orgulho e com sentido das responsabilidades, os 77 anos de vida e de luta do nosso Partido, o Partido Comunista Português.

150 anos depois do Manifesto Comunista e 77 anos depois da fundação do PCP, aqui estamos de pé e com a cabeça levantada, firmes nas nossas convicções, unidos e solidários em torno dos ideais comunistas e de um grande projecto humanista de transformação da vida, empenhados em conquistar para a classe operária, para todos os trabalhadores e para o povo português e pela acção e vontade da classe operária, dos trabalhadores e do povo português, os novos horizontes de esperança, de mudança e de progresso social exigidos pelo tempo que vivemos.

Aqui estamos para prosseguir, com novas energias e combatividade renovada, um grande património de experiência e de luta que marca a incomparável presença do PCP na sociedade portuguesa ao longo deste século.

Aqui estamos para dar novas expressões e desenvolvimento a um histórico combate contra a injustiça e a opressão, pela dignidade humana e pela liberdade e a democracia e que foi generosamente sustentado pelo esforço e pela coragem de gerações e gerações de comunistas.

Aqui estamos para dar novo fôlego à intervenção do nosso Partido como partido de luta e partido de projecto, isto é, como partido tão solidamente empenhado em animar a resistência e a organizar a luta contra o que está mal quanto empenhado em ganhar novos apoios para as suas propostas construtivas e para as respostas que defende para fazer face aos grandes problemas do país.

Aqui estamos como comunistas que somos e que queremos conti-

nuar a ser e como Partido Comunista Português que é e que quer continuar a ser tudo aquilo que o seu nome, a sua história e o seu futuro exigem que seja.

### Saudamos os trabalhadores em luta

Comemoramos o septuagésimo sétimo aniversário num quadro contraditório de dificuldades e perigos para os trabalhadores e os seus direitos e para outros sectores e camadas mais desfavorecidas.

Mas simultaneamente surgem possibilidades e potencialidades com o desenvolvimento da acção, do protesto e da luta.

O recente acordo negociado na têxtil como corolário de 15 meses de luta dos trabalhadores do sector, tem um significado e um alcance de grande valor, se considerarmos o compromisso férreo que existia entre o grande capital da têxtil e o Governo desde Novembro de 1996.

A conquista das 40 horas com descanso ao sábado e da pausa de meia hora nunca teria sido alcançada se não fossem as greves, as manifestações, concentrações e desfiles, a dimensão da solidariedade de doutros sectores e de personalidades, a solidariedade e a iniciativa do PCP.

Vir agora o Governo congratular-se com tal resultado depois da sua responsabilidade e cumplicidade na abusiva interpretação da lei, não pode deixar de se considerar como uma atitude farisaica. Mas significa ainda que o governo foi obrigado a dar a mão à palmatória e a reconhecer a justeza das reivindicações dos trabalhadores. Mais uma vez se pro-

## Intervenção de Carlos Carvalhas

# É possível uma alternativa progressista e de esquerda

emprego. Contrariamente ao que diz o Eng. Guterres, o ministro João Cravinho confirmou ainda recentemente em entrevista que o governo travou o investimento público em 1997 por causa do cumprimento do défice.

E contrariamente ao que diz o ministro das Finanças, a moeda nacional é, numa economia globalizada, um dos instrumentos capazes de dar resposta a dificuldades de competitividade que se venha a verificar na nossa economia. No futuro, os constrangimentos do Euro vão ser utilizados face a dificuldades externas para novos sacrifícios, despedimentos, liquidação de direitos e manutenção ou diminuição dos salários reais.

**Em terceiro lugar,** creio que não nos dá nenhum contentamento o facto de estarmos no pelotão da frente quanto à moeda única e na cauda da Europa quanto aos salários, às reformas e ao salário mínimo.

Pensamos, também, que não é nenhum orgulho para o país o facto de termos o maior nível de pobreza na Comunidade (29% de famílias pobres) e os maiores desequilíbrios na repartição do Rendimento (os 20% mais pobres só dispõem de 6% do Rendimento Nacional e os 20% mais ricos 46%, isto é, quase 50% do Rendimento do País). Creio, ainda, que não pode deixar de nos preocupar o facto de o nosso crescimento económico continuar a ser inferior ao da Espanha, o que significa que se agrava o fosso entre os dois países peninsulares e o facto de o défice comercial continuar a aumentar, sendo cada vez maior a parcela de riqueza criada que sai para o estrangeiro. A Espanha em 1997 consolidou-se como o primeiro fornecedor do nosso país tendo aumentado em 17,9% as suas exportações para Portugal.

**Quer dizer: deixam-se fogueiros porque o país vai entrar para o Euro e esconde-se que estamos com uma economia dependente, fragilizada, em que o atraso estrutural nos coloca na cauda da Europa, quanto aos indicadores fundamentais do desenvolvimento.**

**Tocam-se as trombetas porque o país cumpre os critérios de Maastricht e fecha-se os olhos à situação deplorável em que se encontra a nossa agricultura e as nossas pescas e importantes sectores da nossa actividade industrial.** Em relação à agricultura, o ministro do sector até governou agora que Portugal é contribuinte líquido da PAC. No entanto, o governo continua a esconder aos portugueses as multas a que estaremos sujeitos se não cumprirmos os critérios do défice orçamental (Pacto de Estabilidade); a esconder o essencial da proposta da Comissão sobre a Agenda 2000 que levaria a cortes nos fundos estruturais de cerca de 500 milhões de contos; a esconder as negociações relativas ao Acordo Multilateral sobre Investimentos (A.M.I.), que é como já alguém disse uma verdadeira Declaração de direitos universais das Multinacionais, que ficariam com poderes e direitos superiores aos Estados nacionais. Segundo este "Acordo", uma multinacional poderia pedir, por exemplo, indemnizações ao Estado no caso de perturbações sociais que lhe prejudicassem os lucros! É preciso descaimento! Mas também sobre isto o governo guarda um prudente silêncio. A transparência é só para os discursos.

Não é escondendo os factos, nem é com engenharias estatísticas, nem com manipulações criativas que se altera a realidade, ou que se dá combate à arrogância do capital transnacional.

As campanhas de marketing em que este governo se especializou podem enganar os mais distantes dos problemas, mas não alteram a gravidade do desemprego, do trabalho precário, do trabalho sem direitos.

As campanhas de marketing podem, por exemplo, afirmar que os aumentos salariais e das reformas não são comidos pelo aumento dos preços, mas a realidade é bem diferente. Do mesmo modo podem dizer que as chamadas telefónicas descem subindo, mas quando os consumidores fazem as contas ao fim do mês vêem o preço que estão a pagar pela privatização desta importante empresa para o país. É um escândalo!

ter votado uma lei na Assembleia da República, não vier a ter posição como Partido na campanha do referendo.

Esta é a nossa perspectiva combativa para o caso de vir a ser convocado um referendo, o que neste momento nem sequer é absolutamente certo, acontecendo até que a data mais falada — 5 de Julho — não pode deixar de ser por nós considerada como muito imprópria dado que muitos portugueses, sobretudo das zonas urbanas, já poderão estar de férias. Mas o que o PS e o PSD querem é passar a "batata quente" para o Presidente da República e lavarem as mãos das "golpadas" e de toda a trapalhada que arranjaram para paralisarem de vez a aprovação da lei!

Mas há uma coisa mais que devemos acrescentar: é que antes de alguns descobrirem tarde de mais que um referendo sobre o aborto afinal é susceptível de trazer à vida nacional uma violência verbal e uma confrontação com uma dureza, agressividade e intolerância como já há

utilizando o aparelho de Estado da forma mais descarada em benefício do partido do governo como foi feito nas últimas eleições autárquicas; ou rejeitando avanços da civilização como se verificou, por exemplo, com a não aprovação dos projectos de lei do PCP sobre a interrupção voluntária da gravidez, as 40 horas ou a reposição da idade da reforma das mulheres para os 62 anos.

Não se governa à esquerda tendo uma posição na oposição e outra no governo, como o testemunha, por exemplo, a introdução das propinas ou a pressão e a obstinação em penalizar os cortes de estrada.

Não se governa à esquerda privatizando empresas básicas e estratégicas e reduzindo o sector público da economia a dimensões inferiores às que verificam, inclusivamente, em países europeus ou **continuando a precarizar o emprego de tal maneira que hoje o mercado de trabalho português é reconhecido internacionalmente como um dos mais**

As campanhas de marketing podem, por exemplo, afirmar que os aumentos salariais e das reformas não são comidos pelo aumento dos preços, mas a realidade é bem diferente. Do mesmo modo podem dizer que as chamadas telefónicas descem subindo, mas quando os consumidores fazem as contas ao fim do mês vêem o preço que estão a pagar pela privatização desta importante empresa para o país. É um escândalo!

ter votado uma lei na Assembleia da República, não vier a ter posição como Partido na campanha do referendo.

Assembleia da República e quando 24 horas depois de os deputados do PS terem rejeitado indignadamente as exigências do PSD de um referendo, o PS passou a aceitar o referendo sobre esta matéria a troco de um negócio miserável, com a consequente paralisação e congelamento da lei.

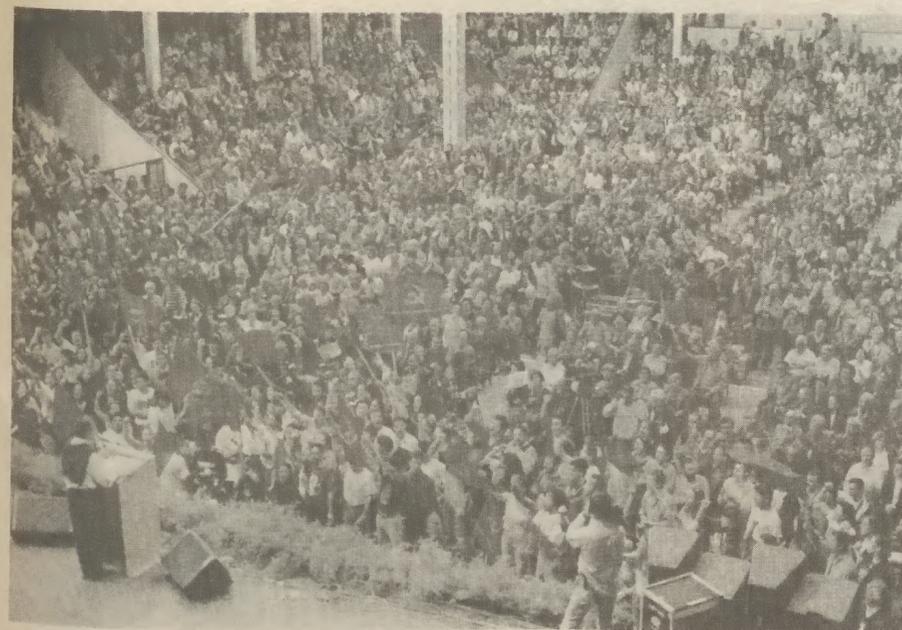
A este respeito, queremos reafirmar que, pela nossa parte, continuamos e continuaremos a lutar até ao último minuto para que a Assembleia da República cumpra a sua obrigação, isto é, discuta a lei na especialidade e proceda à sua aprovação final, para que se dê combate efectivo ao aborto clandestino. E queremos também sublinhar que nesta luta, como é sabido, agimos em consonância com uma fortíssima corrente de opinião, em que entram personalidades dos mais diversos quadrantes e sensibilidades políticas, que não está disposta a aceitar resignadamente os negócios que o PS faz e preza justamente os valores da coerência e do respeito pelos compromissos assumidos.

Queremos também reafirmar que, se porventura vier a ser convocado um referendo, o PCP honrará plenamente as suas responsabilidades nesta causa de que há muitos anos o principal protagonista político e trabalhará activamente para uma vitória do sim.

Queremos também esclarecer que valorizamos seriamente a possibilidade de se constituírem grupos de cidadãos que participem activamente na luta pela vitória do SIM nesse eventual referendo e que os comunistas estão disponíveis para agir, em conjunto com outros democratas, nesse âmbito e nessa forma de intervenção.

Dito isto, não haja porém nem ilusões nem confusões: ao mesmo tempo, o PCP anuncia desde já que não prescindirá de ter uma voz e uma intervenção próprias e autónomas nesta batalha.

E consideramos que essa intervenção é não apenas legítima como é também necessária e indispensável, como poderá ser facilmente compreendido por quem tiver uma noção mínima das exigências que esse referendo coloca. E porque alguns para desculpabilizar o PS e o PSD já começam a brandir uma certa hostilidade contra a intervenção dos partidos no eventual referendo sobre o aborto, aqui queremos deixar bem claro que razões de crítica e de escândalo terão de ser encontradas não na atitude de um partido, como o PCP, que intervirá nessa consulta com a mesma coerência com que luta na sociedade e na Assembleia da República, mas na atitude do PS se, como se diz, depois de



muito não se via, é bom lembrar desde já que não foi o PCP que escolheu o caminho desse referendo.

Falando de referendos, não podemos também deixar de advertir que o que o PS e o PSD preparam quanto aos referendos sobre a regionalização e sobre a Europa é um insulto ao povo português e um enxovalho para a democracia.

De facto, só partidos que se julgam donos do regime, patrões da democracia e tutores dos direitos dos portugueses é que podiam vir com a ideia absurda de fazer em simultâneo referendos sobre a regionalização e a Europa e de fazer um referendo sobre a Europa com uma pergunta viciada, porque não contém o que de facto devia ser perguntado aos portugueses — a moeda única e a sujeição de Portugal ao Pacto de Estabilidade — e porque está desonestamente redigida para obter um "sim" esmagador.

As objecções que levantamos não são ditas por nenhuma razão de estreito e sectário interesse partidário, mas sim por elementares razões de transparência, de seriedade, de dignidade democrática, de respeito pelos portugueses, que nenhum bloco central PS-PSD se devia atrever a pôr em causa e muito menos condicionar ou influenciar o juízo e as decisões soberanas que cabem ao Presidente da República.

### Governar à esquerda

Nós somos, na verdade, o grande partido da esquerda porque somos na esquerda o grande partido que em coerência entre as palavras e os actos levanta firmemente as bandeiras da esquerda e as bandeiras de Abril fortemente ancoradas nas aspirações de milhões de portugueses.

De facto não se governa à esquerda penalizando os rendimentos dos trabalhadores na distribuição do Rendimento Nacional como aconteceu nestes dois últimos anos agravando ainda mais as desigualdades sociais. Não se governa à esquerda concedendo dezenas de milhões de contos em benefícios fiscais para as operações financeiras e especulativas; ou rejeitando avanços da civilização como se verificou, por exemplo, com a não aprovação dos projectos de lei do PCP sobre a interrupção voluntária da gravidez, as 40 horas ou a reposição da idade da reforma das mulheres para os 62 anos.

Não se governa à esquerda tendo uma posição na oposição e outra no governo, como o testemunha, por exemplo, a introdução das propinas ou a pressão e a obstinação em penalizar os cortes de estrada.

Não se governa à esquerda privatizando empresas básicas e estratégicas e reduzindo o sector público da economia a dimensões inferiores às que verificam, inclusivamente, em países europeus ou **continuando a precarizar o emprego de tal maneira que hoje o mercado de trabalho português é reconhecido internacionalmente como um dos mais**

desregulamentados e flexíveis da Europa. Não se governa à esquerda com uma política neoliberal tendo uma atitude de crescente desresponsabilização do Estado nas suas funções sociais e sacrificando os desempregados, os reformados e milhares e milhares de famílias, ao enriquecimento de meia dúzia ou aos dogmas dos critérios de Maastricht.

Na verdade, o quadro económico e social em que vivemos é de tal ordem e a submissão do poder político ao poder económico começa a atingir tais dimensões que um conhecido socialista (Victor Constanção/VISÃO de 20.12.97) não hesitou em afirmar que «Portugal vive a hora mais liberal de toda a sua história».

Poderíamos continuar a multiplicar os exemplos e as interrogações e lembrar também aquele acto indecoroso da concessão de subsídios a fundo perdido às vítimas das cheias e temporais que atingiram o Alentejo, que foi transformado num acto público e mediático de «não estendida à caridade» o que levou um articulista da área do PS, a sublinhar e bem — que um governo democrático não pode comportar-se como o "Movimento Nacional Feminino" — ou lembrar ainda o silêncio do Sr. Primeiro-Ministro que devia tirar as consequências que se impõem face ao conjunto de acontecimentos que conduziu à arrastada demissão do Almirante Fuzeta da Ponte e às graves afirmações do ministro da Defesa de que as Forças Armadas não conseguem assegurar a defesa estratégica da totalidade do território nacional, o que no mínimo revela um ministro com clara inaptidão para desempenhar o cargo e com um não menos claro desconforto para o desempenhar no quadro de Abril e da Constituição.

Creio, também, que os militantes do PS em geral não deixarão de se sentirem incomodados com os elogios dos grandes senhores do dinheiro e de dirigentes de grandes confederações patronais à actual governação e de que são exemplo as sarcásticas declarações do Presidente da Associação Industrial (Público, 25/12/97) — «Costuma dizer-se que os governos PS são melhores para os empresários porque o governam à direita...».

Não se mascara uma política neoliberal, uma política de concentração de riqueza e de crescente domínio do poder económico sobre o poder mediático e político, com medidas, como por exemplo, o Rendimento Mínimo Garantido, ou com o pré-escolar. E mesmo estes, tiveram que ser arrancados a "ferros" na Assembleia da República pelo nosso Partido. Mesmo no campo dos valores é infelizmente uma realidade que com tal política a hipocrisia tem triunfado sobre a verdade, que a solidariedade se tem desvalorizado e que a sociedade se tornou mais tolerante perante as desigualdades e as injustiças.

### Reforçar o PCP para a mudança de política

Como se avverte no comunicado do Comité Central de 14 e 15 de Fevereiro, é previsível que, com a aproximação das eleições legislativas, o PS e o PSD procurem cada vez mais aprisionar os eleitores na falsa opção, entre manter o PS no governo com uma política de direita e o regresso da direita ao governo. É possível uma alternativa progressista e de esquerda à alternância entre o PS e o PSD.

Para que haja uma mudança de rumo é necessário que as medidas e as propostas do PCP tenham expressão crescente na prática política. Isto é, para que haja uma governação à esquerda é necessário que o PCP se reforce, e é necessário que a relação de forças entre o PS e o PCP, nomeadamente no campo eleitoral se altere. Se nas últimas eleições legislativas o PS não tivesse tido uma maioria tão próxima da maioria absoluta e se o PCP tivesse tido uma maior expressão eleitoral, a política seguida por este governo teria sido diferente e bem melhor para os portugueses e para o País.

É da máxima importância, por isso, que os trabalhadores e os portugueses que aspiram a uma viragem na prática política compreendam e sobretudo fora do debate eleitoral que esta pedagogia deve ser feita, que

o que conta na formação do governo não é o partido mais votado, mas sim, as maiorias que se formam na Assembleia da República. Que o que importa é que os deputados eleitos pelo PCP e pelo PS sejam em maior número dos que os eleitos pela direita. Mas naturalmente que não é indiferente a relação de forças entre os eleitos dos dois partidos.

É da máxima importância que um número crescente de portugueses compreenda que o reforço do PCP e da CDU tem sempre uma dupla vantagem: conta sempre para vencer a direita e dá força à pressão de esquerda (PCP, cidadãos sem filiação partidária e ala esquerda do PS) para que o país tenha uma política de esquerda.

Mas para que se verifique esse reforço, para além da dinamização da nossa intervenção a todos os níveis, das nossas propostas alternativas e da intensificação da luta de massas, é também necessário que se vençam preconceitos e ideias feitas sobre o que na verdade somos e queremos e sobre o que de facto defendemos.

É necessário, por isso, desenvolver um grande esforço de convencimento e travar um grande combate para que a generalidade do povo português nos conheça com verdade. Isto é, que conheça os nossos programas eleitorais, os projectos de lei que apresentamos na Assembleia da República, o que defendemos nas instituições e fora delas, que conheça o nosso projecto para Portugal, que conheça aquilo por que lutamos e por que nos batemos. A democracia, o pluralismo e a democracia política que só por si tem um valor intrínseco são, para nós, valores não de ordem tática, nem valores formais, mas valores fundamentais. Do mesmo modo o são a democracia económica, com a coexistência de diversas formas de propriedade, a democracia social e a democracia cultural.

E, por isso, afirmamos que o nosso país precisa, não de menos, mas de mais democracia, de mais pluralismo, de mais justiça social e de mais verdade nos actos eleitorais. O PS e o PSD querem alterar em sentido antidemocrático as leis eleitorais de modo a imporem círculos uninominais, cujo objectivo central é o de pressionarem os eleitores a concentrarem os votos nestes dois partidos. É necessário dar-lhes combate. A verdade dos actos eleitorais, a liberdade, a transparência, a democracia e a justiça social são vectores fundamentais na transformação positiva da nossa sociedade.

Rejeitando "modelos", nós, comunistas portugueses, temos por horizonte o socialismo fortemente ancorado na nossa própria história e no nosso combate ao longo dos últimos 77 anos, assente no aprofundamento da democracia nas suas diversas componentes, nas experiências de Abril e num projecto renovado que acolha o que de mais positivo a prática, as experiências passadas e o que o futuro trouxer à marcha da humanidade. E é continuando a luta, virados para o futuro, confiantes na necessidade e na possibilidade da construção de uma nova sociedade que também prestamos o melhor tributo à actualidade dos 150 anos do "Manifesto do Partido Comunista".

Mas para que este combate tenha sucesso, para que a ligação à classe operária, aos trabalhadores e às populações seja efectivo, para que a iniciativa política esteja mais presente em todos os organismos partidários, nomeadamente nos organismos de base, é também necessário que se dinamizem todas as organizações e se proceda com determinação e sem peias, à renovação e ao rejuvenescimento. O crescente fluxo de jovens ao Partido que a todos nos alegra, naturalmente com os seus traços, com a sua forma própria de ser e de estar, deve ser acompanhado por um grande empenho na sua organização e pela sua crescente responsabilização a todos os níveis.

A renovação e a dinamização do Partido é uma exigência vital para todo o reforço da nossa influência social, política e eleitoral.

É neste sentido que se enquadra o vasto movimento em curso, de reflexão e de debate, tomada de decisões e a adopção de medidas que poderá e deverá constituir um novo impulso à dinamização da organização, a uma maior afirmação do nosso Partido e à ampliação da nossa influência na sociedade portuguesa.

Queremos um Partido que com a sua identidade, reafirmada no nosso último Congresso, seja cada vez mais activo, actuante, aberto à sociedade e virado para o futuro.

Um Partido que não pode ser considerado como uma entidade abstracta, que está afastado dos seus militantes e que se revela às vezes em certas expressões como «o partido não tem vindo aqui». Não! O Partido é uma realidade viva, constituído por homens, mulheres e jovens, constituído por militantes, que somos todos nós, e que colectiva e individualmente fazemos o Partido Comunista Português, este grande Partido da esquerda, que marca a diferença, insubstituível, que abraça as causas mais generosas, que não vira a cara às dificuldades, que está e estará sempre com os trabalhadores, com o povo, com Portugal.

Um Partido que quer reforçar os seus laços e raízes com os trabalhadores e o povo, e intensificar a abertura à sociedade num dinâmico movimento de diálogo por forças sociais e políticas, com respeito pelas diferenças, cuja opinião, experiência e intervenção são avanços fundamentais para que se venha a dar uma saída pela esquerda.

Continuaremos, como ao longo destes 77 anos, a levantar as bandeiras do progresso social, da paz, do fim da exploração e da opressão do homem pelo homem.

Continuaremos, como ao longo destes 77 anos, firmemente, comunistas e portugueses, não prisioneiros de esquemas do passado, ou de fórmulas mortas, mas abertos para a "árvore frondosa da vida" e para a mudança, com uma análise e um projecto próprio de socialismo para Portugal, fruto da nossa análise e enriquecido pela nossa e pela experiência dos outros povos, confiantes na luta libertadora dos trabalhadores e convictos da necessidade e indispensabilidade de transformar a sociedade.

Continuaremos, com a juventude, com as mulheres, com os trabalhadores e o povo defendendo as suas aspirações e justas reivindicações, defendendo intransigentemente a soberania e a independência de Portugal.

# Aniversário do PCP comemorado em todo o País

As comemorações do 77º aniversário do PCP, atingindo embora o seu ponto alto no comício que no passado sábado se realizou no Pavilhão dos Desportos, foram motivo de muitas dezenas de iniciativas em todo o País e no estrangeiro, a começar na Sede central do PCP, onde um lanche de confraternização juntou os camaradas que aí trabalham, tendo Carlos Brito usado da palavra.

No Seixal, um milhar de comunistas, simpatizantes e amigos do Partido juntaram-se num almoço que serviu para assinalar o 77º aniversário do PCP e comemorar o Dia Internacional da Mulher. A iniciativa, organizada pela Comissão Concelhia do Seixal do PCP, decorreu numa unidade hoteleira de Fernão Ferro e contou com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral dos comunistas portugueses.

Depois de saudar as «gerações de comunistas que nos antecederam, que empunharam sempre a bandeira da liberdade, da democracia, da justiça social e da transformação da vida», Carvalhas denunciou, com a frontalidade que é apanágio dos comunistas, a desastrosa política económica e social levada a cabo pelo actual governo socialista. «O senhor primeiro-ministro e o ministro das Finanças disseram, numa conferência de imprensa, a semana passada, que estavam muito contentes porque Portugal entrava para a moeda única, estava no pelotão da frente», afirmou o secretário-geral do PCP na sua intervenção. «Ora, todos nós ficaríamos muito satisfeitos se estivéssemos no pelotão da frente dos salários, se estivéssemos no pelotão da frente das reformas, do emprego, se estivéssemos no pelotão da frente do nível de vida, da saúde e do ensino. Infelizmente, porém, estamos no pelotão da frente da moeda única e estamos no carro-vassoura, na cauda da Europa dos demais índices que determinam o nosso desenvolvimento.»

Sempre muito aplaudido, Carvalhas referiu a acentuação das desigualdades que se tem vindo a verificar nos últimos anos na sociedade portuguesa. «A distribuição do rendimento nacional não melhorou, pelo contrário, continuou a penalizar os trabalhadores e a encher os cofres de meia dúzia de senhores» - frisou, para depois passar a ocupar-se da escandalosa questão dos referendos.

Usaram também da palavra João Louro, em nome da Concelhia do Seixal, Rafael, pela JCP, e Teresa Robi, para saudar as mulheres, a sua luta e coragem, no Dia Internacional da Mulher.

A concluir esta grande jornada de convívio, onde se sentiram bem fortes os ideais e o espírito comunista, foi cortado um grande bolo de aniversário. Nas despedidas, os comunistas seixalenses não disseram até para o ano. É que têm consciência de que, até lá, haverá ainda muitas lutas a travar, muitas batalhas a vencer.

## Em Setúbal

Em Setúbal, o dia de aniversário do Partido foi cedo assinalado por uma acção de solidariedade da Comissão Concelhia com a luta dos trabalhadores da SODIA/ex-Renault.

Com efeito, eram 6.30 horas da manhã e membros daquele organismo e da própria célula da SODIA distribuíam à porta das instalações fabris o comunicados cujo teor fora divulgado na véspera em conferência de imprensa.

O significado desta acção foi devidamente assinalado por Manuel Damásio, membro da Comissão Concelhia e da Comissão de Trabalhadores da empresa, ao tomar a palavra no jantar-convívio que na noite desse mesmo dia decorreu num restaurante da cidade e que juntou mais de 150 pessoas.

Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, que participou no jantar, centrou as suas palavras na luta dos trabalhadores, salientando, porém, o papel destacado que o Partido mantém na sociedade portuguesa.

Já no dia seguinte, sábado, deste vez em Vendas de Azeitão, antecedendo o almoço de aniversário que igualmente criou raízes naquela região, o estalar de foguetes anunciou a chegada do camarada Álvaro Cunhal, convidado pela organização local do Partido.

Celestina Neves, da Comissão Concelhia e eleita na Junta de Freguesia de São Simão (uma das duas juntas que, nas últimas autárquicas, a CDU reganhou, com maioria absoluta, ao PS), lembrou o contributo da ida do camarada Álvaro Cunhal àquela mesma localidade em 1993 para a obtenção de um resultado eleitoral que então se aproximou da vitória.

Após a intervenção de Ruben de Carvalho, membro do Comité Central e eleito na Câmara Municipal de Setúbal, Álvaro Cunhal recordou que a vitalidade e unidade do Partido assentavam nas suas características de classe, linhas de orientação e princípios orgânicos visando acentuar cada vez o trabalho colectivo e uma profunda ligação aos trabalhadores e às massas.

Entretanto, na Lisnave, mais de 2.000 trabalhadores participaram na festa do 77º aniversário do PCP, promovida no refeitório da empresa, durante a hora do almoço, pelos trabalhadores comunistas.

O calor humano, os gestos de simpatia, a alegria patenteada no

rosto dos muitos operários e trabalhadores presentes no refeitório - com seis mesas ao centro repletas de bolos e moscatel e com a bandeira do Partido - foram bem demonstrativos do prestígio de que o PCP goza dentro da empresa.

Aliás, amigos do Partido presentes no almoço, emocionados com o ambiente, referiam esse facto, confirmado pela boa aceitação do comunicado de saudação aos trabalhadores que, à entrada do refeitório, a célula distribuía.

## Nos Açores

Nos Açores a passagem do aniversário do Partido começou por ser assinalada com uma nota à comunicação social, onde era feito um pequeno historial da vida e luta do PCP antes e depois do 25 de Abril.

Entretanto, na Ilha do Faial, os comunistas realizaram no



Um milhar de comunistas no Seixal, com Carlos Carvalhas

Por sua vez, em S. Miguel, os militantes comunistas comemoraram simultaneamente o 77º Aniversário do PCP e o 150º aniversário do «Manifesto Comunista», no Centro de Trabalho de Santa Clara.

lher as largas dezenas de convivas que quiseram participar no almoço comemorativo aí realizado e onde se destacavam eleitos da CDU nos órgãos autárquicos e representantes da comunicação social.

tiveram a participação do deputado do PCP José Calçada.

Também a organização de Évora promoveu um jantar-convívio para festejar a efeméride, sendo que as espaçosas instalações do «Pateo Alentejano» acolheram, assim, ao fim da tarde do passado sábado, três centenas de comunistas e amigos do PCP.

Na ocasião, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, evocou também os 150 anos do «Manifesto Comunista», documento que, em sua opinião, impulsionou «um grande movimento de ideias, de combates e de lutas da classe operária, dos trabalhadores e dos partidos comunistas que mudou o rumo da história da humanidade».

Em Ovar, após encerramento da V Assembleia de Organização Concelhia do PCP, no sábado realizada, e culminando os seus trabalhos, houve lugar a um jantar-convívio presidido por José Vitoriano, da Comissão Central de Quadros, que, a partir de uma vida dedicada à luta do povo e do Partido, realçou o significado dos ideais dos comunistas - vivos e actuais, não obstante todas as mudanças registadas.

Também em Viana do Alentejo, a Comissão Concelhia do PCP decidiu comemorar o aniversário do Partido após o fecho da sua II Assembleia de Organização. Assim, findos os trabalhos, foi servido um magnífico jantar onde uma centena de camaradas e amigos assinalaram a data, tendo José Soeiro, da Comissão Política do PCP, usado da palavra.

Em Vila do Conde, num ambiente fraternal, centena e meia de novos e velhos militantes fizeram também questão de assinalar a data com um jantar-convívio, o mesmo sucedendo em Valongo e Felgueiras onde iniciativas idênticas juntaram muitas dezenas de camaradas e amigos. E foi igualmente num clima de grande animação, confiança e amizade que, no Cartaxo, mais de uma centena de militantes e simpatizantes do PCP comemoraram o 77º aniversário com um almoço nas instalações do Centro Social e Cultural do Vale da Pedra e Ponte do Reguengo.



Em Ovar, José Vitoriano considera «vivos e actuais» os ideais dos comunistas



Na Lisnave, um entusiástico almoço assinalou o 77º aniversário do PCP

passado domingo um almoço comemorativo com a participação do coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota. A iniciativa serviu também aos comunistas para darem «um novo impulso à actividade partidária, dado o novo enquadramento e a maior importância que, em virtude dos resultados das eleições autárquicas de Dezembro último, o PCP passou a ter na vida social e política do Faial».

Em Ponta Delgada, também no passado sábado, dezenas de militantes e simpatizantes do Partido e activistas da CDU animaram uma tarde de convívio, durante a qual Mário Abrantes, membro do CC e do Secretariado da DORAA, acentuou o papel do PCP na vida nacional e regional e a actualidade e importância da sua luta.

No domingo, na Horta, o Centro de Trabalho «António Duarte» foi pequeno para aco-

## Por esse Partido fora

Na Suíça, as comemorações do 77º aniversário tiveram um carácter amplamente unitário, contando com a participação não só de comunistas mas de muitos outros emigrantes portugueses residentes neste país. Entre as iniciativas já realizadas ou a realizar, destacam-se as de Thun e Genève e ainda as de Zurich, Neuchâtel e Valais que

## Deputado comunista visita emigrantes na Suíça

Quando da sua deslocação à Suíça, para participar nas comemorações do 77º aniversário do PCP, o deputado comunista José Calçada teve oportunidade de manter importantes contactos quer oficiais quer com o movimento sindical e associativo nesse país.

Num encontro com Alexandre Milheiro e Helena Pereira, dirigentes do Sindicato dos Professores na Suíça, José Calçada abordou alguns dos importantes problemas que afligem

os professores, designadamente no que se refere ao futuro do ensino da língua portuguesa na Suíça.

A nível associativo, o deputado do PCP teve encontros com a Associação Portuguesa de Zurique, o Centro Português e a Casa de Benfica de Neuchatel, assim como com a Federação das Associações Portuguesas da Suíça Romanda, tendo em todos eles abordado os principais problemas que afectam a comunidade portuguesa na Suíça, com

destaque para o problema do desemprego.

Contactos oficiais bastante produtivos foram também mantidos por José Calçada com o cônsul de Genebra, com o cônsul de Zurique e com o embaixador de Portugal em Berna. Entre os assuntos discutidos, mereceram especial atenção as negociações da Suíça com a União Europeia e a necessidade de defender os interesses dos portugueses que trabalham e residem neste país.



## Adeus a Alda Nogueira

Numerosos camaradas e muitos amigos prestaram, na passada segunda-feira, uma última homenagem a Alda Nogueira, na sóbria cerimónia de despedida que constituiu o funeral da camarada, cujo falecimento, ocorrido no passado dia 5, na sequência de prolongada doença, deixou consternados todos quantos privaram de perto com a destacada comunista.

Natural de Lisboa e licenciada em Ciências Físico-Químicas, Maria Alda Nogueira era membro do PCP desde 1942, tendo passado à clandestinidade em 1949 e sido presa em 1959, ocorrendo a sua libertação após 9 anos de prisão nas cadeias fascistas. A camarada foi membro do Comité Central do Partido de 1957 a 1988 e foi deputada à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Após o 25 de Abril integrou a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP e a Comissão junto do Comité Central para os problemas e as lutas das mulheres.

Em telegrama enviado à família no dia 6, e assinado por Octávio Pato, o Secretariado do Comité Central manifestou a «profunda tristeza» pelo falecimento da «Camarada Maria Alda Nogueira, mulher notável, grande lutadora comunista, que consagrou muito da sua vida à causa da Emancipação da Mulher, à luta da classe operária e dos trabalhadores, aos ideais da Liberdade, da Democracia e do Socialismo».

O reconhecimento do papel de Alda Nogueira como militante comunista foi patente pelos numerosos camaradas que estiveram presentes durante o domingo passado, quando o corpo da falecida esteve em câmara ardente no cemitério do Alto de S. João e durante o funeral. Mas esse reconhecimento transcendeu sempre o âmbito partidário da Mulher que consagrou a sua vida, desde a juventude, a esses ideais. Em 1988, Alda Nogueira foi condecorada com a Ordem da Liberdade e recebeu, em 1987, a Distinção de Honra do Movimento Democrático de Mulheres. Entre as numerosas personalidades que estiveram presentes nas cerimónias fúnebres, destaque para o Presidente da República, Jorge Sampaio, que esteve no cemitério do Alto de S. João, ao fim da tarde de domingo.

No funeral, realizado na segunda-feira, a Direcção do Partido fez-se representar por uma delegação composta pelo secretário-geral, Carlos Carvalhas, e pelos camaradas Luísa Araújo, Fernanda Mateus, Rosa Rabiéis, Octávio Pato e Carlos Brito.

Em breve discurso, o Director do «Avante!» interpretou o sentir de muitos dos que, ali presentes, prestavam uma derradeira homenagem:

«Viemos aqui para dizer o último adeus a Maria Alda Nogueira. Creio, no entanto, que já sentimos todos, nestes dias que passaram desde o seu falecimento, que não se trata afinal de uma despedida.

«Como acontece frequentemente com aqueles que se entregaram aos outros e dedicaram a vida à luta pela liberdade, a justiça e um mundo melhor, a Alda vai continuar entre nós. É aquele privilégio de fugir à lei da morte de que já falava Camões.

«Os que fruimos a sua amizade calorosa vamos encontrá-la sempre no percurso das nossas reflexões e recordações e nas encruzilhadas da saudade. Mas todos nós, mais ou menos próximos, vamos encontrar o seu alto exemplo de mulher combatente e militante comunista abnegada na gesta da emancipação feminina e nas páginas da história do PCP.

«Foi logo nos bancos do liceu que Maria Alda abraçou os grandes ideais da justiça social e do socialismo a que havia de dedicar a vida inteira, até ser prostrada pela doença.

«Esteve ao lado de Maria Lamas, já com destaque, na Associação Portuguesa Feminina para a Paz e no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

«Aos 26 anos, depois de uma licenciatura em Físico-Químicas e quando se lhe abria uma carreira de investigadora científica, Alda Nogueira optou por se dedicar por inteiro à luta do nosso povo ingressando nos quadros clandestinos do PCP, de que foi depois, e durante muitos anos, destacada dirigente como membro do Comité Central. Enfrentou a tortura e a prisão nas cadeias fascistas, onde passou 9 anos, com a mesma firmeza, determinação e convicção contagiantes que lhe conhecemos mais tarde, após o 25 de Abril, nesse renascer da liberdade, nas tarefas de organização e fortalecimento do Partido e no relançamento do Movimento Democrático de Mulheres.

«Convivi com ela de perto neste período, como mais tarde na bancada comunista da Assembleia da República. Pude assim conhecer melhor a sua rica e fortíssima personalidade que combinava a polemista apaixonada, de palavra vigorosa e por vezes áspera, com o coração terno e sensível, de uma infinita compreensão para os problemas dos outros, como uma grande mãe que ela foi para tantos camaradas.

«É esta Maria Alda Nogueira, inteira, que hoje guardamos na memória, como uma grande amiga e fraternal camarada, a quem dizemos adeus porque é preciso dizer alguma coisa neste momento de tanto desgosto para a sua família do sangue e das ideias.»

### Covilhã

## Taxa sobre 30 por cento

A Comissão Concelhia da Covilhã protesta contra o brutal aumento da taxa de contribuição autárquica para o próximo ano, considerando que esta decisão da maioria do PSD irá atingir de forma gravosa todos que têm habitação própria ou propriedades rústicas.

Já em 1995, por lei do Orçamento de Estado, foi aumentado o valor tributável sobre os prédios urbanos que fez subir as receitas em 18 por cento, apesar da taxa de contribuição ter baixado de 1,3 para 1 por cento. Em 1996, na sequência da actualização

cadastral dos prédios rústicos o valor tributável aumentou cerca de dois mil por cento, o que gerou receitas superiores em mais de 1.600 por cento. Assim em 1995 cobraram-se 2.096 contos e em 1997 32.775 contos.

Depois destas actualizações, o Governo decidiu alterar novamente a taxa de contribuição autárquica permitindo que fossem fixadas entre 0,7 e 1,3 por cento do valor máximo dos prédios. Contudo, em vez de aproveitar esta possibilidade para aplicar a taxa segundo critérios de justiça social, a Câmara

optou pelo valor máximo legal o que provocará aumentos na ordem dos 30 por cento.

A Concelhia do PCP fez as contas e afirma que uma habitação avaliada em 5 mil contos em 1998 pagará já em Abril 50 contos referente à taxa de 1 por cento em vigor, mas em 1999 este aquele valor sobe para 65 contos à taxa de 1,3 por cento.

Lembrando que o nível médio dos salários apenas cresceu 2,75 por cento este ano, os comunistas apelam aos covilhanenses que manifestem o seu protesto e expressem a sua indignação.

### Barcelos

## Têxtil despede duzentos trabalhadores

Os 200 trabalhadores da empresa têxtil CEE entraram recentemente em luta, com vigília dia e noite junto das instalações, exigindo a a manutenção dos seus postos de trabalho. Segundo a Comissão Concelhia do PCP de Barcelos, os salários dos meses de Janeiro e Fevereiro estão em atraso, mas já em 1997 o subsídio de férias só foi pago em 28 de Novembro e o mês de Dezembro liquidado em 28 de Janeiro. Desde esta data

que os trabalhadores laboram sem receber salário.

Afirmando que a administração da empresa age com má-fé, o PCP refere que no final de Fevereiro foi prometido o pagamento de metade dos salários caso os trabalhadores retomassem a sua actividade normal. Agora, alegando que precisa de pagar a nafta e a energia, a administração propõe apenas um terço dos vencimentos. Os comunistas condenam esta atitude

e exortam os trabalhadores «a lutar e a reivindicar aquilo que lhes pertence por direito próprio», sublinhando que «a entidade patronal devia ser responsabilizada pelas dificuldades impostas a muitas famílias e pela situação a que chegou a empresa. Por falta de trabalho não foi». A Concelhia do PCP já solicitou ao Grupo Parlamentar comunista a apresentação de um requerimento ao Governo sobre esta matéria.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### António Maduro

Faleceu, com 94, anos, António Manuel Maduro, destacado militante antifascista desde os anos 30. Natural do Corte de Pinto, concelho de Mértola, pertencia actualmente à organização da Brandoa.

#### Artur Simões

Faleceu Artur Simões, militante comunista desde os tempos da clandestinidade, onde se dedicava à venda e divulgação do «Avante!». Preso pela PIDE por seis vezes, esteve nos últimos anos ligado à organização da Cova da Piedade, residindo actualmente na Vinha das Pedras, Freguesia de Alhos Vedros.

#### Edmundo Ladeira

Faleceu, com 81 anos, Edmundo Ladeira, organizado na freguesia de Alcântara onde desempenhou tarefas de propagação.

#### João Faria

Faleceu, no passado dia 3 de Março, com 79

anos, João Ferreira Faria, conhecido por João Escama. Era muito activo no Clube Sacavenense e militava no PCP desde antes do 25 de Abril.

#### Manuel Ruas

Faleceu, com 68 anos, Manuel Almeida Ruas, que estava organizado em Moscavide onde era muito estimado.

#### Rosa Fonseca Ferreira

Faleceu, com 81 anos, Rosa Fonseca Ferreira, conhecida por Rosa Agulhas. Foi activista na freguesia de Alcântara e destacou-se na luta pela construção do Mercado ao qual foi dado o seu nome. Envolveu-se em muitas outras acções na defesa dos interesses da população da freguesia.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo da redacção do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## TRABALHADORES

# Dia da Mulher

## Mais emprego com direitos

### Maior participação em igualdade

Assegurar a igualdade no respeito pela diferença foi o desafio lançado neste 8 de Março pelo Movimento Democrático das Mulheres, que promoveu diversas iniciativas por todo o país sob o lema *Dia M - mulher, mais emprego com direitos, maior participação em igualdade*.

Das acções realizadas - promovidas pelo MDM, diferentes estruturas sindicais e associativas e o apoio de algumas autarquias e personalidades - destacam-se: um almoço convívio no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa; um espectáculo musical no Auditório Carlos Alberto, no Porto, seguido de desfile até à Ribeira, com lançamento de mulheres paraquedistas do Pára-Club de Gaia; um debate sobre *Mulheres, Emprego, que desafio?*, no salão polivalente da Escola Secundária de Montemor-o-Novo.

No debate em Montemor-o-Novo foram referidos alguns dados concretos sobre o emprego e o papel da mulher

na sociedade portuguesa e no Alentejo - 67% dos desempregados alentejanos são mulheres, das quais 24% têm menos de 25 anos e 52% entre 25 e 49 anos.

Integraram ainda as comemorações almoços e jantares-convívio, debates e espectáculos, na Marinha Grande, Faro, Beja, Aveiro, Covilhã e Viana do Castelo.

A abordagem da problemática do *aborto clandestino* em Portugal e a necessidade de aprovação final da lei aprovada na generalidade a 4 de Fevereiro na Assembleia da República, são tema de debates, realizados e a realizar - em Beja, dia 10, com a participação da deputada comunista Odete

Santos, no Barreiro, dia 14, em Sesimbra, a 20 de Março, e em Serpa, também em Março.

Dia 7 o MDM lançou, em conferência de imprensa, uma *campanha de solidariedade para com as mulheres que no mundo são vítimas de violência*, que se integra nas acções previstas pela Federação Democrática e Internacional de Mulheres, designadamente o Encontro Internacional de Solidariedade entre Mulheres, que terá lugar em Cuba, de 13 a 17 de Abril, e o seu Congresso, em Novembro próximo.

#### Apresentação da Carta aos órgãos de soberania

A Comissão Organizadora das Comemorações do 8 de Março em Lisboa - Movimento Democrático das Mulheres (MDM), Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN, Movi-



Manifestação no Porto, no Dia da Mulher

mento para a Emancipação Social das Mulheres (UMAR), Associação de Apoio à Vítima (APAV), Grupo 15 de Lisboa da Amnistia Internacional e Associação a Mulher e o Desporto - foi recebida, para entrega de um

documento reivindicativo aprovado dia 8 de Março, pelo Presidente da Assembleia da República, dia 9 e, dia 10, pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

O documento apresentado é a Carta Reivindicativa da Plena Cidadania, pela realização de direitos e oportunidades, entretanto aprovada em iniciativa do 8 de Março.

## Madeira e Açores assinalam 8 de Março

O 8 de Março foi também assinalado na Madeira e Açores, nomeadamente em documentos divulgados pela CDU e PCP.

Na Madeira, o Grupo Parlamentar CDU e a Organização de Mulheres do PCP/Madeira divulgaram um folheto em que se salienta a importância de levar à prática os direitos garantidos pela lei, pois "temos leis que garantem a igualdade, mas que são violadas, diária e impunemente".

A CDU/Madeira relembra a luta das mulheres pela mudança e os direitos conquistados

com o 25 de Abril e sublinha que "o reconhecimento legal dos direitos das mulheres, bem como a sua participação na vida democrática, enriqueceu o nosso país".

Abordando a questão concreta da IVG, avança-se com a exigência de "que a Lei sobre a IVG seja aprovada na especialidade e aplicada a todo o território nacional".

Nos Açores, a Direcção da Organização Regional do PCP defende, em comunicado, que o direito das mulheres à igualdade será assegurado por uma legislação que garanta a efec-

tivação dos direitos, o direito ao trabalho em igualdade de oportunidades; o reconhecimento efectivo da maternidade e paternidade "como função eminentemente social; o reconhecimento efectivo da igualdade de direitos na família; o desenvolvimento de uma política educativa e cultural visando uma alteração de mentalidades e a criação de condições para a formação de uma consciência social "que encare o homem e a mulher como seres humanos na plenitude dos seus direitos e deveres.

## Carta Reivindicativa da Plena Cidadania

1. Cumprimento da resolução do Conselho de Ministros nº 49/97 - Plano Global para a Igualdade de Oportunidades.
2. Medidas que garantam a aplicação efectiva dos direitos das mulheres e a igualdade de oportunidades em todas as áreas da vida económica, social, política e cultural.
3. Medidas concretas que fomentem o emprego feminino em termos quantitativos e qualitativos, acompanhado de redução progressiva do horário de trabalho.
4. Elevação do poder de compra dos salários e das pensões e melhoria da qualidade de vida tendo em conta a fase de crescimento económico do País e a aproximação dos níveis médios comunitários.
5. Melhoria e alargamento dos direitos à segurança social e à saúde e consagração da idade da reforma aos 62 anos para as mulheres e os homens.

6. Resolução prioritária dos graves problemas da habitação, construindo mais habitação social e recuperando e reabilitando as habitações degradadas existentes.
7. Medidas de incentivo à educação ao longo da vida e à formação profissional de todos, dando particular atenção às mulheres.
8. Apoio especial às mulheres sós e às mães solteiras com dificuldades económicas.
9. Criação de centros de apoio às mulheres vítimas de violência e cumprimento e regulamentação da Lei específica de protecção.
10. Implementação de uma política desportiva nacional que corrija o enorme desequilíbrio existente no âmbito da participação das mulheres no desporto, a todos os níveis, e em todas as esferas de competência.
11. Conclusão do processo legislativo, ilegitimamente interrompido, de despenalização da IVG.

## JCP em Notícias

### Debate no Seixal

A Organização Concelhia do Seixal da JCP realizou, no Espaço Jovem na Arrentela, um debate subordinado ao tema "Interrupção Voluntária da Gravidez", que contou com a presença da médica psiquiatra Anita Vilar e teve a activa participação de algumas dezenas de pessoas.

Anita Vilar relembrou, na sua intervenção, que "o que está em causa é continuar-se a fechar os olhos à criminalização, à clandestinidade e à insegurança a que as mulheres estão sujeitas e ao negócio que o aborto clandestino proporciona".

A médica alertou ainda para que "caso se torne impossível a batalha contra a realização deste referendo, que se debruça perigosamente sobre questões de liberdade individual, resta-nos assegurar que este não seja instrumentalizado e não instrumentalize os cidadãos".

### Produtos indonésios à venda na Madeira

"Na Madeira, também se vendem produtos *made in Indonesia*. Produtos que não deveriam ser vendidos, e muito menos comprados", denuncia a JCP/Madeira.

Em comunicado agora divulgado, os jovens comunistas madeirenses apelam aos madeirenses para que "demonstrem o seu desagrado e desacordo nos estabelecimentos comerciais onde se verifique esta situação, exigindo que os produtos *made in Indonesia* sejam retirados do circuito de venda" e que, acima de tudo "estejam vigilantes, pois estes produtos parecem ser mais comuns do que se pensa".

A JCP sublinha que, acima de tudo, "está em causa a nossa consciência pessoal e colectiva", con-



fiantes de que "a solidariedade certamente contará mais do que o simples lucro".

### Algarve em campanha

A JCP/Algarve, "considerando que o Ensino Secundário é gravemente afectado por um pensamento e prática governativa neoliberal, que retira do ensino os seus motivos de interesse e que é responsável pelo florescimento do desinteresse e apatia em estudantes e professores", lançou agora uma campanha de informação, que teve início a 9 de Março e se deverá prolongar até dia 27.

No âmbito desta campanha vai ser distribuído um boletim informativo, o ruptura, a distribuir nas escolas do Algarve, e que constitui um meio privilegiado

de denúncia, debate e propostas em relação aos problemas do ensino secundário.

### O Alentejo que queremos

O agravamento da situação social da juventude portuguesa e, mais concretamente, da juventude alentejana, é a razão de ser de uma campanha de afirmação, que deverá decorrer ao longo deste mês de Março, e em que os jovens comunistas vão apresentar as suas propostas para alterar esta situação.

Iniciada dia 1 de Março, esta campanha tem como tema "O Portugal que temos, o Alentejo que queremos" e tem por objectivo debater os problemas dos jovens alentejanos nas mais diversas áreas, como a educação, o emprego, a desertificação, realizando uma série de iniciativas em diversos concelhos. Para já, foram percorridos os concelhos de Nisa, Campo Maior, Portalegre e Monforte.

## TRABALHADORES

# Plenário da CGTP apela à luta

No final do plenário nacional de sindicatos, quinta-feira da semana passada, os dirigentes e delegados deslocaram-se à Assembleia da República, onde fizeram entrega de uma moção.

No plenário foi também aprovada uma resolução em que se apela à mobilização dos trabalhadores na luta pela redução do horário de trabalho, pela melhoria dos salários e da protecção social e contra a precariedade de emprego.

A moção entregue na AR defende que só devem ser transpostas para a legislação nacional as prescrições da Directiva comunitária sobre a organização do tempo de trabalho que sejam vantajosas para os trabalhadores portugueses.

A *Inter* pretende que a transposição da directiva comunitária não suprima nem diminua os direitos dos trabalhadores, devendo obedecer a conceitos claros e rigorosos e incluir como tempo normal de trabalho as pausas constantes das convenções colectivas.

O pessoal auxiliar do Ministério da Saúde, que desempenha funções em hospitais e Administrações Regionais de Saúde, vai estar em greve amanhã, em defesa da revisão das carreiras. Os traba-

lhadores – cerca de 27 mil – não aceitam que o Ministério ainda não tenha publicado as carreiras resultantes do acordo conseguido em Dezembro de 1996, depois de dois anos de negociações, e rejeitam o argumento de que as carreiras da Administração Pública vão ser revistas no âmbito do acordo de 1997, pois o seu processo negocial decorreu muito antes.

Centenas de trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas concentraram-se sexta-feira junto ao Ministério da Defesa com o propósito de serem recebidos pelo ministro ou pelo secretário de Estado.

Os trabalhadores dos EFFAs reivindicam aumentos salariais de 6,5 por cento, a reintegração dos trabalhadores contratados que têm sido dispensados, a revisão das carreiras e a redução do horário de trabalho semanal. A concentração visou também protestar contra o encerramento e privatização dos estabelecimentos fabris militares.

Os trabalhadores dos CTT de Setúbal decidiram sexta-feira, em plenário, dar um prazo até dia 29 de Abril para a administração resolver os problemas dos centros de distribuição postal; de contrário, realizarão uma greve nesse dia.

A decisão foi votada no final de um plenário que decorreu todo o dia para exigir melhores condições de trabalho e que afectou a distribuição de correio na cidade. A dirigente sindical Palmira Teixeira disse à Lusa que o plenário foi convocado devido à falta de condições de trabalho, sobrecarga de serviço e ameaças aos trabalhadores contratados.

O pessoal operário e auxiliar dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra terminou sexta-feira uma greve de quatro dias, pela aplicação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco nas mesmas condições que já vigoram para o pessoal da Câmara. A adesão, segundo o STAL, esteve sempre muito próxima dos 100 por cento.

Para ontem estava convocado um plenário onde iriam ser analisados os resultados da luta e a sua eventual agudização.



## Acidentes na construção são crimes

«É altura das autoridades deste país começarem a apontar os verdadeiros culpados (empresas/dono de obra) como homicidas voluntários, para que sejam condenados e respeitem quem trabalha, cria riqueza e proporciona bem-estar às populações», exige a Federação dos Sindicatos da Construção.

Esta estrutura da CGTP verifica que, «com a aproximação dos prazos para a conclusão das grandes obras na zona de Lisboa - Expo'98, acessos à Expo e alargamento da rede do Metro - os acidentes de trabalho começam a suceder-se a um ritmo assustador, embora sejam conhecidos do grande público apenas os mais aparatosos».

Como causas para os acidentes, a federação aponta o aumento do ritmo de trabalho, a grande carga horária sobre os trabalhadores, a contratação de mão-de-obra não qualificada e ilegal por parte dos empreiteiros e subempreiteiros, a falta de formação profissional e na área de higiene e segurança no trabalho.

## Audiência no Turismo

Foi novamente desconvocada, de véspera, a audiência que o secretário de Estado do Turismo decidira conceder terça-feira à Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo. «Não podemos deixar de manifestar o nosso desagrado e contestação pela forma como o senhor secretário de Estado está a tratar este problema, podendo concluir-se que não haverá da sua parte grande vontade de reunir com a Federação», declara a direcção nacional da Feshot/CGTP. Numa nota divulgada segunda-feira à tarde, sublinha que se trata de uma «organização sindical representativa de muitos milhares de trabalhadores do sector» e que tem «em agenda problemas tão complexos como a nova legislação hoteleira, a formação profissional e a qualidade nos serviços e os casos Torralta e Enatur, entre outros».

## Pela verdade no IVV

A recente «carta aberta» dirigida ao presidente do Instituto da Vinha e do Vinho e referindo irregularidades que teriam sido cometidas «justifica, da parte do ministro da Agricultura, a tomada de medidas tendentes ao apuramento da verdade», reclama a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. «Ainda que anónima, a denúncia agora feita, considerado o seu conteúdo pela gravidade dos factos relatados, merece uma investigação isenta, completa e urgente, sob pena de subsistirem dúvidas que não abonam em favor da actual presidência, acusada, e do ministro da Agricultura, que tutela o organismo», afirma a comissão executiva da FNSFP, numa nota antontem distribuída à comunicação social.

## Mais desemprego

No distrito de Évora o número de desempregados passou de 7877, em Dezembro, para 8658, o que representa um aumento de 9 por cento, situação que é «demonstrativa da continuada ausência de medidas de carácter estrutural que criem riqueza e emprego», segundo a USDE/CGTP. A União de Sindicatos do Distrito de Évora, que cita dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional, realça que, mesmo tendo em conta o número de desempregados que encontraram colocação no âmbito dos Programas Ocupacionais, aquele agravamento situou-se nos 6 por cento.

## Ferrovieiros em greve querem resposta rápida

A greve de 24 horas, na segunda-feira, teve níveis de adesão entre 75 e 95 por cento, ficando «praticamente paralisada» a actividade da EMEF e da REFER, segundo a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses.

Denunciando o facto de a CP não ter olhado a meios para pôr comboios a circular, «violando as regras de circulação e as leis», a FSTFP divulgou segunda-feira à tarde um comunicado em que diz esperar «que o Governo, o

CG da CP e as administrações das empresas tenham em conta a adesão a esta greve e apresentem, nas próximas reuniões, dias 10, 11 e 12, novas propostas que possibilitem o evoluir rápido dos processos negociais».

Entre os motivos que levaram à paralisação estão as propostas de aumentos salariais das empresas, que levaram o Sindicato dos Ferroviários do Centro a perguntar, num comunicado em que apelava à participação na luta: «Será com aumentos

salariais que variam entre os 50 e os cem escudos por dia para a grande maioria dos trabalhadores e pouco mais de 20 escudos por dia no subsídio de refeição que se quer dignificar os salários?»

O sindicato registava que a apresentação do pré-aviso de greve obrigou algumas administrações a evoluir, mas as novas propostas continuam a ser «claramente insuficientes».

Para além da questão salarial, os ferroviários exigem resposta a outras preocupações: garantia de postos de trabalho e de direitos quando da transferência de serviços e trabalhadores; clarificação e compromisso de paga-



Às posições das empresas e do Governo, os ferroviários respondem com a luta (foto de arquivo)

mento das indemnizações vitalícias devidas por acidentes e doenças profissionais e responsabilidade jurídica do pagamento das pré-reformas, bem como da garantia das concessões/passeios aos reformados; regulamen-

to de carreiras e avaliações profissionais; horários de trabalho nas passagens de nível; discriminações na definição dos prémios, escalas, reclassificações e atribuição de lugares em dormitórios ou unidades hoteleiras.

## Fenprof exige reunião hoje no ME

Reunido no final da semana passada em Lisboa, o Secretariado Nacional da Fenprof exigiu que o Ministério da Educação marcasse para hoje à tarde uma reunião, reclamando que, nessa altura, o Governo apresente a sua proposta sobre a reestruturação da carreira docente. «A dignificação social da profissão docente passa inevitavelmente pela revalorização material da carreira dos professores e educadores», afirma aquele órgão dirigente da Federação Nacional dos Professores, num comunicado de imprensa que divulgou sexta-feira.

A Fenprof defende o prosseguimento da mobilização dos professores e educadores, «considerando claramente a marcação de acções de luta que poderão passar necessariamente pela realização de greves que poderão ocorrer em período de avaliações no final do 2º período ou no final do ano lectivo, se a situação negocial e o procedimento do ME o justificarem».

Na reunião, de dois dias, foram também apontados, como objectivos prioritários da acção reivindicativa: impedir a publicação do diploma sobre gestão, forçando a abertura de um processo negocial, e dar início à negociação das carreiras e grelha salarial.

## Bancários manifestaram-se por melhores salários

Centenas de bancários concentraram-se dia 4, quarta-feira, junto à sede da Associação Portuguesa de Bancos e desfilaram depois rumo à baixa lisboeta, onde realizaram uma vigília frente ao Banco Comercial Português.

Gritando palavras de ordem de protesto contra o contraste entre os grandes lucros dos banqueiros e a cada vez mais desenfreada exploração dos bancários, os cerca de 4 mil manifes-

tantes (segundo estimativa de Delmiro Carreira, presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, citado no «Público») aprovaram uma resolução em que afirmam a disposição de continuar a lutar se não foram atendidas as exigências dos trabalhadores e dos três sindicatos do sector, em particular no que se refere a uma significativa melhoria salarial. A resolução, lida pelo vice-presidente do SBSI, Sebastião Fagundes, res-

ponsabiliza os bancos e a APB pelas consequências de futuras iniciativas.

O grupo BCP/Atlântico, de Jardim Gonçalves, mereceu severas críticas por se recusar a assinar o acordo colectivo de trabalho de 1997 e conduzir uma grande ofensiva contra os direitos dos trabalhadores. Para este caso, os sindicatos exigem do Governo a publicação de uma portaria de extensão do ACT.

## Táxis Festru acusa Governo e patrões

«Nada impede hoje uma adequada fiscalização da actividade dos táxis, para além da falta de vontade da Antral e do Governo», recorda a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, num comentário sobre as notícias que têm vindo a lume relativas à situação naquele sector.

A Festru/CGTP refere que, durante 1997, solicitou por duas vezes a intervenção da Inspeção de Trabalho, apontando múltiplas irregularidades. «A estes ofícios não tivemos qualquer resposta, e temos conhecimento de que nada foi feito», afirma-se no comentário divulgado pela comissão executiva da federação. Também a Direcção-Geral de Fiscalização das Actividades Económicas poderia actuar, o que terá sido recentemente aventado por instâncias do Governo, «mas nada foi feito que seja do nosso conhecimento».

«O sector vive, na prática, no que respeita às relações laborais, na mais completa desregulamentação, porque o Estado não se preocupa em fazer cumprir a lei e porque isso aproveitou aos empresários», acusa a Festru.

Actualmente, «predomina entre os empresários do sector o recrutamento de motoristas sem contrato de trabalho, com pagamentos à percentagem, uns a tempo inteiro, que trabalham muito para além das 40 horas semanais, outros a tempo parcial, fazendo "ganchos" para complemento de salários que ganham noutras profissões» - situação que a estrutura da CGTP nos transportes rodoviários e urbanos quer ver alterada. O problema é que a associação patronal (Antral), «em diversas reuniões e mesmo na presença de representantes do Governo, que passivamente se limitam a ouvir, não só confirma» aquele estado de coisas, como «defende que continue a manter-se, afirmando que o negócio precisa dos "ganchistas" para sobreviver» - denuncia a Festru.

### Valorização

No comentário sublinha-se que «os motoristas de táxi querem ver valorizada a sua profissão», apontando a Festru como primeira condição para tal «a garantia dos direitos mínimos: contrato de trabalho com direitos e deveres estabelecidos, horários de trabalho, férias, pagamento do subsídio de férias e 13º mês, pagamento do subsídio de refeição, descontos para a Segurança Social». Por outro lado, «o reconhecimento das competências que pretendem de um motorista de táxi não é compatível com salários defendidos pela Antral, cujo valor/hora é inferior ao do salário mínimo nacional».

Depois de lembrar que sempre se tem batido pela certificação dos motoristas profissionais, a federação rejeita «a hipótese de uma carteira profissional à moda antiga, cuja principal função seja poder ser utilizada como instrumento de controlo e repressão por parte da entidade patronal».

## Aveiro

### Rendimento mínimo atrasado

«Verifica-se um atraso preocupante na análise das candidaturas ao rendimento mínimo garantido», denunciou na semana passada a União dos Sindicatos de Aveiro. Dos cerca de 6 mil processos que deram entrada até ao fim de Janeiro, apenas cerca de 1500 tinham sido analisados e cerca de 800 foram deferidos.

Os números foram apurados numa reunião com represen-

tes do movimento sindical nas comissões de Acompanhamento Local do RMG, que teve lugar no dia 4 e onde foi considerada positiva a participação dos sindicatos na implementação daquela medida.

A demora na análise das candidaturas, que abrangem mais de 10 mil pessoas, é agravada pelo atraso «de vários meses» no pagamento das prestações.

A USAV/CGTP refere ainda

que os 150 acordos de programas de inserção assinados, abrangendo cerca de 300 pessoas, é «manifestamente pouco face ao número de pessoas abrangidas nas candidaturas». Por outro lado, «as inserções mostram que se procura "resolver" os problemas com suporte numa política de gestão social do desemprego e não, como devia ser, numa verdadeira política de emprego».



## Posse no STAL

Tomaram posse no passado dia 4, em cerimónia realizada no Forum Municipal do Seixal, os novos corpos gerentes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, eleitos a 18 de Fevereiro para um mandato de três anos. Nas eleições participaram 25412 votantes, o que representa cerca de 55 por cento dos inscritos. A única lista concorrente recebeu 24171 votos - de acordo com os números divulgados pela Mesa da Assembleia Geral.

Ao intervir na sessão, Manuel Carvalho da Silva realçou a importância da acção do STAL para a defesa dos interesses dos trabalhadores das autarquias, bem como para as lutas da Administração Pública e do movimento sindical.

## Ordenamento do Território Lei de Bases carece de alterações

A proposta de Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo esteve em debate no Parlamento. Desde há muito aguardado, a importância deste documento-chave decorre do seu decisivo papel enquanto instrumento definidor das grandes linhas de orientação para um desenvolvimento sustentável do território, indissociável da melhoria da qualidade de vida das populações e de uma correcta gestão e salvaguarda dos recursos naturais.

\* Num contexto onde avulta a ausência de uma estratégia clara para o território e é notória a falta de um ordenamento jurídico coerente e articulado, trata-se, por conseguinte, de um diploma que não pode deixar de inscrever nos seus objectivos, como assinalou o deputado comunista Joaquim Matias, questões como a adequada utilização e transformação do uso do solo, a renovação de núcleos urbanos envelhecidos e degradados, ou a preservação do património natural e ambiental.

Sendo este um diploma fundamental e prioritário, importa agora que em sede de especialidade sejam introduzidas melhorias e alterações que o debate na generalidade veio a revelar necessárias. Para este mesmo aspecto chamou a atenção Joaquim Matias ao referir as «profundas correcções e clarificações sobre legislação complementar» de que a proposta do Governo carece, apontando, como exemplo, a necessidade de lhe conferir «maior eficiência

normativa no sentido do rigor que se pretende para o ordenamento do território», respeitando simultaneamente a «aplicação de princípios e objectivos».

Elencadas por Joaquim Matias foram, entretanto, algumas das questões que reputou de «princípio» e que em sua opinião terão de ser cabalmente definidas na discussão na especialidade. E a primeira - «absolutamente fundamental» nas suas palavras - tem a ver com a transformação do uso do solo e da concepção que a lei adopte nesta matéria, questão que do seu ponto de vista «não está clarificada».

«Em que medida é que a transformação da estrutura fundiária é entendida como parte integrante do direito de propriedade, ou, pelo contrário, em que medida é entendida como uma prerrogativa do sector público, seja ao nível central, regional ou local», questionou, antes de alertar para algumas imprecisões no articulado do diploma que, não tendo em conta a realidade existente, «podem conduzir à inexe-

quibilidade de todos os planos de ordenamento do território».

Acresce, ainda neste capítulo, que a redução da classificação do solo às categorias urbana e rural, no entender da bancada comunista, introduz «distorções dificilmente ultrapassáveis se conjugadas cegamente com os conceitos de indemnização, compensação e perequação».

Sublinhado por Joaquim Matias foi concretamente o facto de os perímetros urbanos definidos nos Planos Directores Municipais (PDM's), na ausência de uma política de solos, reflectirem «não a previsibilidade de urbanização mas sim a sua admissibilidade».

Assim sendo, observou, «transformar estes espaços na ausência de uma melhor classificação em solo urbano, sem sequer possuírem infra-estruturas de qualquer espécie, não é de modo algum legítimo e introduz custos de compensação e indemnização que impediriam a execução de qualquer plano».

Definindo a posição do Grupo comunista sobre a hierarquia dos planos municipais, regionais, sectoriais e especiais, o parlamentar comunista rejeitou qualquer posição que «parta do princípio que a administração defende necessariamente todos os valores correctos do ordenamento do território», defendendo que a intervenção do Estado deve ser «fundamentalmente normativa».

## Alterações do Código Penal hoje em debate Direito de indignação não pode ser cerceado

A alteração de algumas disposições do Código Penal ocupará, hoje, em sessão plenária, a atenção dos deputados. Em debate estarão dois diplomas, um, do Governo, o outro, sob a forma de projecto de lei, do PCP. Preconizadas por este são alterações relativas ao princípio da extraterritorialidade, ao abuso sexual de menores e outros crimes sexuais, bem como à liberdade de imprensa. Aditadas são ainda disposições relativas a ilícitos penais laborais.

Na base destas alterações está o entendimento da bancada comunista de que o Código Penal em vigor, não obstante permitir a execução de uma política criminal que garanta a segurança dos cidadãos, é passível de ser melhorado, acolhendo, designadamente, os resultados do debate das últimas alterações nele introduzidas.

Nesse sentido vai, por exemplo, a alteração do artigo 5º Código visando alargar o princípio da extraterritorialidade

por forma a tornar possível «uma maior eficácia no combate a algumas formas de criminalidade grave como a pedofilia».

No que se refere às alterações na área dos «crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual», na mira estão nomeadamente aqueles crimes em que as principais vítimas são as mulheres, as crianças e os jovens.

Retomando propostas por si anteriormente apresentadas, os deputados comunistas advogam ainda no articulado do seu diploma medidas que garantam a liberdade de imprensa, propondo, noutra plano, a criminalização de condutas contra os direitos dos trabalhadores, e melhorando simultaneamente a tipificação do crime de exploração do trabalho infantil.

Com a proposta de lei agora em debate, o Governo, por sua vez - na sequência da rejeição parlamentar de um diploma com idênticos objectivos ocorrida na anterior sessão legislativa -

vem revelar que a sua verdadeira motivação tem mais a ver com a criação de dispositivos que criminalizem acções de protesto popular como são os cortes de estradas, do que propriamente o combate à criminalidade em domínios como o dos crimes sexuais, dos crimes laborais ou na área da exploração de menores.

Só assim se compreende, com efeito, que tenha apresentado uma proposta - cumprindo, aliás, o que prometera - limitada à criminalização de manifestações de protestos, cujo antecedente mais conhecido foi o bloqueio da ponte 25 de Abril. É a confirmação, como faz notar o Grupo comunista na nota preambular do seu diploma, de que o núcleo fundamental da rejeitada proposta do Governo de alterações ao Código Penal é o respeitante às disposições que criminalizam os cortes de estradas, via através da qual muitos grupos de cidadãos têm manifestado o direito à indignação.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## João Amaral sobre a política de Defesa Nacional

## «Está doente e é um fiasco»

Um verdadeiro "fiasco", assim classificou o deputado comunista João Amaral a política de Defesa Nacional levada a cabo pelo Governo ao longo dos últimos dois anos e meio. O sector está todo ele "doente, profundamente doente" - diagnosticou -, e o pior é que "não se vislumbram melhoras possíveis".

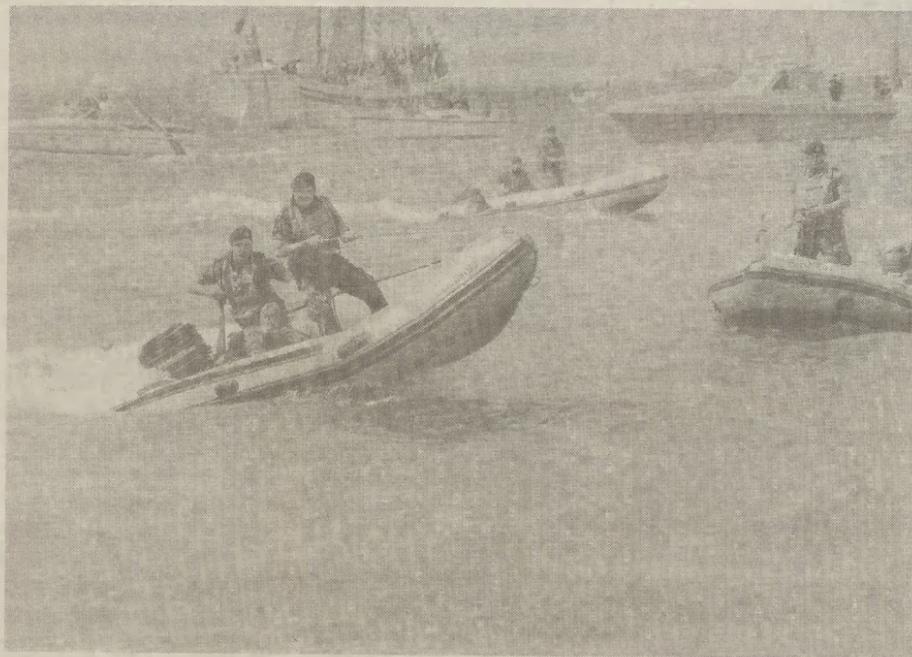
Dois factos recentes motivaram esta tomada de posição do Grupo Parlamentar do PCP, sob a forma de declaração política, proferida numa das sessões plenárias da passada semana. Em qualquer dos casos, a eles associado, esteve a figura do ministro da Defesa. Um dos episódios esteve relacionado com a nomeação do responsável da Força Aérea, que culminaria com a demissão de Fuzeta da Ponte. O outro, num acto de inadmissível discriminação, prendeu-se com a organização de um seminário pelo Instituto de Defesa Nacional, sobre Segurança, Defesa e Profissionalização das Forças Armadas, do qual foi escandalosamente arredado o PCP.

Na origem do primeiro caso, conforme é do conhecimento público, esteve a carta do Chefe de Estado Maior Gene-

ral das Forças Armadas, dirigida ao Presidente da República, e por este devolvida.

Considerando "inacreditável que o Governo tenha demorado dois meses para reagir", face à gravidade da situação, João Amaral entende que toda a situação é "inaceitável", como inaceitáveis foram, do seu ponto de vista, os comentários que Veiga Simão teceu sobre o assunto já depois de ter vindo a público toda a história.

"O Presidente da República tem os seus poderes claramente definidos na Constituição e não é aceitável que qualquer ministro, ainda por cima o de um pasta como a da Defesa Nacional, ignore esses poderes. Os tempos mudaram: o Presidente da República da Constituição de 1976 não é uma corta-fitas, nem uma espécie de Américo Thomas!", obser-



vou, antes de concluir que "perante um comportamento como o que teve o actual ministro num caso como este, o Primeiro-Ministro não pode permanecer indiferente".

Não se esgotaram porém neste capítulo as críticas da bancada comunista à política governamental em matéria de Defesa Nacional. Contundente, João Amaral disse mesmo

estar-se perante um autêntico "fiasco", acusando o Governo de não ter cumprido do seu programa "nada de significativo".

"É a política dos seis zeros", enfatizou, exemplificando: "zero na revisão do conceito estratégico de defesa nacional; zero na reestruturação das Forças Armadas, onde tudo está na mesma, salvo a cada vez maior penúria; zero na revisão da legislação, incluindo a revisão da lei de defesa, a nova legislação sobre justiça e disciplina, a legislação sobre condição militar e direitos dos militares; zero em matéria de grandes opções de reequipamento, com a terceira lei de programação militar atrasada, com indecisões contínuas, anulações e recuos de toda a ordem; zero na revisão e dignificação das carreiras militares; zero na reestruturação do sistema de Autoridade Marítima, peça

fundamental para o controlo e gestão das áreas marítimas que integram a nossa soberania".

Quanto à discriminação de que o PCP foi alvo, ao não ser convidado para estar presente no referido seminário organizado pelo Instituto de Defesa Nacional, entidade dependente do ministro da Defesa Nacional, João Amaral não escondeu a sua indignação pelo sucedido, afirmando que o Ministro "não tem o direito de discriminar qualquer das forças representadas na Assembleia da República", e responsabilizando directamente António Guterres por permitir que um sector como é o da Defesa Nacional esteja a ser gerido "sem respeito pelas competências dos outros órgãos de soberania, sem verdadeiramente uma política em execução, e com discriminação de forças políticas" com representação parlamentar.

Renault em Setúbal  
PCP quer ouvir o Governo

O Grupo Parlamentar do PCP requereu a convocação de uma reunião da Comissão de Trabalho e Segurança Social da Assembleia da República, com a presença dos ministros da Economia e do Trabalho e Solidariedade Social, para análise do caso da fábrica Renault em Setúbal.

A realizar com carácter de urgência, de acordo com o pedido formulado pelos deputados comunistas Odete Santos e Joaquim Matias, esta reunião visa apreciar a situação decorrente do recente anúncio público de que a fábrica encerrará em 31 de Julho próximo.

Esta decisão, como assinaram os parlamentares do PCP, lança no desemprego cerca de 600 trabalhadores, contrariando as expectativas criadas e os compromissos assumidos pelo Governo.

Importa, pois, encontrar uma solução alternativa que assegure o futuro da fábrica e os postos de trabalho, como tratam de sublinhar os deputados do PCP, na carta que dirigem ao presidente da comissão parlamentar, na qual recordam ser esse um compromisso de que o Governo "não se pode desresponsabilizar nem desresponsabilizar a multinacional Renault".

## Azeite em debate



Estava agendada para a sessão plenária de ontem na Assembleia da República a

discussão de propostas comunitárias para o azeite que, a concretizarem-se, lesarão seriamente os interesses nacionais, e de modo muito particular as regiões do Alentejo e Trás-os-Montes. Em causa está concretamente uma proposta da Comissão Europeia, no quadro de uma reforma global do mercado de azeite por si desejada, que fixa um conjunto de medidas, de que se destacam uma quota de produção para cada país, a substituição do preço de intervenção por uma ajuda ao armazenamento privado, o fim da ajuda ao consumo e da ajuda específica aos pequenos produtores e a proibição de plantar novos olivais. Em declarações ao "Avante!", o deputado comunista Lino de Carvalho afirmou "nada justificar esta proposta" da Comissão Europeia, considerando que a mesma não serve nem os produtores nem os consumidores "mas sim os poderosos interesses económicos que determinam as políticas da Comunidade". Criticado por Lino de Carvalho foi igualmente o Ministro da Agricultura a quem acusou de "andar distraído dos interesses da agricultura portuguesa" e de adoptar uma "conversa de embalar" com o fito de "adormecer os agricultores e o País" perante medidas altamente gravosas para os interesses nacionais.

## Juizes do Tribunal Constitucional



O Parlamento aprovou, na semana transacta, com os votos favoráveis de 187

deputados, a lista de 10 juizes do Tribunal Constitucional. 23 deputados votaram em branco, registando-se ainda três votos nulos. Na eleição, em lista fechada, como estabelecido em acordo firmado entre PS e PSD, participaram 213 dos 230 deputados à Assembleia da República.

A lista tem a seguinte composição: Helena Brito, Artur Maurício, Fernanda Palma, Guilherme da Fonseca e Sousa Brito, Maria dos Prazeres Beleza, Paulo Mota Pinto, Bravo Ferro, Messias Bento e Victor Nunes de Almeida. Os Juizes cooptados são Cardoso da Costa (actual presidente do TC), Luís Nunes de Almeida, vice-presidente, e Tavares da Costa.

A nova lei orgânica estabelece que a presidência do TC será rotativa, cabendo esta na primeira metade do mandato (quatro anos e meio) a Cardoso da Costa.

Sociedades desportivas  
PCP alerta para riscos de utilização eleitoralista

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a alertar para os inconvenientes da participação das autarquias locais e das regiões autónomas no capital das sociedades desportivas. Em sessão de perguntas ao Governo, faz amanhã oito dias, Bernardino Soares, em nome da bancada comunista, considerou que essa presença constitui uma forma de subsidiar com dinheiros públicos não os clubes mas sociedades com fins lucrativos.

A utilização indevida das sociedades desportivas para fins partidários e eleitoralistas, obtendo por essa via dividendos políticos, representa outro dos potenciais riscos que decorrem do diploma governamental, para o qual Bernardino Soares chamou a atenção, inquirindo directamente o ministro adjun-

to do Primeiro-Ministro, José Sócrates, que manteve um pesado silêncio sobre a questão.

Este acabaria, porém, por dar razão a uma precaução em devido tempo feita pelo PCP - a impossibilidade de impor aos clubes uma caução antes da época desportiva de 97/98 como condição para aderirem às sociedades desportivas -, reconhecendo no Parlamento que a caução só poderá entrar em vigor na próxima época.

Recorde-se que o Grupo Parlamentar do PCP contestou desde a primeira hora a medida que previa um regime especial de gestão para os clubes que não aderissem ao modelo, o qual, por ser muito oneroso e exigente, quase os obrigava a aderirem às sociedades desportivas.



Não é correcto que dinheiros públicos subsidiem sociedades desportivas cujos fins são claramente lucrativos, entende o PCP

## Acordo Multilateral sobre Investimentos Parlamento Europeu pronuncia-se

O Parlamento Europeu discutiu durante a presente sessão plenária, a decorrer em Estrasburgo até amanhã, o Acordo Multilateral sobre Investimentos (AMI), contribuindo para que se debata um acordo, até há pouco secreto, a ser congeminado e negociado há três anos no quadro restrito da OCDE, com a participação da Comissão Europeia.

De acordo com os princípios enunciados deste AMI, os investidores internacionais passarão por cima das regulamentações nacionais, colocarão em causa aspectos essenciais da democracia e, inclusive, poderão processar Estados que tenham legislação que restrinja a sua acção, nomeadamente em matéria de política social, cultural e de protecção do ambiente. É, como já alguém lhe chamou, o «Manifesto Capitalista».

O envolvimento do PE nesta discussão só foi conseguido por iniciativa da presidente da comissão parlamentar das Relações Económicas Externas, uma deputada italiana do Grupo da Esquerda Unitária Europeia (GUE/NGL), do qual fazem parte os deputados do PCP, que levou o parlamento a elaborar um relatório.

O documento, que se vota hoje, é bastante crítico em relação às negociações em curso. Entre outros aspectos, exige a realização de um estudo sobre o impacto do acordo em questões cruciais como a política social e ambiental, a propriedade intelectual, as políticas de desenvolvimento e os acordos regionais. O Grupo político do qual faz parte o PCP apresentou uma proposta no sentido de que o acordo não seja assinado, tal como os governos - entre os quais o português - se aprestavam a fazer, e que seja declarada uma moratória por forma a que seja possível a realização do indispensável debate público antes de uma eventual assinatura do acordo que vier a resultar de uma negociação não secreta, feita no quadro de uma discussão aberta e transparente.

Com o intuito de aprofundar e generalizar a reflexão sobre o conteúdo do Acordo e consequências da sua aplicação, o GUE/NGL promoveu a realização, ontem, em Estrasburgo, de um encontro com sindicalistas e economistas. O conteúdo desta reunião e demais aspectos do debate ocorrido no PE serão desenvolvidos na próxima edição do «Avante!».

Entretanto, o GUE/NGL divulgara já na semana passada uma Declaração sobre «O AMI(go) das multinacionais, o inimigo dos direitos sociais e ambientais».

## Declaração

O Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI) está a ser negociado desde 1995 no maior segredo, sem nenhum debate democrático, no quadro restrito da OCDE. Terminadas as negociações, este acordo seria submetido à assinatura dos outros países, sem possibilidade de modificação.

Se fosse aprovado, este acordo permitiria aos investidores internacionais passar sobre as regulamentações nacionais, pôr em causa aspectos essenciais de democracia e colocar em tribunal os Estados que pretendessem adoptar políticas autónomas, nomeadamente em matéria económica, social, cultural e ambiental.

Trata-se de uma questão de civilização, de um projecto que compromete o nosso futuro, o nosso modo de vida e a nossa identidade. É o AMI das multinacionais e inimigo das direitos sociais, culturais, ambientais e democráticos. De facto, o AMI consagra os direitos exclusivos dos investidores e impõe obrigações draconianas aos povos.

Graças à mobilização que se desenvolve no mundo, o AMI saiu do secretismo. O grupo confederal GUE/NGL congratula-se que, por iniciativa da Comissão REX, o Parlamento Europeu se tenha debruçado sobre esta questão.

O grupo confederal GUE/NGL opõe-se à assinatura do AMI, pede o agendamento das negociações em curso e o alargamento do debate público, começando pelos sindicatos, as associações, os parlamentos nacionais e as opiniões públicas.

## Colômbia Partido de Samper vence legislativas

Segundo os dados publicados até ao fecho da nossa edição, o Partido Liberal do presidente Ernesto Samper venceu as eleições legislativas colombianas, sem que se tenha registado uma renovação significativa.

Mas, se estas eleições revelaram poucas novidades no geral, há que salientar o facto de a abstenção ter descido de 70 por cento (números das legislativas de 1994) para 54 por cento.

Estes valores espelham a vontade da população de modificar as práticas políticas correntes na Colômbia, pôr definitivamente de lado o caciquismo e acabar com a corrupção entre os políticos.

A campanha eleitoral foi, aliás, pautada por escândalos de compra de votos, pela introdução de dinheiro proveniente do narcotráfico e a utilização de fundos públicos em apoio a

candidatos preferidos pelo Governo. Um total de 240 candidatos ao Congresso têm pendentes acusações disciplinares e penais.

A participação dos eleitores urbanos desempenhou um papel determinante neste processo. Em Bogotá votaram quase o dobro dos eleitores em relação a 1994, e em Medellín quase 50 por cento mais.

As legislativas - que elegeram 263 congressistas (senadores e representantes) - foram ainda marcadas por grandes surpresas individuais, apesar de cerca de 80 por cento do Senado voltar a estar nas mãos dos políticos tradicionais do

Partido Conservador e do Partido Liberal.

A maioria dos candidatos que defendiam «opções cívicas» não conseguiram ser eleitos, mas na nova Câmara de Bogotá haverá uma renovação de alguns rostos, nomeadamente com candidatos relacionados com os meios de comunicação e opositores da política de Samper. É o caso de actrizes, cantoras e jornalistas.

A guerrilha não deixou de marcar presença nas eleições. Anunciando «fazer tudo o possível» para dificultar o processo eleitoral, as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) entraram em 77 municípios e foram responsáveis pelo corte da electricidade da cidade de Caquetá. Apenas em nove províncias conseguiram impedir a realização de eleições.

**Espanha**  
**expulsa ilegais**  
Durante os meses de Janeiro e Fevereiro deste ano, as autoridades espanholas expulsaram do país 657 imigrantes ilegais provenientes do Norte de África, a maioria marroquinos. Estes imigrantes entraram em Espanha através da costa da Andaluzia. Nos primeiros cinco dias de Março, a polícia deteve mais 100 ilegais.

**Helmut Kohl**  
**impopular**  
Segundo uma sondagem publicada no fim-de-semana, 72 por cento dos alemães desaprova o desempenho do chanceler Helmut Kohl. Apenas 26 por cento mostram-se de acordo com a sua política. 62 por cento dos eleitores crêem que o SPD (sociais-democratas) e «Os Verdes» - actualmente na oposição - vencerão as eleições legislativas de 27 de Setembro.

**Amnistia apela à**  
**defesa da mulher**  
Alguns dias antes do Dia Internacional da Mulher, comemorado no passado domingo, a Amnistia Internacional apelou à criação de medidas práticas que levem à plena consagração dos direitos da mulher. «Apesar de uma vasta luta pelos Direitos do Homem, as mulheres continuam a sofrer um estatuto de segunda classe tanto nos seus países como nas Nações Unidas», afirmaram elementos daquela organização no lançamento de uma campanha internacional destinada à melhoria das condições de vida do sexo feminino. Pedindo que a ONU e todos os seus membros adoptem termos não discriminatórios, a AI acrescenta que «a linguagem é um indicativo do fracasso continuado em levar a sério os direitos humanos da mulher. Tal resulta em mortes, tortura, desaparecimentos, julgamentos injustos e assassinios em defesa da honra».

**Americanos**  
**continuam**  
**no Golfo**  
As forças militares norte-americanas estacionadas no Golfo não serão desmobilizadas ou reduzidas até ao cumprimento por parte do Iraque do recente acordo assinado com a ONU, segundo declarações do porta-voz do Pentágono, Kenneth Bacon. «Não há nenhuma decisão sobre a redução de

## Chilenos contra Pinochet no Senado

A entrada do ex-ditador Augusto Pinochet no Senado chileno continua a provocar os protestos de grandes camadas da população.

No domingo, vários milhares de pessoas reuniram-se em Santiago para manifestar o seu desacordo em relação a esta situação, respondendo ao apelo lançado por toda a esquerda, pelo Partido pela Democracia e pelas Juventudes da Democracia Cristã (ambas elementos da coligação governamental), bem como por diversas organizações como o Agrupamento dos Familiares de Detidos-Desaparecidos durante a ditadura. O parque O'Higgins encheu-se de música, bandeiras vermelhas e do Chile transportadas por manifestantes que pediam um «Chile democrático».

«Pinochet, tu não és chileno, és a reacção, o retrocesso. Alcançaste o teu lugar na História como o traidor, o assassino, o infame. Custe o que custar, havemos de te expulsar», exclamou o presidente da Federação de Estudantes da Universidade de Santiago, Marcos Barraza, na ocasião.

Para o membro do Partido Comunista, Jorge Insuza, «Pinochet como senador vitalício é apenas a ponta do iceberg. O facto mais importante é a ingerência do pinochetismo: o modelo económico neoliberal apoiado com o recurso ao militarismo».

«Capitão general, Punta Peuco está à tua espera», disse o

presidente da Central Unitária de Trabalhadores, Roberto Alarcón, referindo-se à prisão onde o general Contreras, ex-chefe da polícia política de Pinochet, cumpre a sua pena. Alarcón não esqueceu o quotidiano vivido pela população e pediu transformações profundas no sistema político e institucional «para que haja mudanças profundas no modelo económico».

Pinochet, que liderou o golpe de Estado que em 1973 depôs violentamente o governo eleito de Salvador Allende e ocupou o cargo de presidente durante 17 anos, ocupou ontem o lugar de senador vitalício sem que tenha sido eleito.



Pinochet, responsável pela ditadura durante 17 anos, subiu ao Senado sem ser eleito

## Kosovo Os maus da fita

O Grupo de Contacto para a antiga Jugoslávia (EUA, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Itália e Rússia) aprovou segunda-feira, em Londres, sanções contra o Governo de Slobodan Milosevic para o forçar a pôr fim às operações policiais no Kosovo e iniciar negociações sobre o futuro do território. No plano de acção, afirma-se que o Grupo não é a favor da independência daquela província, mas deseja «uma fórmula comportando um grau superior de autonomia».

As medidas aprovadas na reunião de Londres são, resumidamente, as seguintes: pedir ao Conselho de Segurança da ONU que pondere um embargo internacional ao fornecimento de armas à República Jugoslava, reforçando o embargo europeu em vigor; impor um embargo a equipamentos que possam ser utilizados pelas forças de segurança em acções de repressão ou em resposta a actos de terrorismo; suspender a emissão de vistos às autoridades sérvias, aplicando uma moratória sobre créditos ao comércio e investimentos directos na República (Moscou não apoiou a decisão); exigir a retirada do Kosovo, num prazo de dez dias, das unidades de polícia especial e o livre acesso à província da Cruz Vermelha e de outras organizações humanitárias; exigir o início do diálogo com os dirigentes da comunidade albanesa do Kosovo. O Grupo de contacto admite ainda enviar àquela província, como mediador, o ex-primeiro-ministro espanhol, Felipe Gonzalez.

As reacções de Belgrado a estas decisões não se fizeram esperar. A ministra da Informação, Radmila Milentijevic, fez saber que as negociações sobre o Kosovo só serão possíveis quando os dirigentes albaneses renunciarem ao terrorismo e ao separatismo. «Assim que estas duas condições forem satisfeitas, poderemos sentar-nos à mesa como pessoas civilizadas, olhar para os vários problemas e procurar soluções políticas de uma maneira pacífica», afirmou.

Embora garantindo que o governo vai analisar «muito cuidadosamente» as medidas do Grupo de Contacto, Radmila Milentijevic voltou a insistir na necessidade de a comunidade internacional deixar de diabolizar os sérvios: «O peso deste problema é colocado apenas nos ombros da Sérvia e de Milosevic, o que está errado, porque os terroristas, embora não sejam em grande número, existem e estão bem organizados.» Milentijevic deixou ainda no ar uma pergunta incómoda: «A Turquia

tem problemas com os curdos, a Espanha com os bascos e a Inglaterra com a Irlanda do Norte. Como é que estes países confrontam as forças separatistas?»

### Um coro bem orquestrado

A resposta à pergunta de Radmila Milentijevic pode ser encontrada na catadupa de declarações vindas a público nos últimos dias.

«Temos tentado convencer Milosevic da necessidade de estabelecer um diálogo com os dirigentes albaneses do Kosovo que ponha fim a esta situação explosiva, mas lamentavelmente não só não ouviu a mensagem, como a sua resposta foi brutal», disse Albright, advogando a necessidade de «actuar com rapidez e severidade». Contra os sérvios, naturalmente.

Idêntica posição tem o Presidente francês, Jacques Chirac, que em comunicado defendeu «uma reacção urgente e decidida da comunidade internacional», pois não se pode permitir «um novo desencadear do ódio étnico no nosso continente».

Também a Alemanha, através do ministro Kinkel, considera imperativo que as autoridades de Belgrado e os independentistas do Kosovo se encontrem para negociar.

Quanto à Grã-Bretanha, já se sabe, alinha incondicionalmente com as posições norte-americanas. Os seus frágeis telhados de vidro na Irlanda do Norte não parecem constituir problema para essa tomada de posição. Como não constituem problemas os ataques da Turquia aos curdos ou de Israel aos vizinhos árabes. Afinal, são aliados do ocidente, o que está longe de suceder com Milosevic.

Não se trata aqui de ajuizar da bondade do regime de Belgrado. Trata-se, isso sim, da eterna questão dos dois pesos e duas medidas, cada vez mais omnipresente na cena internacional.

Milosevic - o mal amado das muito democratas potências ocidentais - defende que o problema do Kosovo só pode ser resolvido no contexto da Sérvia. «Isso inclui também medidas para suprimir as actividades dos terroristas albaneses, levadas a cabo pelos órgãos estatais», afirmou o Presidente jugoslavo durante uma reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros turco, Ismail Cem, que se deslocou a Belgrado para lhe entregar uma mensagem do Presidente turco, Suleimán Demirel, em que se afirma que a Turquia não ficará indiferente ao agravamento da crise.

Aparentemente, todos, menos os sérvios, de novo apresentados como os maus da fita, têm o direito de reagir para defender os seus interesses.

## Alguns dados

O Kosovo voltou a dominar a agenda política internacional e às páginas dos jornais após a intervenção das autoridades sérvias contra o autodenominado Exército de Libertação do Kosovo (UCK). Dir-se-ia, ouvindo o repentino coro anti-sérvio que se desencadeou, que os responsáveis de Belgrado tinham de súbito decidido abater uns quantos inocentes albaneses do Kosovo, de forma perfeitamente arbitraria e injustificada. Da história e dos antecedentes dos confrontos pouco ou nada se disse. E, no entanto, ninguém ignora, nos fóruns internacionais, políticos e mediáticos, que o UCK advoga a independência do Kosovo e se propõe alcançá-la pelas armas.

É igualmente curioso que não se tenha achado necessário recordar os antecedentes da actual crise e ouvir a versão das autoridades sérvias, segundo as quais os ataques armados do UCK a alvos oficiais e civis ascenderam a mais de meia centena em 1997, e totalizaram 63 só de Janeiro a 2 de Março deste ano.

De acordo com o Governo de Belgrado, desses «ataques terroristas» resultaram, no ano passado, 11 mortos (um membro do Ministério do Interior e 10 civis), 15 feridos graves (oito membros do Ministério do Interior e sete civis) e 12 feridos ligeiros. Os ataques registaram-se na província do Kosovo e Metohija e foram levados a cabo com diverso material de guerra, como metralhadoras, minas, lança-mísseis portáteis, etc. Nos atentados registados este ano, 15 foram contra instalações e membros do Ministério do Interior, tendo provocado cinco mortos, quatro feridos graves e um ferido ligeiro. 46 ataques foram contra civis, tendo provocado oito mortos e três feridos; dois outros atentados foram perpetrados contra instalações, provocando danos materiais. Neste contexto, cabe perguntar o que pretende efectivamente o Grupo de Contacto ao aprovar «um pacote de medidas punitivas» para forçar a Sérvia a uma solução pacífica do problema.

forças», acrescentou. Este dispositivo engloba 38 mil soldados, mais de 350 aviões de combate e transporte e cerca de 20 navios de guerra.

### Eleições indianas

Os nacionalistas hindus do BJP ganharam as eleições indianas, de acordo com os últimos dados, mas não têm um número de deputados suficiente para formar governo. Num total de 545, o BJP ficou com 251 lugares, o Partido do Congresso com 166 e a Frente Unida com 96. Atal Behari Vajpayee, de 71 anos, foi designado pelo BJP como candidato a primeiro-ministro. Cabe ao presidente da Índia convidar os partidos a formar governo.

### «Um emprego é um direito», dizem os franceses

Contra o desemprego, as desigualdades, as exclusões e por uma melhor redistribuição das riquezas, cerca de 20 mil pessoas manifestaram-se em Paris na tarde de sábado. Mas nem só franceses participaram nesta acção de protesto: belgas, alemães, suíços, holandeses e luxemburgueses também participaram. Outras iniciativas semelhantes realizaram-se em Marselha, Toulouse, Nancy e Rennes. A organização coube ao Partido Comunista, à central sindical CGT e aos «Verdes». «Um emprego é um direito, um salário é um dever», era uma das frases que os manifestantes afirmavam. «Pretendemos pressionar o governo, que não teve em conta as nossas duas prioridades: o aumento dos subsídios sociais de 45 contos e a criação de um rendimento mínimo de inserção jovem», disse na ocasião o presidente da associação de desempregados APEIS, Richard Dethyre.

### Dirigente Sem-Terra assassinado

O corpo do dirigente dos Sem-Terra brasileiros Adelson Brito foi encontrado numa estrada do Estado do Rio de Janeiro na quinta-feira, três dias depois de ser dado como desaparecido. Adelson Brito foi morto com cinco tiros, alegadamente por fazendeiros da região de Barra Mansa. Este dirigente do MST fazia parte de uma comissão encarregada de preparar a ocupação de seis fazendas improdutivas.

## Militares israelitas querem paz com os árabes

Cerca de 1600 oficiais do exército e da polícia israelita enviaram uma carta ao primeiro-ministro Benjamin Netanyahu pedindo-lhe que respeite os acordos de Oslo e que faça a paz com os países árabes. Entre os assinantes, contam-se 216 coronéis e 11 generais, que assim reeditam uma iniciativa tomada há 20 anos por 348 oficiais do exército, de que resultou a formação do movimento Paz Agora, a mais importante organização pacifista de Israel.

A carta, divulgada domingo na principal imprensa israelita, é um alerta contra os sérios perigos que ameaçam o processo de paz no Médio Oriente, considerando os seus assinantes que «esta possibilidade histórica corre o risco de escoar-se entre os nossos dedos e de desembocar numa guerra ou noutra Intifada palestina, se o Governo de Israel não prosseguir o processo de paz estabelecido nos acordos palestino-israelita de Oslo e não levar a cabo a retirada militar da Cisjordânia».

«Não nos dirigimos a ti de ânimo leve, mas nos dias que correm, em que as oportunidades de paz se oferecem a Israel, cremos ser nossa obrigação pedir-te que evites processos que podem ser uma catástrofe para as futuras gerações», afirmam os militares na mensagem a Netanyahu, muito oportunamente vinda a público pouco antes do primeiro-ministro israelita se encontrar em Londres com o seu homólogo Tony Blair, que assegura neste semestre a presidência rotativa da União Europeia.

Esta visita inscreve-se no quadro de uma digressão europeia destinada a melhorar a imagem de Israel e a contrariar as pressões que a União Europeia planeia exercer para incitar o Estado hebreu a proceder a uma retirada militar consequente da Cisjordânia. Netanyahu iniciou a sua digressão por Espanha, seguindo depois para Bona, onde se encontrou com Helmut Kohl. A escala seguinte levou-o a Oslo, Noruega, justamente o país que organizou os encontros secretos entre responsáveis israelitas e palestinos que levaram à assinatura dos acordos de paz de 1993.

### Perda de tempo

O périplo europeu de Netanyahu destinou-se ainda a apresentar a sua nova proposta de paz entre Israel e a Autoridade Palestiniana, que

inclui, entre outras coisas, a possibilidade de negociações directas e pessoais com Yasser Arafat.

A proposta israelita aponta para uma negociação em quatro fases - destinadas a resolver problemas como o funcionamento do aeroporto de Gaza, a criação de uma zona industrial partilhada por Israel e pela Palestina, a retirada israelita da Cisjordânia, e a abertura de negociações sobre temas económicos, a gestão da água e o problema dos refugiados - após o que seriam tratadas as questões mais delicadas, designadamente o estatuto final da autoridade palestina, a situação dos colonatos judeus, o problema das fronteiras e o estatuto de Jerusalém.

De acordo com notícias vindas a público, os palestinianos não parecem particularmente entusiasmados com estas propostas, tendo já afirmado que não participarão em nenhuma cimeira com Netanyahu, considerando que se trata de uma «miserável perda de tempo», como afirmou o ministro palestiniano da Cooperação, Nabil Chaat.

### Arafat propõe cimeira árabe

Entretanto, o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, apelou no domingo para a realização de uma cimeira árabe no sentido de salvar o processo de paz no Médio Oriente, que, sublinhou, «agoniza» por causa da política intransigente do governo israelita.

«Apelo para a realização de uma cimeira árabe urgente, para discutir a posição dos países árabes» relativamente ao processo de paz, que desde há um ano está num impasse, afirmou Arafat perante o Conselho Legislativo Palestiniano, em Gaza.

«Não estarei a revelar um segredo se disser que atravessamos uma situação perigosa e que o processo de paz agoniza», disse Arafat, que acusa «os adiamentos intencionais do governo israelita» de estar na origem da crise no processo de paz.

O presidente palestiniano advoga que os países árabes devem definir a sua posição relativamente ao direito dos palestinianos à autodeterminação e ao regresso dos refugiados e dos prisioneiros feitos por Israel.

## NO BRASIL

No Brasil, o segundo país mais violento do mundo, ocorrem 55 mil crimes de morte por ano. Em 22 anos, 1970-1992, uma elite especial da Polícia Militar do Estado de São Paulo foi responsável por 12 mil assassinatos. A justiça é perversa. 97 por cento das pessoas encarceradas têm um rendimento inferior a 50 contos. Os jornalistas são indirectamente responsáveis pela violência que se verifica. Estes dados foram apresentados por Caco Barcellos, jornalista na TV Globo, na comunicação apresentada ao 1º Encontro de Jornalistas de Línguas Ibéricas organizado pelo Sindicato dos Jornalistas, em Lisboa, nos dias 2 e 3 do corrente mês.

O "Avante!" entrevistou Caco Barcellos e procurou saber quais são, no seu entender, as causas de situações tão dramáticas e indignas dum mundo civilizado e as razões que têm impedido que a forte imprensa brasileira as denuncie.

Disse na sua comunicação que o Brasil é o segundo país mais violento do mundo. Porquê?

A informação não é minha mas dum ranking elaborado pelas Nações Unidas, que faz um estudo comparativo sobre a violência e que nos coloca, pelo segundo ano consecutivo, como o 2º país mais violento do mundo, só superado pela Colômbia. É muito grave porque é um ranking sobre o crime mais grave, o crime de morte. São vários os factores que explicam uma situação tão complexa como esta. Acho que o factor principal é o económico. Num outro ranking, este elaborado pelo Banco Mundial, somos classificados como a terceira nação economicamente mais injusta do mundo e parece que caminhamos rapidamente para o primeiro lugar. Nós vivemos um paradoxo absurdo que certamente é o factor mais grave. Temos uma minoria com uma alta concentração de riqueza. Os nossos ricos são alguns dos mais ricos do mundo. Os ricos formam um contingente não maior que 30 por cento da nossa população. Temos uma numerosa classe média. Do outro lado, temos uma imensa maioria absolutamente pobre vivendo abaixo das condições de dignidade.

Este contraste social provoca um clima de desarmonia intenso que pode ser o gerador desta situação. Refiro-me ao exemplo brasileiro, mas noutras nações onde há este contraste social, mais do que a pobreza, existe o fenómeno da violência. Nos países comunistas, não havia este problema porque não havia uma concentração de riqueza em poucas mãos, ela estava relativamente bem distribuída pela população. Em países africanos, essencialmente pobres, onde há uma componente racial, há violência, mas não tão bárbara quanto a nossa.

## A justiça não se democratizou

A percentagem dos que matam para roubar é elevada? Não. A percentagem não chega a 5 por cento. Penso que estamos, sobretudo, perante um factor de desarmonia. Tanto mata o pobre como mata o rico. Estamos matando-nos uns aos outros. Uma sociedade que se diz católica, cujo mandamento fundamental é não matar, produz 55 mil assassinatos por ano, produz 55 mil tragédias nas suas famílias. Mas o mais grave é que a sociedade não procura soluções porque grande parte dessas vítimas vem da população excluída da organização social, logo não preocupa a imprensa. Por isso atribuo uma responsabilidade parcial à imprensa, porque se acomoda perante este quadro.

Outro componente que considero gravíssimo refere-se à justiça. A nossa justiça não se democratizou. Ela só pune os pobres

# Morte de pobre não é notícia

## Entrevista com Caco Barcellos, jornalista da Globo

**“Uma sociedade que se diz católica, cujo mandamento fundamental é não matar, produz 55 mil assassinatos por ano, produz 55 mil tragédias nas suas famílias. Mas o mais grave é que a sociedade não procura soluções porque grande parte dessas vítimas vem da população excluída da organização social, logo não preocupa a imprensa”**

jamaís os ricos. Os grandes criminosos ricos nunca são condenados no Brasil. Uma pesquisa científica sobre o universo da população encarcerada brasileira, feita pela Universidade Federal de São Paulo, revela que 97 por cento das pessoas condenadas pela nossa justiça têm um rendimento inferior a 300 dólares (menos de 50 contos). Que justiça é esta?

Uma força de elite da Polícia Militar de São Paulo matou 12 mil pessoas. Como é isso possível num país que vive em democracia? É muito grave, na verdade. São forças do Estado, são o nosso braço armado, pagas pelos nossos impostos, pertencem à sociedade. É a sociedade que está matando. A nossa Polícia Militar foi criada pela ditadura militar em 1970. Entre 1970 e 1992, ano em que publiquei o meu livro "Rota 66", 12 mil pessoas foram assassinadas. Trabalhei duro durante sete anos para investigar estas mortes e preparar este livro que denuncia aqueles assassinatos. Até esta data mataram aquelas pessoas e diziam que o faziam de forma legítima. Eu suspeitava seriamente disso porque havia uma coincidência muito estranha: em cada 10 pessoas que eles matavam, 9 eram apresentados como bandidos. Como criminosos, mas sem identificação. Se não tinham identificação, como sabiam que eram criminosos? Isto levou-me a investigar.

## Suspeito é pobre e negro

Como agia então essa unidade de elite, Rondas Ostensivas Tobias Aguiar, conhecida em São Paulo como Rota?

Eles saem para a rua para patrulhar a cidade e agem quando encontram alguém que consideram suspeito - suspeito para eles é alguém pobre e negro e quando se comporta de forma "indevida".

Quando a viatura se aproxima, devia chegar dando sinal com as luzes e sirenes. Mas eles não fazem isso. Chegam às escuras, o carro é pintado de cinzento escuro, quase invisível à noite e assustam em geral os jovens. Quando se assustam, correm. Se correm, mais suspeitos são na óptica dos policiais, que atiram e matam. Depois de matar examinam os documentos para saberem se é criminoso ou não. Se não é cri-



minoso destroem os documentos e apresentam à sociedade aquele episódio como resultado de um tiroteio. Colocam armas nas mãos das vítimas, disparam o gatilho com o próprio dedo do morto para ficarem vestígios de pólvora na mão e surgir no exame residográfico presença de pólvora.

Quando fiz a investigação para o meu livro consegui identificar 4200 dos 12 mil. Entre os 4.200 identifiquei 680 crianças com idades entre os 7 e os 11 anos. Examinei os cadáveres do ponto de vista da medicina legal e, para além do que já referi, encontrei frequentemente marcas de tiro na nuca. Até o jardim de infância da medicina legal sabe que um tiro na parte posterior da cabeça é o mínimo indicio de execução e não de legítima defesa.

## A Rota dispõe de quantos elementos?

Cerca de 750. Um grupo minoritário mas extremamente poderoso, e entre eles estavam homens do alto comando. O massacre na cadeia de Carandiru (1992) ocorreu um mês depois do lançamento do meu livro. Dois dos comandantes de duas unidades especiais, a Gato e o Goi, denunciados no meu livro, estiveram à frente das forças que invadiram a prisão e mataram 111 presos. Este massacre veio confirmar a minha denúncia. Só que em média eles matavam 110 a 120 pessoas por mês, e naquele dia mataram 111. A maioria da polícia, contudo, é contra estes actos. São 90 mil os policiais militares no Estado de São Paulo e mais de 60 mil nunca dispararam um único tiro. São policiais que por vezes me denunciavam situações que eu investigo como repórter.

Há uma reacção classicista, na sociedade, porque pior que ser negro no Brasil é ser negro e pobre.

## Defende-se o património, não a vida

Não há mecanismos constitucionais que impeçam esta bárbarie e anulem estes resquícios da ditadura?

Após a ditadura, vários sectores da sociedade democratizaram-se, mas a justiça, e sobretudo a polícia, não se democratizaram. A polícia age em defesa do património e não em defesa da

vida, da sociedade e do cidadão. Os juízes também têm responsabilidades. É certo que o processo judicial e inquérito é feito pela polícia e o juiz recebe-o já deformado e já injusto. Mas eles permitem isso. Só colocam os pobres na cadeia.

O nosso Governo hoje é neoliberal, mas usa o modelo da extrema direita. Tivemos uma oportunidade recente de mudar a nossa polícia e foi perdida. Houve no Congresso vários projectos de deputados de esquerda propondo uma mudança de estrutura da polícia, nomeadamente que os crimes praticados por estes policiais deixassem de ser investigados pelos próprios policiais militares. É um absurdo que um matador investigue um matador. Os projectos não foram aprovados no Congresso. Mas conquistou-se uma pequena vitória. Hoje o julgamento não é feito pelos oficiais, é a sociedade civil que julga agora estes crimes.

## A sociedade civil não reage, não denuncia?

Há iniciativa da própria sociedade atingida. A democratização tecnológica - talvez seja este um dos seus aspectos positivos - permite que as pessoas tenham câmaras televisivas em suas casas e elas estão documentando a brutalidade quando as atinge. A Globo mostrou em rede, há pouco tempo, um massacre que foi filmado por um cidadão, na Candelária. Isto causou uma grande revolta no país. A imprensa, que nunca trata destes assuntos, de repente tratou-o com aquela ênfase toda. Em minha opinião, foi o documento mais importante da história da televisão brasileira e veio revelar a falência da imprensa e televisão. Foi também um incentivo para a população fazer isso, já que a imprensa não o faz.

## Não há intelectuais ou artistas que lutem contra esta situação, já que têm tanto peso na sociedade brasileira?

Há intelectuais que denunciam estas barbáries, mas são minoritários. A denúncia tem um papel limitado. Tem faltado à esquerda um papel alternativo no que se refere à política de segurança pública. Há uma minoria no Congresso que age, mas como é minoria nada pode fazer. O filme exibido de que falei e que passou um pouco por todo o mundo, agitou e mexeu um pouco com o senso comum que vigora na sociedade brasileira e que é gravíssimo. Ele exige um policial a cada porta para impedir um eventual crime.

■ Texto: Noélia Oliveira  
■ Fotos: Jorge Caria

## Quem é Caco Barcellos



O espelho da nossa sociedade revela que ela é extremamente conservadora, egoísta e classista. Não importa que o seu irmão favelado esteja passando dificuldades. Se o seu filho está protegido, que se dane o filho do favelado. Não há um sentimento de dignidade e nem de entender que um indivíduo que tem o salário padrão da Etiópia, que me desculpem esta expressão, não se pode comportar como um indivíduo padrão de comportamento suíço. Ele tem um comportamento coerente com a brutalidade que recebe diariamente. O consumismo tem um papel importante: gera frustrações e insatisfação a toda a hora e a todo o instante. As empresas brasileiras são pobres e os empresários são arqui milionários.

## Os seus trabalhos de investigação e reportagem são recebidos pelos outros jornalistas?

Não sei responder. Penso que não há consenso. Mas tenho felizmente grandes manifestações de carinho por parte dos colegas, mas mais por parte da população. Sinto-me um pouco refém do trabalho que faço e que me faz sofrer muito, por me envolver em situações trágicas e desgastantes do ponto de vista emocional. Diariamente chovem telefonemas, sempre que alguém morre me chamam para contar a história.

## O desconforto

Ao longo da entrevista fez algumas críticas ao alheamento que a imprensa brasileira

**“O espelho da nossa sociedade revela que ela é extremamente conservadora, egoísta e classista. Não importa que o seu irmão favelado esteja passando dificuldades. Se o seu filho está protegido, que se dane o filho do favelado”**

tem tido para com a situação dramática dos excluídos. Os jornalistas acomodaram-se após a ditadura?

Eu não diria que há um acomodamento ideológico, mas há um desconforto prático, porque conviver nas áreas em que estas situações ocorrem é

Caco Barcellos é, actualmente, repórter na TV Globo onde só trabalha em investigação. Integra o Grupo Repórter que, semanalmente, apresenta uma reportagem de uma hora. É responsável por um programa semanal de meia hora, onde aborda questões relacionadas com os marginalizados e excluídos da sociedade.

Começou a sua carreira no Rio Grande do Sul, na imprensa alternativa, durante a ditadura. Foi jornalista na Veja e desta foi para a TV Globo, onde é um dos principais repórteres e um dos mais conhecidos no Brasil.

Tem 45 anos. É gaúcho. Estudou engenharia e foi motorista de táxi enquanto estudante. Integrou uma comunidade hippy à qual também pertenceu o realizador de cinema Licínio de Azevedo.

Cobriu a guerra na Nicarágua, tendo feito trabalhos sobre as crianças vítimas da guerra.

Especializou-se na área dos direitos humanos, basicamente nas questões de segurança, na investigação de crimes policiais e de Estado.

Após sete anos de investigação, publicou o livro "Rota 66" onde narra a história dos policiais de um carro, o 66, das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota), que matam três jovens. Através deste caso, denuncia toda a história de 22 anos de execuções desta unidade especial.

Após a publicação do livro, em 1992 teve de sair do Brasil, por razões de segurança. Esteve em Londres quase um ano.

Regressou ao Brasil e ainda hoje sofre ameaças. Em Dezembro, quando tinha o carro estacionado junto a um supermercado, tinha escrito no parabrisas: "você poderia morrer aqui".

Na viagem para Lisboa, vindo de São Paulo, uma hospedeira avisou-o de ter ouvido recentemente: "temos de dar um jeito naquele cara".

muito desconfortável. É muito mais confortável ficar frente ao computador consultando a Internet e tendo ali toda a riqueza de informações do que sair para o calor de muitos graus e ouvir aquela população que só lhe conta tragédias e problemas. Sobre tudo para quem vive e disfruta de uma situação confortável em torno de si própria. Não nego uma postura arrogante e egoísta por parte dos jornalistas. Mas a responsabilidade maior é do empresário de jornalismo que nos força a comportarmos-nos dessa maneira. Somos jornalistas brilhantes a retratar uma certa realidade brasileira, a melhor que o país já teve. Do ponto de vista tecnológico é impressionante. Eu, que trabalho em investigação na TV Globo, disponho de equipamentos fantásticos como uma câmara do tamanho da sua caneta e com uma lente que não passa de um pontinho negro na ponta da caneta. Todas estas ferramentas maravilhosas estão ao serviço dos interesses de uma minoria da nossa sociedade a que chamaria talvez a Suíça brasileira, enquanto os excluídos não merecem o mesmo tratamento. O episódio do Impeachment é revelador. A imprensa no Brasil é poderosa. Fomos nós, jornalistas, que levámos aquele ladrão público à Presidência. Depois, fomos nós, novamente pela via da investigação, que o tirámos de lá. Isto é uma prova como a imprensa é poderosa e foi eficaz na investigação jornalística. Acho que a 2ª investigação não devia ter sido necessária. Devíamos ter evitado que o ladrão fosse para o poder. De qualquer modo revela eficácia que, no entanto, não se mostra igual ao retratar a imensa maioria da população.

Isto indica que, quando o interesse do empresário de jornalismo está afinado pelo interesse da minoria da sociedade, temos uma imprensa brilhante. A melhor da nossa história. Quando esses interesses não estão afinados, temos em minha opinião, uma imprensa vergonhosa.

Na sua opinião, os jornalistas devem ter militância partidária ou deixam de ser isentos se a tiverem?

Nada impede que não seja isento. Há preconceito na sociedade brasileira quanto a essa questão. Eu não sou filiado. Mas tenho partido e reservo-me o direito de votar no partido que tenho. Procuro exercer o meu trabalho como um acto político, sempre. O filho do favelado é tão importante como o meu filho. Isto é uma acção política, embora não engajada partidariamente e assumida publicamente. Sei que se assumisse publicamente a minha opção partidária estava a ajudar a combater esse preconceito e ao não fazê-lo estou a alimentá-lo. É um assunto em que continuo a pensar e sobre o qual poderei tomar uma posição diferente.



■ Noélia  
Oliveira

# Os direitos humanos e a informação

**“É impossível garantir uma Nova Ordem Mundial da Informação sem construir uma Nova Ordem Económica Mundial mais justa.” Esta foi uma das conclusões da “Declaração de Lisboa de Jornalistas de Línguas Ibéricas”, aprovada e assinada por representantes de organizações de jornalistas de 22 países. A declaração resultou dos trabalhos do 1º Encontro de Jornalistas de Línguas Ibéricas, subordinado ao tema “De Tordesilhas à Unidade”, “Das Caravelas à Internet”, que o Sindicato dos Jornalistas organizou, em Lisboa, nos passados dias 2 e 3.**

Em discussão estiveram “Os Direitos Humanos e o papel da informação”, “Os jornalistas de Línguas Ibéricas e a Nova Ordem Mundial de Informação” e “As novas tecnologias e a Ordem Mundial da Informação”. Os trabalhos encerraram com uma conferência do escritor Manuel Vasquez Montalbán sobre o papel dos jornalistas e intelectuais de línguas ibéricas na Ordem Mundial de Informação.

Na sessão de abertura do Encontro, que teve o patrocínio e a presença do Presidente da República, a presidente do Sindicato dos Jornalistas, Diana Andringa, explicitou os motivos que levaram um pequeno Sindicato de um pequeno país a organizar este 1º Encontro. Um deles, foi o facto de em recente reunião da FIJ, ter verificado que os jornalistas e os periodistas são hoje “já uma força mundial” e já é tempo de o fazer “notar”. Outro, o desconhecimento que existe sobre as realidades destes países.

A presidente do Sindicato dos Jornalistas exemplificou: “Em Nápoles, no decurso de um «Prémio Itália» ouvi um jornalista na TV Globo referir-se aos “corajosos documentários de um seu camarada, Caco Barcellos, na denúncia dos crimes da ditadura militar. Dei comigo a pensar que nunca tinha visto esses documentários, nunca ouvira falar desse camarada - embora saiba quem é o Peter Arnett, o Dan Rather e a Christine Okrent. E mais: que quando pensava em Brasil, o que mais me ocorria era, nos últimos tempos, a invasão pelas telenovelas.”

Recordou também uma pergunta de um camarada angolano: “Porque é que para vocês, em Angola só há guerra, corrupção, abusos de poder? Nós também temos arte, cultura, inteligência!”

## Pensamento único

Na sua intervenção, Diana Andringa defendeu a “necessidade de quebrar uma Ordem Mundial de Informação marcada pelo domínio de um só pólo, em que os pequenos países, ou os países periféricos, ou os países do chamado Terceiro Mundo, dificilmente se fazem ouvir”. E sublinhou: “Hoje já não precisamos de dividir o Mundo, mas de nos defendermos dos que tentam unir o Mundo sob um pensamento único e a Internet faz em segundos o que as caravelas levavam tanto tempo a conseguir. Aproveitemos isso para nos unir e fortalecer, para afirmar outras formas de estar no Mundo.”

“Nestes dois dias”, salientou, “sabermos certamente mais uns sobre os outros, que é uma forma de sabermos mais de nós. Os países passarão a não ser nomes num mapa, mas pessoas reais, com problemas reais - e isso, como Saint-Exupéry tão bem explicou em o Príncipezinho, torná-los-á mais importantes para nós.”

E assim se passou. Através dos diversos participantes, ficámos a saber, por exemplo, que o Estado de Brasília dá um subsídio (metade do ordenado mínimo nacional) aos pais para que as crianças frequentem a escola. Só assim, disse Cristovam Buarque, Governador daquele Estado, estamos a respeitar os Direitos Humanos.

Ficámos, igualmente a saber, por Hernán Uribe, presidente da Comissão Investigadora de Atentados contra Jornalistas, que no seu país, o Chile, os jornalistas são julgados por tribunais militares em tempo de paz à luz de leis herdadas do regime de Pinochet. “Os direitos dos jornalistas que foram eliminados ou cerceados pelas ditaduras, não lhes foram devolvidos pelos governos que dizem respeitar os Direitos Humanos. Os números - acrescentou - falam por si: entre 1970 e 1997, 434 jornalistas foram assassinados na América Latina e 151 foram dados como desaparecidos.”

## Dizer a verdade

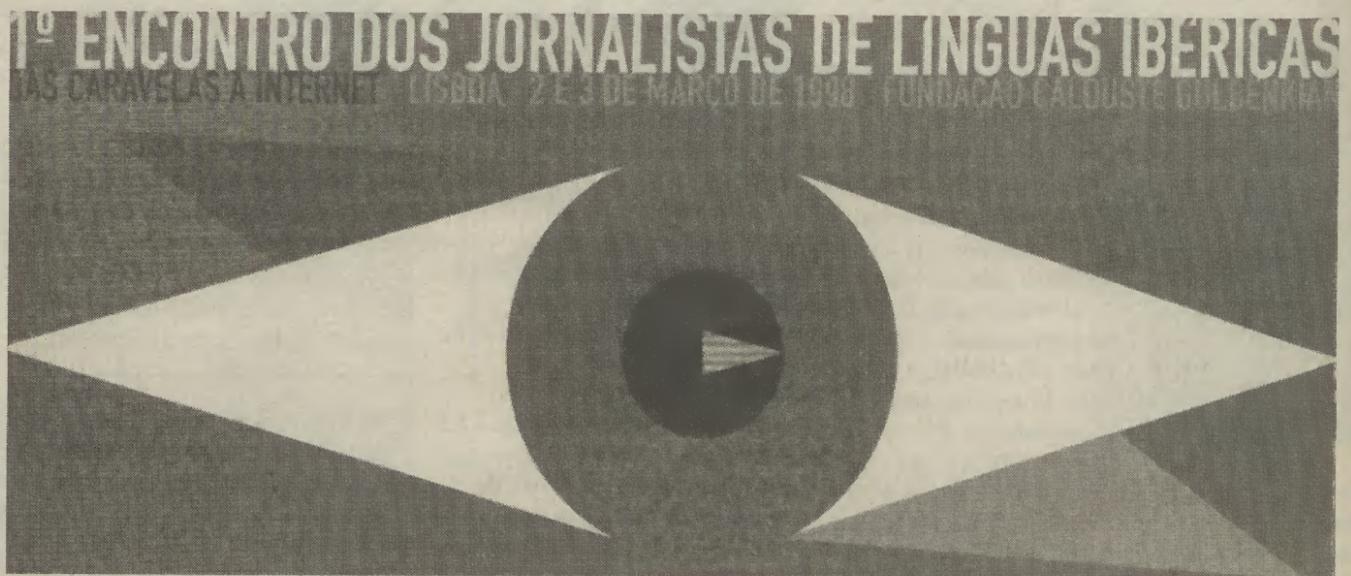
Por sua vez, Marcos Terena, brasileiro e activista da luta pelos direitos dos índios, falou na sua língua, no início da sua intervenção. Ao sentir a assembleia confundida, voltou ao português e afirmou: “imaginem o que o meu povo sentiu quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil”. Ficámos a saber que conseguiu fazer os seus estudos para piloto-aviador por fisicamente ter passado por japonês.

Por Raúl Jardon, em nome da Frente Zapatista de Libertação Nacional, ficámos também a saber que os “demónios estrangeiros” de que o Governo mexicano fala, não são mais que centenas de jovens, europeus e norte-americanos, que entusiasmados pela esperança zapatista estão compartilhando as duras penas da comunidade indígena de Chiapas. Protegem

com os seus corpos e câmaras fotográficas as comunidades das colunas militares e policiais, que além de os ameaçarem com as armas, fotografam e filmam os miúdos para identificá-los como “subversivos transgressores da lei”. “Como jornalista - observou - temos uma única arma, pequena e às vezes ignorada, mas muito poderosa: dizer a verdade, travar o avanço da mentira que é usada para justificar a violência.”

González Manet depois de citar os que defendem que “a totalidade da população mundial estará interconectada no ano 2000”, lembrou as palavras de Alain Gresh, editor do “Le Monde Diplomatique”: “que milagre será preciso realizar para incluir no ciberespaço a cintura de miséria de Lima, as favelas do Brasil, as aldeias rurais de África e o sul de Bronx de Nova Iorque.”

E ficámos a saber que “dois terços da população mundial nunca fez uma chamada telefónica e tudo indica que tão-pouco a fará até ao século XXI, já que 94 por cento das linhas telefónicas e 95 por cento dos computadores pessoais, cerca de 245 milhões, estão em países desenvolvidos”.



## A Declaração de Lisboa

A declaração que as organizações dos jornalistas de Angola, Argentina, Brasil, Cabo Verde, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, Guatemala, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, México (FZLN), Moçambique, Nicarágua, Paraguai, Peru, Porto Rico, Portugal, República Dominicana, S. Tomé e Príncipe e Venezuela subscreveram tem o seguinte teor:

1. É impossível garantir uma Nova Ordem Mundial da Informação sem construir uma Nova Ordem Económica Mundial mais justa.

2. No entanto, os passos dados no sentido de erguer uma Nova Ordem Informativa podem ajudar a romper o cerco da actual ordem económica, cultural e linguística.

3. A concentração monopolista e a exclusão ideológica são os principais adversários de uma Nova Ordem Mundial da Informação e deles decorrem, nos diversos países e em diferentes graus, situações de:

- falsa noção de liberdade e de pluralismo da informação dada por uma diversidade de órgãos de informação que, no entanto, se mantêm no mesmo quadrante ideológico e de interesses económicos;
- isolamento informativo das nações mais pobres;
- silenciamento da vida e interesses de grandes camadas da população e criação de situações insustentáveis de marginalidade ou até perseguições às minorias desfavorecidas;
- privilégios das classes altas e poderosas no acesso à informação, quer para a receber quer para a produzir quer ainda para ser tema de notícias;
- estrangulamento de órgãos de informação não sintonizados com a ideologia ou interesses dominantes;

- precarização profissional e degradação das condições contratuais dos jornalistas;
- deficiente preparação técnica e profissional de jornalistas e atraso tecnológico cada vez maior e de mais difícil recuperação em relação às forças dominantes;
- perseguição institucional ou simplesmente criminosa, que chega à prisão, tortura e assassinio de jornalistas;
- desagregação das estruturas associativas e de defesa dos jornalistas.

\*

Perante este quadro, os representantes das organizações de jornalistas dos países de línguas ibéricas entendem ser necessária uma resposta colectiva e articulada nos vários graus:

1. É indispensável que se desenvolvessem políticas e se encontrem soluções concretas no sentido de impedir, em cada país, o monopólio ou a dominação ideológica da informação, sendo certo que, nos países onde se torne indispensável uma intervenção reguladora do Estado, ela nunca se confunda com uma interferência nos conteúdos informativos.

2. É imperioso que os jornalistas dos diversos países criem ou reforcem as suas organizações sindicais e profissionais como garantes da luta pela liberdade de informação, da defesa dos direitos huma-

nos em toso o mundo e da sua solidariedade interna e internacional.

3. É fundamental que os jornalistas organizem redes internacionais de contacto e de actualização informativa e profissional, com recurso a meios tão vastos que vão desde reuniões mais frequentes à utilização comum de páginas na Internet.

4. É preciso que os jornalistas se batam pela criação e desenvolvimento de órgãos de informação comunitários, onde necessário, como forma de contrapoder à dominação de grandes grupos, e aperfeiçoar as condições de qualidade da sua produção.

5. É urgente lutar por uma melhor formação profissional e por um intercâmbio de cooperação que permita suprir carências nacionais neste campo.

6. É prioritário instar junto dos responsáveis pelos grandes meios ibéricos de difusão internacional, nomeadamente as agências noticiosas, as rádios e as televisões de alcance internacional por satélite para a sua especial responsabilidade em garantir o intercâmbio de uma informação que diga respeito aos muitos milhões de cidadãos que compõem os países de línguas ibéricas.

7. É imperativo que os jornalistas se batam pela democratização das redacções e pelo aumento dos seus direitos de participação colectiva.

8. Acima de tudo, importa desenvolver todos os meios para levar por diante os projectos informativos necessários e adequados a dar cumprimento ao objectivo essencial da liberdade de informação: difundir e fazer circular factos e opiniões sem os quais um eleitorado democrático não está habituado a fazer juízos responsáveis.

# Construção da alternativa

**A** construção da alternativa é um processo complexo, demorado e exigente.

No horizonte político em que nos movemos, das próximas eleições europeias e legislativas, o tempo já é relativamente escasso.

É necessário muito esforço para dar à alternativa de esquerda a visibilidade e o conhecimento público indispensáveis para se poder tornar popular. Mas, o maior desafio é o de dar credibilidade, o que pressupõe torná-la viável aos olhos do povo português, torná-la exequível, e fazer acreditar que pode ser vencedora. Não basta que uma parte significativa do povo português pense que é necessário que uma alternativa de esquerda governe Portugal, é indispensável também que um número suficiente de portugueses acredite que isso é possível já nas próximas eleições.

A construção da alternativa exige de nós capacidade de diálogo, com sectores políticos e sociais e com personalidades, que criticam a actual política do Governo, considerando que ela não se insere na perspectiva e nos valores da esquerda. Tornar viável a alternativa de esquerda não se compadece com nenhuma forma de isolacionismo, nem com um posicionamento hegemónico. Não o aceitamos isso de outras forças políticas e temo-lo denunciado com firmeza. Não podemos nós cometer o pecado que criticamos noutros.

Mas, para que a alternativa de esquerda se afirme, há duas outras direcções de trabalho indispensáveis, e que o nosso Partido sublinha com insistência.

Falo, em primeiro lugar da luta de massas. Evidentemente, a construção da alternativa, para se tornar visível e viável, tem de ser assumida como uma frente de luta e um objectivo por uma larga massa da população. A luta popular, as lutas dos trabalhadores, as lutas por objectivos concretos, todas elas são importantes para aquela construção da alternativa. A valente e vitoriosa luta das trabalhadoras e trabalhadores têxteis pelas 40 horas, ou a luta da comissão de utentes dos telefones fixos, são contribuições determinantes, e valem milhares de páginas de discursos na formação da consciência social.

Em segundo lugar, a construção da alternativa exige, mesmo como condição da sua viabilidade, que o PCP reforce a sua força eleitoral. É para nós talvez a tarefa mais difícil, a de demonstrar que para que uma política de esquerda se afirme é indispensável que o PCP tenha mais votos e mais Deputados na Assembleia, e que "pese" mais dentro das forças políticas que podem sustentar a alternativa de esquerda.

É uma tarefa particularmente difícil porque é feita no pressuposto assumido de uma contradição. Por um lado, assumimos que a viabilidade da alternativa governativa de esquerda não pode ser sustentada só pelo PCP, o que aponta para considerarmos outras forças como "parceiras" no apoio a essa alternativa e à sua implantação; mas, por outro lado, dizemos que somos nós (e não essas forças "parceiras") quem garante um efectivo empenho na alternativa de esquerda. É como se disséssemos que aqueles com quem temos de cooperar para assegurar certa tarefa na realidade não a querem fazer e merecem desconfiança.

Esta situação tem sido explorada pelo PS, em todo o seu espectro de tendências e sensibilidades. Os mais próximos do Secretário-Geral do PS acusam-nos de oposição sistemática, de fazermos do PS inimigo principal, e de nos juntarmos à direita no que eles chamam "coligação negativa". Quanto

aos outros, que criticam o Primeiro-Ministro por se afastar dos valores da esquerda, acusam-nos de assim inviabilizarmos um entendimento com o PS e criticam-nos dizendo que perdemos credibilidade como força participante numa alternativa de esquerda, que, no seu entender, não pode ser aplicada contra o PS.

O peso que estas campanhas têm contra as nossas posições não pode ser subestimado. Por isso, um dos combates mais persistentes que o nosso Partido tem travado é precisamente contra estas repetidas afirmações de dirigentes do PS. É um tema insistentemente tratado pelo camarada Carlos Carvalhas e pelos documentos da direcção do Partido.

Mete-se pelos olhos dentro que há uma componente de chantagem nestas campanhas. O PCP afirma-se como oposição de esquerda, e denuncia e combate as políticas de direita que o Governo tem feito, bem como as alianças do PS com o PSD e PP, em matérias tão fundamentais como a revisão constitucional, o apoio à moeda única e a aprovação dos Orçamentos do Estado feitos nos termos e condições dos critérios de Maastricht. Por isso, aquelas acusações ao PCP têm uma primeira intenção, a tentar que o PCP se sinta autocondicionado e não assuma o seu papel de oposição de esquerda. Não vão ter grande êxito!

Mas, para além dessa componente de chantagem, essas campanhas servem também para tentar isolar o PCP e desacreditar a perspectiva de uma alternativa de esquerda com o PCP. É por isso que na resposta a essas campanhas é muito importante um correcto posicionamento do PCP na cena política, quanto ao PSD e ao PS. É preciso sempre deixar claro que ser crítico do Governo PS não é absolver os Governos Cavaco Silva. É preciso deixar sempre claro que a oposição que fazemos ao Governo PS é uma oposição de esquerda, para construir uma alternativa de esquerda, isto é, uma alternativa que se oponha vitoriosamente às políticas de direita que o PSD executou durante dez anos e que o Governo PS, contrariando promessas e perspectivas eleitorais, tem vindo a continuar no essencial.

Tem de ficar sempre claro que sabemos distinguir e distinguimos perfeitamente PS e PSD em tudo o que eles se distinguem efectivamente. E que, se não somos muleta do PS, para ele executar a política da direita, muito menos alguma vez seremos muleta do PSD, para ele retomar as responsabilidades de governo por essa política.

No nosso posicionamento em relação ao Governo PS, e perante as críticas que nos fazem, temos de lembrar que o PCP, quando se tratou de aprovar medidas que servissem os interesses populares e nacionais, nunca faltou com as suas iniciativas e com os seus votos na Assembleia. Foi assim com o rendimento mínimo garantido, com as regiões ou com a IVG. Se o PS, querendo colocar-se à esquerda, deve queixar-se de alguém, é de si mesmo, de ter frustrado as promessas eleitorais e ter enveredado por uma política de direita! Somos nós, PCP, que hoje ainda recla-

mamos ao PS que cumpra essas promessas, porque foi com elas que obteve os votos que lhe permitiram formar governo.

Mas, no debate em torno destas questões, para vencer as tentativas para chantagear, ou isolar e desacreditar o PCP, como força de alternativa de esquerda, a melhor resposta é o ataque. Obviamente não falo do insulto, da polémica pela polémica, ou do "rotulismo" que impede o diálogo e retira razão. Não é espalhando rótulos em todas as portas que as abrimos.

Quando falo de tomar a ofensiva, falo de ir para o terreno que forçosamente tem de dar frutos na construção da alternativa e que é o terreno mais incómodo para os tentam impedir essa construção. **O caminho seguro para estabelecer um diálogo à esquerda e para desfazer campanhas contra as posições do PCP na área da esquerda é lançar o debate sobre o conteúdo da alternativa de esquerda, sobre as propostas concretas que devem caracterizar a governação à esquerda para os próximos anos.**

Nesse sentido, a Resolução do CC de 14 e 15 de Fevereiro passado abre uma perspectiva clara (cfr. Ponto 2.3.1ª), e não é de mais sublinhá-lo aqui com uma nota suplementar: **o PCP deve ser a força estimulante desse debate.** Com o cuidado necessário para abrir o debate até onde for possível, sem preconceitos nem exclusões empobrecedoras. Com o cuidado de evitar hegemónismos. Mas sem abdicar do seu papel próprio.

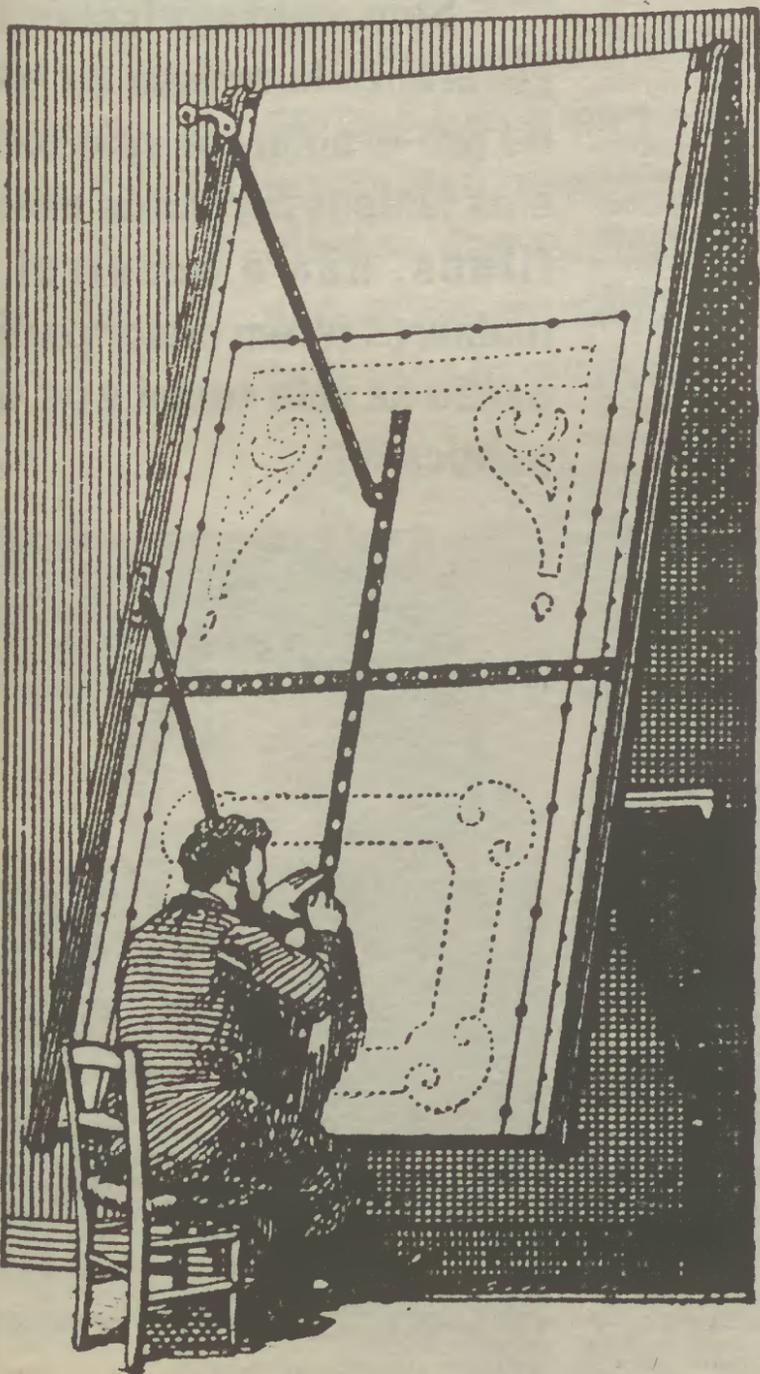
O grande tema de uma alternativa de esquerda está no binómio neoliberalismo *versus* política de desenvolvimento e de democracia social. O neoliberalismo, a ditadura do mercado, o domínio das multinacionais no quadro da globalização e a arrogância imperial da única superpotência são hoje cada vez mais contestados, e constituem um traço de união das forças progressistas de todo o mundo.

A definição programática da alternativa de esquerda passa por muitos temas, como, por exemplo: política de desenvolvimento e emprego; garantia da sustentação pelo Estado das políticas sociais, com as reformas necessárias para aumentar a sua eficácia, a qualidade das prestações e a sua universalidade como políticas públicas; subordinação do poder económico ao poder político, com a defesa do sector público e o combate às privatizações e à corrupção; melhoria das condições de trabalho e da qualidade do emprego com o combate à precarização, redução do horário, etc.; democratização da vida social, com particular acento na democracia na empresa; desenvolvimento de mecanismos de participação cívica na vida política; defesa de um novo rumo para a política europeia; intervenção activa nos novos problemas, com abertura às orientações mais progressistas, em questões como a bioética, sociedade de informação, ambiente, paridade, droga, avanços científicos e suas consequências sociais.

Outras questões haverá, mas estas serão certamente incluídas no necessário debate sobre a alternativa de esquerda.



João Amaral



■ Texto  
Domingos Mealha  
Fotos  
Jorge Caria

# Comemorações e hipocrisia no 8 de A igualdade constrói-

**P**erante o alastramento do trabalho precário, dos longos horários, dos baixos salários, da falta de infra-estruturas de apoio às crianças e à família, não bastam declarações de ocasião. Os problemas da discriminação das mulheres no trabalho e na sociedade têm que ser resolvidos com mudanças políticas e medidas concretas, que ataquem a desigualdade na raiz.

Manuela Prates — dirigente do sindicato dos Têxteis do Sul, da União dos Sindicatos de Lisboa e da Comissão Nacional de Mulheres da CGTP, Alexandra Gonçalves —, membro do organismo de direcção da Função Pública da Organização Regional de Lisboa do PCP, chefe de divisão (Recursos Humanos) na Direcção-Geral da Energia e presidente da Associação dos Inquilinos Lisbonenses, e Helena Gonçalves —, dirigente da Fenprof (coordenadora nacional do 1º Ciclo) e do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (vice-presidente), colocam especial ênfase na necessidade de criar condições objectivas para que as mulheres possam ter uma maior intervenção social em todas as áreas. E sublinham que esta é uma batalha por uma vida harmoniosa e feliz, em que mulheres e homens combatem lado a lado por interesses e aspirações comuns.

«Avante!»: Como encaram as várias iniciativas que assinalaram o 8 de Março este ano?

Manuela Prates: Na CGTP e na sua Comissão Nacional de Mulheres procurámos fazer tudo no sentido de chamar a atenção para os problemas das trabalhadoras. Uma das grandes preocupações que temos prende-se com o desconhecimento que as mulheres têm dos seus direitos, o qual está a levar a um retrocesso no exercício desses direitos. Neste 8 de Março centrámos os nossos esforços nas empresas onde a mão-de-obra é principalmente feminina, procurando informar e esclarecer as trabalhadoras sobre os seus direitos, nomeadamente os relacionados com a maternidade. Estivemos envolvidas, com outras organizações, em importante iniciativas por todo o País, com destaque para Lisboa, Porto e Beja.

Alexandra Gonçalves: Eu tive ocasião de participar no concerto promovido pela Alta Comissária para a Igualdade e pelo secretário de Estado da Comunicação Social. Nada tenho a apontar ao programa e à forma como decorreu, mas não vi lá as mulheres que lutam todos os dias pelos seus direitos e contra a discriminação.

A margem das comemorações, importa salientar que é uma luta de mulheres a luta que decorre na Administração Pública pela reestruturação de carreiras. Tem havido uma muito boa participação nos plenários sindicais, como já não se via desde o fim da década de 70.

Esta é uma luta predominantemente do sector administrativo da Função Pública, e aqui 90 por cento são mulheres, o que significa que estão muitos milhares de mulheres em luta por uma carreira digna.

Helena Gonçalves: O dia da comemoração é uma ocasião para lembrar a História, e isto é cada vez mais importante, para passar aos jovens o testemunho desta luta e das suas razões. A acção reivindicativa por melhores condições tem que ser desenvolvida no dia-a-dia.

## Interesses profissionais e causas sociais

Os sindicatos têm um papel muito importante, que vai para além dos sectores profissionais que representam. Entre os professores, por exemplo, continuam a ter um grande peso as mulheres, pelo que muitos dos

problemas dos professores são necessariamente problemas de mulheres. Mas também desenvolvemos lutas por melhores condições de ensino, e estas têm a ver com toda a sociedade.

Lutamos, com persistência e determinação, para que seja resolvido o problema dos professores contratados, que são obrigados, durante anos e anos, a andar com a casa às costas como o caracol, sujeitos a uma instabilidade com prejuízos directos nos seus rendimentos, na sua vida pessoal e na família.

MP: Também nos têxteis o emprego precário é um muito grande obstáculo a que as mulheres, principalmente as jovens, usufruem plenamente dos direitos que lhes estão reconhecidos, como as idas ao médico para consultas de gravidez, o direito à amamentação, os direitos dos trabalhadores-estudantes.

HG: Estamos também a desenvolver uma campanha em defesa do ensino pré-escolar. Apesar de este Governo ter aprovado uma lei que garante o alargamento da educação pré-escolar, verifica-se na prática que esse movimento está a tardar, não está a ser feito o que a lei estipula. Resolvemos, por isso, lançar um abaixo-assinado para exigir aquele alargamento. Nas escolas do primeiro ciclo, reclamamos medidas para melhor as condições em que funcionam, particularmente no que respeita aos refeitórios e aos tempos livres das crianças.

AG: Penso que esta luta dos professores em torno do pré-escolar, dos refeitórios e dos tempos livres merece ser mais alargada, porque diz respeito a todas as mulheres e homens do nosso país. Sem conseguirmos um generalizado acesso ao ensino pré-escolar e, no primário, os refeitórios e os tempos livres dos nossos filhos, não é possível as mulheres terem maior participação na vida social e na vida política. Só depois destes problemas resolvidos é que se poderá questionar por que não estão mais mulheres na política ou na vida sindical. Pelo sector onde estou, não tenho dúvidas que muito mais mulheres participariam na vida política ou sindical, se não tivessem que, depois do trabalho, sair a correr para os transportes, para ir buscar os filhos à escola ou à ama, para ir às compras... Não ficam com disponibilidade para outras actividades. Não é possível, por exemplo, discutir paridades ou outras alterações semelhantes nas leis eleitorais, se não tivermos estes problemas resolvidos.

Vou levar para o meu local de trabalho o abaixo-assinado do pré-escolar e não tenho dúvidas de que vai ter uma grande aceitação.

MP: Esta falta de infra-estruturas de apoio à família é uma questão sentida por todas as mulheres, sejam quais forem os sectores onde trabalham. Há alguns, contudo, onde esta necessidade se faz sentir mais. É o caso do sector têxtil e, dentro deste, o vestuário — que tem 90 por cento de mão-de-obra femi-



nina. O problema ganha ainda maior gravidade devido aos baixos salários e aos elevados horários de trabalho que são praticados.

Devido à forte repressão e intimidação das trabalhadoras, nós temos frequentemente dificuldade em recolher apoios para abaixo-assinados nalgumas empresas de vestuário. Por incrível que pareça, foi extremamente fácil fazer essa recolha nas empresas onde já chegou este abaixo-assinado, mesmo naquelas onde as pressões são mais fortes e onde, muitas vezes, as pessoas têm dificuldade até em receber um documento sindical. Tenho já, de uma destas empresas, uma folha completa e a delegada sindical diz que, se mais folhas houvesse, mais assinaturas teria recolhido. Isto mostra bem como o problema é sentido.

HG: Por outro lado, as falhas a nível da educação pré-escolar e dos tempos livres e refeitórios do 1º ciclo vão provocar fenómenos como o dos meninos-de-rua, ultimamente tão falado. As famílias mais afecta-

## Alexandra Gonçalves

“Sem conseguirmos um generalizado acesso ao ensino pré-escolar, os refeitórios e os tempos livres dos nossos filhos, não é possível as mulheres terem maior participação na vida social e na vida política”

## Manuela Prates

“Vão flexibilizar também o horário das trabalhadoras das creches e jardins-de-infância? Vamos ter que flexibilizar também as horas de alimentação das nossas crianças?”



# Março como todos os dias

# se nas lutas pela felicidade

das são as de mais baixos rendimentos. O que vemos são os meninos-de-rua abandonados, os meninos-de-rua a serem agressivos, os meninos-de-rua a serem cuspidos de todo o lado... e começa-se já a pensar na escola-oficina para os meninos de 10 a 12 anos, em vez de se fazer as alterações de fundo nas condições das escolas e nas estruturas de apoio às famílias.

Assim, são excluídos das condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória. Mas há já também casos de exclusão de alunos, de expulsão de meninos da sua escola! Em vez de exigirem equipas multidisciplinares para responder a estas situações, pais e professores transferem o menino agressivo para outra escola. Isto é o caminho mais curto para o abandono escolar.

## Discriminações impunes

Nos professores não temos situações de discriminação salarial entre homens e mulheres. Mas faltam condições para o exercício dos direitos das mulheres e persistem mentalidades que impedem esse exercício.

As professoras mães têm reconhecido por lei o direito à amamentação, mas as educadoras e as professoras do 1º ciclo, quando têm monodocência, enfrentam sérias dificuldades e mesmo tentativas de lhes ser cortado esse direito, porque as escolas não têm capacidade para funcionar no período que elas faltam.

Há também responsáveis que pretendem retirar esse direito, por exemplo, às professoras contratadas. E o sistema permite tais atitudes, porque deveria rapidamente dar informações claras e combater estas mentalidades.

MP: Ao falarmos nas condições dos pais para darem a necessária assistência aos filhos, devemos contrariar a tentativa de culpabilizar as mulheres por tudo o que se passa de mal em relação às crianças, e que também tem outra intenção: face ao aumento do desemprego, pretendem remeter cada vez mais as mulheres para o lar. Os verdadeiros responsáveis são aqueles que não criam as condições para que homens, mulheres e crianças tenham direito à felicidade.

Até que ponto a flexibilização dos horários de trabalho não vai agravar toda esta situação? Considero hipocrisia plena quando os senhores governantes vêm continuar a falar nas famílias e no bem-estar das famílias, mas aprovam legislação laboral que vai pôr em causa a possibilidade das famílias serem famílias, terem tempo para o lazer e os pais terem tempo para comunicar com os filhos.

Num sector como o vestuário, os ritmos de trabalho são intensíssimos e contribuem para o envelhecimento precoce das mulheres. Esta flexibilização dos horários vai provocar graves consequências nas condições de trabalho e a todos os demais níveis, vai impossibilitar mais mulheres de participar na vida cívica, vai ter reflexos na família e nas crianças.

Olhando para o pré-escolar, podemos perguntar: então e vão flexibilizar também o horário das trabalhadoras das creches e jardins-de-infância? Vamos ter que flexibilizar também as horas de alimentação das nossas crianças?

Como comentam as medidas anunciadas pelo ministro Jorge Coelho neste fim-de-semana?

HG: Se não for um novo acto de hipocrisia, acho muito importante esta iniciativa de apoio à mulher vítima de violência.

AG: Qualquer medida deste tipo é sempre importante. O problema é que os discursos, como vimos no do senhor ministro, ignoram sempre quais as causas da violência doméstica, e por aí é que se devia começar. Assim, julgo que esta será sobretudo uma medida de marketing, para a opinião pública.

## Palavras e mais nada

HG: Ao falar destes temas, vê-se que este Governo tem um comportamento mesmo hipócrita: utiliza uma linguagem favorável à resposta a problemas como aqueles de que estamos a falar, mas no concreto não actua em conformidade com essa linguagem.

Este Ministério da Educação, por exemplo, tem vindo a anunciar que é sua intenção criar condições para a participação dos pais nas escolas. Mas o que está a fazer é com que alguns pais possam participar nos órgãos de gestão; a todos os outros — por tudo aquilo de que temos estado a falar — veda a possibilidade de terem a relação que seria mais conveniente para o sucesso das crianças e que exigiria um acompanhamento maior e um contacto mais regular com a escola e os professores.

Por este caminho, quer o Ministério que tenhamos as escolas «de excelência» e as «dos outros». Isto é muito mau para o ensino e para a felicidade das pessoas e uma vida harmoniosa.

Fez agora um ano que foi aprovado pelo Governo o Plano Global para a Igualdade. Que balanço se pode fazer dos seus resultados?

MP: Para já, não foi suficientemente divulgado.

AG: E ainda bem, senão criava falsas expectativas!...

MP: O Plano Global surgiu sobretudo para o Governo poder afirmar que estava a fazer alguma coisa. A verdade é que não fez nada a favor das mulheres e das famílias, à excepção de medidas insuficientes no combate à violência.

AG: Ninguém, por parte do Governo, surgiu a fazer esse balanço, o que não deixa de ser digno de registo. O Plano foi apresentado pela Alta Comissária para as questões da Igualdade e da Família, em vésperas do 8 de Março, e não teve o devido empenhamento dos ministérios que lhe deviam dar execução. Isto mostra que a preocupação prin-

cipal do Governo foi, realmente, dar a ideia de que estava a fazer qualquer coisa. Depois de aprovado, nem sequer foi divulgado pelos serviços dos ministérios; salvo as excepções da Justiça e da Solidariedade Social, os ministérios também não lhe deram qualquer atenção.

A medida de mais fácil execução prevista no plano não foi realizada: incluir temas relacionados com a igualdade de oportunidades nos cursos de formação dos agentes da Administração Pública. Neste ano, houve até muitos trabalhadores a frequentar cursos, mas nem sequer foi feito um esforço para passar esta mensagem nos serviços responsáveis pela formação!

A proximidade dos cônjuges como factor preferencial nos concursos da Administração Pública já estava prevista por lei antes de surgir o plano global. É pena é que isso não seja considerado em tantos e tantos casos, como os professores contratados e os muitos outros trabalhadores precários. No plano surgiu apenas como uma maneira de preencher espaço a dizer que vão dar atenção a isto.



FENPROF  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS PROFESSORES

## Abaixo-Assinado

Com a publicação da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei 5/97 do 10 de Fevereiro) e posteriormente com a sua regulamentação (Decreto-Lei nº 147/97 de 11 de Junho), o Governo propõe-se dar cumprimento à Constituição da República e à Lei de Bases do Sistema Educativo, com o objectivo de apoiar as famílias na tarefa da Educação, orientada por critérios de qualidade e pelo princípio da igualdade de oportunidades.

Os referidos diplomas definem ainda as competências do Estado na criação de condições para apoiar e tornar efectivo o direito à Educação Pré-Escolar.

Assim, compete ao Estado (Ministério da Educação), garantir:

1 — O direito à frequência de um Estabelecimento de Educação Pré-Escolar para todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos.

2 — A gratuidade da componente educativa.

3 — A qualidade do atendimento, definindo as normas gerais de funcionamento da Educação Pré-Escolar em todos os estabelecimentos.

4 — A oferta de uma componente social e de apoio à família (alargamento de horário, refeições, ...), de qualidade, salvaguardando o bem-estar das crianças em todos os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, nomeadamente da rede pública.

5 — Assegurar o efectivo cumprimento e aplicação da Lei-Quadro e da sua regulamentação, designadamente através do acompanhamento e supervisão.

6 — A equiparação do Estatuto Profissional dos Docentes em exercício nas IPES às dos restantes colegas.

O Estado (Ministério da Educação) não está a exercer as suas competências legais.

Os pais, encarregados de educação e cidadãos abaixo-assinados exigem que o Ministério da Educação assumna na íntegra as suas responsabilidades.



Helena Gonçalves

“ O Governo é hipócrita, porque tem uma linguagem favorável à resposta aos problemas das mulheres, mas não actua em conformidade com essa linguagem ”

Assegurar o direito à frequência gratuita de creches e jardins de infância, exigir o adequado funcionamento dos refeitórios e o alargamento dos tempos livres são justas exigências dos professores e dos pais e passos indispensáveis na criação de condições objectivas para a igualdade e para uma participação maior das mulheres em todas as áreas

# Financiamento Público de instituições e actividades do I&DE

**A**preciação na generalidade do tratamento dado no Orçamento de Estado para 1998 às actividades de C&T (Ciência e Tecnologia), assente na comparação dos valores iniciais orçamentados, para 1997 e para 1998, conduz à verificação de que, no fundamental, se mantém ao nível de anos anteriores – já de si muito baixo – os recursos financeiros postos à disposição dos agentes executores de actividades de I&DE (Investigação e Desenvolvimento Experimental), afirmou recentemente a Comissão para as Questões da Ciência e Tecnologia do PCP, em documento que reproduzimos

Analisando separadamente a evolução das despesas de funcionamento previstas e a evolução do investimento (PIDDAC Tradicional e PIDDAC Apoios), e analisando, por um lado, a evolução dos montantes orçamentados para os chamados grandes laboratórios do Estado e, por outro, a evolução dos montantes a despendir pelos organismos financiadores de actividades de I&DE tutelados pelo MCT (Ministério da Ciência e da Tecnologia) – verbas a injectar no Sistema Científico e Tecnológico (SCT) – é forçoso reconhecer que não existem sinais claros de se estar a avançar no sentido de mudanças significativas na situação do SCT, situação que é reconhecidamente má, quer no plano dos recursos humanos e materiais – equipamentos e instalações – escassos e envelhecidos quer no que respeita à organização e gestão desses mesmos recursos. Nada permite afirmar, antes pelo contrário, que se esteja objectivamente a caminho de transformar o frágil e desarticulado SCT nacional num sistema científico e tecnológico comparável ao de outros países europeus medianamente desenvolvidos.

Ao mesmo tempo, confirma-se que, para o Governo, a legislação em vigor, obrigando à elaboração de um OC&T e à sua apresentação anual ao Parlamento para apreciação, com o Orçamento de Estado, continua letra morta, parecendo confundir-se OC&T com orçamento do MCT quando na realidade este último não chega a ser metade do total da despesa do País com I&DE.

A análise dos números do OE mostra que o orçamento inicial para 1998 dos chamados grandes laboratórios, é cerca de 8,5% superior ao de 1997, a preços constantes deste último ano, atingindo quase 35 milhões de contos. As despesas de funcionamento sobem 3% a preços correntes, o que traduzirá, se a execução corresponder ao orçamentado, uma efectiva estagnação, com a agravante de que, prevenindo-se um aumento sensível (13,6%) das despesas com o pessoal vinculado, as transferências de fundos do OE não acompanham esse aumento, fazendo descer, no conjunto dos laboratórios, a taxa de cobertura das primeiras pelas segundas em cerca de 8 pontos percentuais (de 88% para 80%). Significa este estado de coisas que os laboratórios disporão em 1998 de menos dinheiro para pagar a aquisição de bens e serviços correntes necessários ao seu funcionamento (menos 10,5% em termos reais) e para fazer algumas despesas de capital (menos 24%), constituindo estas, cronicamente, uma fracção muito pequena do orçamento de funcionamento (4%, em 1998). De notar que a previsão do aumento das despesas com pessoal vinculado contida nos valores orçamentados, deverá, no fundamental, ser consequência dos processos de integração nos quadros do numeroso pessoal que se mantinha em situação precária há diversos anos, designadamente, daquele com a designação de “bolseiro”, o que por si não corresponde, evidentemente, a qualquer crescimento real do SCT.

Olhando agora para as dotações do PIDDAC, verifica-se a subida, no conjunto dos laboratórios, de cerca de 5,1 milhões de contos, em 1997, para cerca de 7,3 milhões de contos, em 1998. Este crescimento, notável em comparação com anos anteriores, decorre em grande parte do crescimento verificado nas dotações do PIDDAC do INETI, que passam de cerca de 800 mil contos, em 1997, para 3

milhões e 100 mil, em 1998. Importa assinalar, todavia, que este salto no financiamento do INETI decorre da atribuição de fundos do PEDIP (mais 2,2 milhões de contos) em grande parte destinados não ao INETI mas à construção de infra-estruturas do Pólo Tecnológico do Lumiar (1,5 milhões de contos). Tendo em conta esta nota, verifica-se que o orçamento total dos laboratórios cresce apenas ligeiramente acima da taxa de inflação (+2,3% em termos reais).

Vejam agora como se apresenta a situação no que toca aos organismos financiadores tutelados pelo MCT e que são, no nosso sistema, a principal fonte de financiamentos abertos. No Orçamento de Estado para 1998, os fundos destinados a ser injectados no SCT, e que vão, na prática, beneficiar sobretudo os grupos universitários, encontram-se, no fundamental, inscritos no PIDDAC da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (25,5 milhões de contos) e do Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (3,2 milhões de contos). Em 1997, apareciam ainda no PIDDAC da extinta JNICT. Feita a comparação dos números, verifica-se um crescimento dos valores iniciais orçamentados de 20,3 % entre 1997 e 1998 (mais 4,8 milhões de contos). Para este crescimento é determinante a evolução da verba inscrita para o programa PRAXIS XXI, que recebe mais 3,9 milhões de contos (dos quais 2,7 milhões de fundos europeus). Todos os outros programas vêem as suas dotações ser reduzidas ou, nalguns casos, manter-se. Assim, o Programa de Formação e Mobilidade de Recursos Humanos é reduzido, a preços correntes, em 50% enquanto o Programa-Base de Investigação Científica e Tecnológica cai para 1,5 milhões de contos (menos 18%). O Programa de Cooperação Internacional em C&T mantém-se com cerca de 3 milhões de contos, dos quais 2 milhões se destinam a ser transferidos para o estrangeiro, principalmente para pagamento de quotizações em organismos internacionais. O Fundo de Apoio

à Comunidade Científica é reduzido em 17%, sempre a preços correntes.

Há assim um reforço da concentração de recursos financeiros no programa PRAXIS XXI, onde se concentram também os fundos estruturais europeus. No interior deste programa verifica-se uma quebra de 1,8 milhões de contos na dotação para “bolsas” que passa para 8,4 milhões de contos, e um substancial reforço dos dinheiros a transferir para o financiamento de actividades de I&DE em instituições particulares (de 1 para 3 milhões de contos) e sobretudo em instituições públicas (de 3,8 para 7,9 milhões de contos). A importância do crescimento destes números tem, naturalmente, que ser vista em termos absolutos e confrontada com a sua pequenez. E, no caso das transferências para instituições públicas, tem o significado de substituição de financiamentos não assegurados pelos ministérios da respectiva tutela.

Importa ainda referir a dotação de um milhão e 500 mil contos consignada ao “apoio à reforma de instituições públicas ou de interesse público de investigação” que aparece inscrita no orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O montante desta dotação, cuja finalidade não está clara, contribui para tornar mais evidente a pequenez das restantes dotações, afinal destinadas a alimentar um sistema que se admite estar em funcionamento.

Finalmente, anota-se o facto de as despesas com o pessoal dos três organismos que sucederam à JNICT crescerem globalmente 50% em relação à correspondente despesa orçamentada em 1997 para este último organismo (1,1 milhões de contos em 1998 contra 700 mil no ano que terminou).

O quadro orçamental acima descrito mostra que não há razões para esperar que em 1998 possam ter lugar alterações significativas da situação do SCT nacional. Como noutra ocasião foi sublinhado, não é possível transformar ou dar início a uma transformação do sistema que vise a efectiva melhoria do seu desempenho enquanto não se manifestar vontade política de aumentar progressiva mas significativamente o investimento no sistema dando-lhe o tratamento de excepção correspondente à sua importância estratégica. A título de referência, seria significativo um aumento global de 20 milhões de contos, dos quais

10 milhões como dotações directas nos orçamentos de funcionamento dos laboratórios e outros 10 milhões a injectar no sistema através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Só assim será possível fazer com que vivam, em lugar de vegetar, linhas de investigação e projectos que se arrastam penosamente ano após ano em regime de subfinanciamento crónico.

O indispensável incremento dos recursos financeiros a disponibilizar para fazer funcionar o sistema, e rentabilizar o dinheiro gasto, deverá ser acompanhado de novas regras de gestão, a aplicar por gestores competentes. Importa destacar, como particularmente importante, o estabelecimento de novas carreiras de pessoal técnico; a possibilidade de recrutamento de pessoal dentro das disponibilidades orçamentais e a possibilidade de realização de outras despesas correntes sem necessidade de classificação económica a priori.

Nada disto depende ou sequer tem a ver com a mirífica reforma das instituições públicas de investigação cujo parto, difícil, está prometido para 1998 pelo MCT, depois de ter estado garantido em 1997: “Em 1998, será consagrada a reforma do sistema de ciência e de tecnologia, a par da expansão e qualificação das instituições e das condições de formação e de emprego científico”. Falar em consagração de qualquer coisa, sobremaneira polémica e da qual nenhuma concretização viu ainda a luz do dia, é, apesar de tudo, menos grave do que a “expansão e qualificação” que se promete a seguir de qualquer coisa mal definida numa frase em que o português escorreito que se desejaria ler se atrapalha numa construção duvidosa.

## PRINCIPAIS NÚMEROS DA DESPESA E DO FINANCIAMENTO PÚBLICOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

	1997	1998	Varição
«Grandes Laboratórios» (1)			
Despesas de Funcionamento			
Pessoal	16 712	18 987	+ 14%
Outras	10 025	8 541	- 15%
<b>Total Despesas Funcionamento</b>	<b>26 737</b>	<b>27 528</b>	<b>+ 3%</b>
(transferência fundos do Orçamento Estado)	(15 243)	(15 678)	(+ 3%)
PIDDAC	5 113	7 344	+ 44%
<b>Total «Grandes Laboratórios»</b>	<b>31 850</b>	<b>34 871</b>	<b>+9%</b>
Organismos financiadores tutelados pelo MCT (2)			
Despesas de Funcionamento			
Pessoal	678	1 076	+ 59%
Outras	1 962	1 443	- 26%
<b>Total Despesas de Funcionamento</b>	<b>2 640</b>	<b>2 519</b>	<b>- 5%</b>
PIDDAC			
Progr. Formação e Mobil. Recursos Humanos	398	200	- 50%
Cooperação Intenacional em C & T	3 014	3 176	+ 5%
Progr. Base de Investigação Científica e Tecnológica	1 840	1 505	- 18%
Fundo de Apoio à Comunidade Científica	300	250	- 17%
PRAXIS XXI	17 467	21 374	+ 22%
Apoio à reforma de Inst. Públicas ou de int. público de investigação	—	1 500	—
Outros Programas e diversos	789	646	- 18%
<b>Total PIDAC</b>	<b>23 808</b>	<b>28 651</b>	<b>+ 20%</b>

(1) Inst. Hidrográfico (IH), Lab. Nacional Engenharia Civil (LNEC), Inst. Geológico e Mineiro (IGM), Inst. Nacional Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI), Inst. Invest. Pescas e do Mar (IPIMAR), Inst. Nacional Invest. Agrária (INIA), Inst. Nac. Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), Inst. Meteorologia (IM), Inst. Invest. Científica Tropical (ICT), Inst. Tecnológico e Nuclear (ITN). O Labor. Nac. de Invest. Veterinária e o Dep. Protecção e Segurança Rariológica da Dir. Geral do Ambiente, não foram incluídos nesta análise por falta de dados.

(2) Em 1998, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e o Inst. para a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI); em 1997, a extinta Junta Nac. de Invest. Científica e Tecnológica (JNICT). Por razões técnicas, os valores indicados para 1998 incluem as despesas do Observatório das Ciências e das Tecnologias (142 mil contos).

# Brasil Sociedade Anónima

A promessa do actual Governo é de privatizar até ao fim do ano a maior parte do que resta das empresas nacionais inclusive o petróleo que nos anos 50 motivou ampla luta popular e estudantil despertando a consciência nacionalista. Muitos dos antigos líderes estudantis que enfrentaram a polícia sob a bandeira de "O Petróleo é Nosso" hoje defendem no Governo a urgência da venda para "fazer dinheiro" e pagar as dívidas criadas por administração incompetente, roubos, corrupção institucionalizada, fortalecimento de uma elite à qual pertencem. Esta é a mentalidade dominante: empenhar o património (e a independência) nacional para corrigir os efeitos dos crimes. Dão uma pincelada de falsa moralidade para enganar a população e beneficiam a elite empresarial. Como diz o ditado, "por fora bela viola, por dentro pão bolorento".

O palavrório sobre as qualidades do Estado Mínimo, as novas tecnologias, a modernização da sociedade, não conseguem encobrir o abandono da ética e do sentido patriótico causado pelo enriquecimento fácil que separou os brasileiros em dois mundos díspares e antagónicos. Em conversas de rua, com gente simples e muitas vezes analfabeta, ouço a explicação: "estão vendendo os móveis, as canalizações, a fiação eléctrica, as telhas, as portas, - da casa brasileira - para conseguirem dinheiro para as farras, o tráfico de drogas e armas, o comércio da prostituição, as grandes negociatas internacionais".

Antiga luta nacional, que premiou o brio brasileiro com a vitória há quatro décadas, foi pela estatização das empresas de distribuição da energia eléctrica. Desde o início do século, o trust canadiano Light and Bond & Share dominava a produção e distribuição de energia mantendo o país limitado pelos estreitos limites da tecnologia considerada própria para os países desenvolvidos. Os técnicos brasileiros que projectam barragens hidroeléctricas para aproveitamento dos grandes mananciais que existem em todo o país, eram perseguidos e os seus trabalhos engavetados por políticos corruptos. Só com a participação popular em amplas campanhas de conscientização e reivindicação política é que se conseguiu fazer frente ao domínio imperialista e impor a defesa do património e dos caminhos do desenvolvimento nacional. Foram lutas que enobreceram os brasileiros e fortaleceram a independência do Brasil.

No ano passado um ministro, ex-patriota, assinou com orgulho a devolução da empresa de distribuição de energia à mesma velha Light. Guardo a fotografia que assinala esta profunda mudança de ideologia, de carácter, como símbolo de perversão política que invadiu a elite poderosa no Brasil. Olho para a imagem daquele homem que um dia foi um jovem valoroso e que recebeu ajuda de muitos para escapar à perseguição policial da ditadura, e vejo que está reduzido à sua careca, à barriga, os seus traços flácidos e, sobretudo, à sua subordinação aos interesses financeiros dos chefes da globalização. É dos que confessam terem cometido "erros de juventude".

## As desilusões com as privatizações

Alguns meses após a devolução da empresa estatal à Light, no Rio de Janeiro a população se deu conta de que o fornecimento de energia piorou de maneira insuportável. Constantes cortes de energia nos meses de um verão com temperaturas de 40° destruíram os produtos congelados, deixaram comércio e indústria, além das casas particulares, sem poderem exercer as suas actividades com as luzes apagadas e os ventiladores parados. Nas ruas escuras os assaltos se multiplicaram. Pressionados, os governantes ameaçaram com punições e multas a empresa privada. Os novos donos atribuíram o falhanço ao fenómeno climático "el niño", que hoje explica tudo.

Tanto os que compraram as empresas de energia eléctrica como a CNA (Companhia Nacional do Aço), também vendida, explicam

que a situação das empresas "era de sucata, com nomeações políticas, duplicações de funções, amarras burocráticas, quadro de pessoal inchado, estoques enormes e caros, dinheiro escorrendo pelo ralo, agentes que compravam a baixo preço tabelado e vendiam com grandes vantagens no país ou no exterior, parlamentares conhecidos como "deputaços" (no caso da venda de aço da CNA) que serviam de intermediários nessas operações fraudulentas.

Ninguém acredita que tais procedimentos só foram conhecidos agora, mas em lugar de punir os infractores o Governo prefere entregar as fontes de rendimento nacional a empresários privados reconhecendo a própria incompetência para gerir os negócios da nação. O mais lógico seria os governantes renunciarem ao mandato, como faria qualquer gestor incapaz em lugar de começar a vender a empresa que o contratou para fazer dinheiro. Mas a lógica da social-democracia é outra hoje, vendem o património e mantêm a própria fachada e o poder sobre uma nação desfalcada.

A imprensa tem divulgado alguns dos preços escandalosos impostos pelas empresas privadas que substituíram o Estado no atendimento ao público: a Light compra a 30 reais o kw/h e vende a 80 reais, a empresa contratada para recolher lixo na cidade de São Paulo recebe 28 reais/tonelada do Município e paga 5 reais à subempregada que efectivamente trabalha (mal, é claro). E assim por diante, que a lista é quilométrica, para não falar na dívida dos proprietários rurais que em 1995 era de 7 mil milhões de reais e o Governo assumiu para os bancos não executassem, o mesmo que fez com os bancos que foram à falência por má gestão e desvio de recursos. Os números são divulgados, os nomes dos

res -



responsáveis também, mas o Governo atribui as carências financeiras aos trabalhadores que atingem a reforma aos 42 anos de idade por terem começado aos 12, ou a outras situações que seriam aberrantes num país desenvolvido mas que são a consequência da miséria crónica de um rico país desgovernado.

## Desinteria legislativa

Sob esta denominação um importante jurista e professor universitário caracterizou o estado de *bagunça erudita* que mascara de organizado o Estado brasileiro. Milhares de leis são produzidas, muitas contraditórias, centenas anticonstitucionais, para dar o aspecto de ornamento nacional. Outro académico citou Thomas Jefferson, um dos pais da Constituição norte-americana, que afirmava ser mais fácil fazer leis do que governar, ao denunciar o des-

vio no Brasil das verbas destinadas à saúde para os fins diversos. Por determinação governamental desde o ano passado os bancos passaram a cobrar mais um imposto - CPMF - sobre o movimento de cada cheque a fim de criar recursos para a saúde. Foram gerados muitos milhões de dólares em 97, mas em lugar de reduzir a miséria do sistema de saúde foram cobrir as despesas prioritizadas pela elite governamental. O povo que se dane, milhares de mortes ocorrem nos corredores hospitalares antes do atendimento, dezenas de bebés morreram nas maternidades por falta de leitos e de pessoal para os receberem neste belo miserável país. Um médico prestigiado compara o actual desprezo pela vida com as perversidades que criaram Auschwitz e, mais uma vez, refere as nossas leis criminais tão perfeitas onde se afirma ser proibido matar e inventa punições severas para os assassinos, "salvo se matarem em grandes quantidades e ao som de trombetas" como diria Voltaire.

## Onde fica a esperança?

Quem perde a esperança morre. Há que vasculhar as sociedades, ler nas entrelinhas da comunicação social, conversar nas ruas, para descobrir os caminhos do repúdio aos desmandos que conduzem o povo à miséria.

Assim como nos Estados Unidos, em Ohio, a população condenou a decisão de repetir a Guerra do Golfo que os representantes de Clinton defendiam, aos poucos vai-se descobrindo o renascer do sentido colectivo da luta em defesa da humanidade um pouco por toda a parte. Não tem símbolo partidário nem ideológico. É a intuição, o instinto de sobrevivência, a descoberta de que os valores fundamentais do ser social - solidariedade, respeito, amizade, responsabilidade - precisam ser preservados tal como já se pretende em relação à natureza.

A elite recorre à iniciativa popular para suprir as carências que não quer atender, incentiva com discursos as obras de solidariedade social, aplaude algumas que chega a conhecer. O povo conhece muito mais, conta com elas e nada espera de bom do Governo. Nasce uma nova organização, paralela ao Estado, que se fortalece na medida do aumento das desgraças. Quanto mais desmandos na administração mais consciência na base abandonada. A dialéctica não desapareceu com a queda do socialismo na Europa. Hoje já muito mais gente condena o bloqueio a Cuba, a guerra contra o Iraque, a verbosidade dos governantes que pensam dominar as populações com as suas belas frases pintadas de democráticas.

Robert Reich, professor de Política Social e Económica da Brandeis University e ex-secretário do Trabalho do governo Clinton, escreveu recentemente: "Quando os Estados Unidos despertarem, a política americana pode renascer em explosão de indignação com o crescimento económico que exclui muitos" e mostra que a riqueza explodiu no topo mas os salários dos que estão na metade inferior estão mais baixos hoje, em termos de poder aquisitivo, do que em 1989 antes da última recessão. Os cidadãos mais ricos - 1% do total - detêm 35% da riqueza nacional enquanto a típica classe média americana consome iludida pela propaganda e entra em falência. "Ouviram o barulho da riqueza aumentando e presumiram que a maré cheia também chegará para eles." O índice da pobreza nos Estados Unidos subiu e enquanto que em 1989 atingia 12,6 milhões de crianças, agora são 14,5 milhões (20,5% do total). "Em essência teremos de decidir", prossegue o professor, "se queremos reduzir o ritmo da globalização ou dar passos ousados para ajudar os perdedores de hoje a partilhar os benefícios da nova economia."

Todos sabem que se os povos ficarem na miséria os mercados de consumo desaparecem e aqueles que ainda têm esperança despertam da letargia que o capitalismo impôs com a queda do socialismo na Europa e voltam à luta.

## Petróleo

■ Jorge  
FigueiredoO pico de Hubbert  
e o esgotamento anunciado

A teoria é simples. O petróleo existente no planeta é um recurso finito, como é aceite por toda a gente. O processo que leva ao esgotamento de um recurso finito, qualquer que seja ele, é constituído por três etapas: 1) A produção principia no zero; 2) A produção, a seguir, ascende a um pico — um máximo que já não pode ser ultrapassado; 3) Após o pico, a produção declina até que o recurso esteja esgotado.

Estas ideias elementares permitem construir um gráfico. Se a produção de petróleo (em milhões de barris/dia) for posta no eixo das ordenadas e o tempo (em anos) no das abcissas, obtém-se um retrato claro da situação. A curva obtida mostrará as variações da produção, ano a ano. E a área por baixo dessa curva corresponderá à produção acumulada.

É evidente que este gráfico simples tanto pode ser construído ao nível de um país, de uma província petrolífera ou ao nível mundial. O seu "inventor" foi o Dr. M. King Hubbert, um conhecido cientista americano no campo dos estudos petrolíferos. Mas, como é evidente, um esquema teórico como este será tão bom quanto o forem os dados utilizados para construir a curva. É aqui que entram os méritos analíticos de Hubbert, um especialista em estatísticas petrolíferas. Ele já foi responsável por importantes descobertas. Em 1956, por exemplo, conseguiu prever (correctamente) que a produção de petróleo dos EUA atingiria o seu pico por volta de 1970.

A metodologia de Hubbert exige uma análise exaustiva das estatísticas petrolíferas existentes, a saber: 1) A produção acumulada (conhecida); 2) As reservas (conhecível); 3) O petróleo ainda não descoberto (previsível a partir de tendências passadas); 4) O máximo definitivo.

Dessa forma, vem: máximo definitivo = produção acumulada + reservas + petróleo ainda não descoberto. É claro que para chegar a resultados fiáveis é preciso construir gigantescas bases de dados e efectuar um enorme trabalho de análise das estatísticas oficiais de todo o mundo, expurgando-se dados espúrios. Este trabalho, seguindo a metodologia de Hubbert, foi feito pelo Dr. Colin J. Campbell, da firma de consultoria suíça Petroconsultants.

Os resultados que acabam de ser anunciados são espantosos e, se verdadeiros, têm implicações profundas na vida mundial. Eles estão disponíveis na Internet em <<http://www.hubbertpeak.com/summary.htm>>. Afirmando os autores que o máximo definitivo mundial é de 1750 Gb (gigabarris, ou seja, mil milhões de barris), o que é inferior à maioria das previsões correntes. Além disso, afirmam que o ponto médio de esgotamento ocorrerá por volta de 1999-2001 (ver quadro I).

Neste gráfico, a produção mundial de petróleo é indicada em milhões de barris por dia (Mb/d). Ele apresenta quatro possíveis cenários a partir de 1996. Entretanto, o resultado final (seja qual for o cenário que realmente venha a ocorrer) é aproximadamente constante. Isto se verifica porque o Máximo definitivo é considerado como um valor constante. Assim, produzir mais petróleo agora significaria apenas produzir menos no futuro — ou seja, é possível alterar o perfil da curva mas não a área que está por baixo da mesma. Dessa forma, como a curva decli-

na assintoticamente, restariam pouco mais de 50 anos de extracção de petróleo!

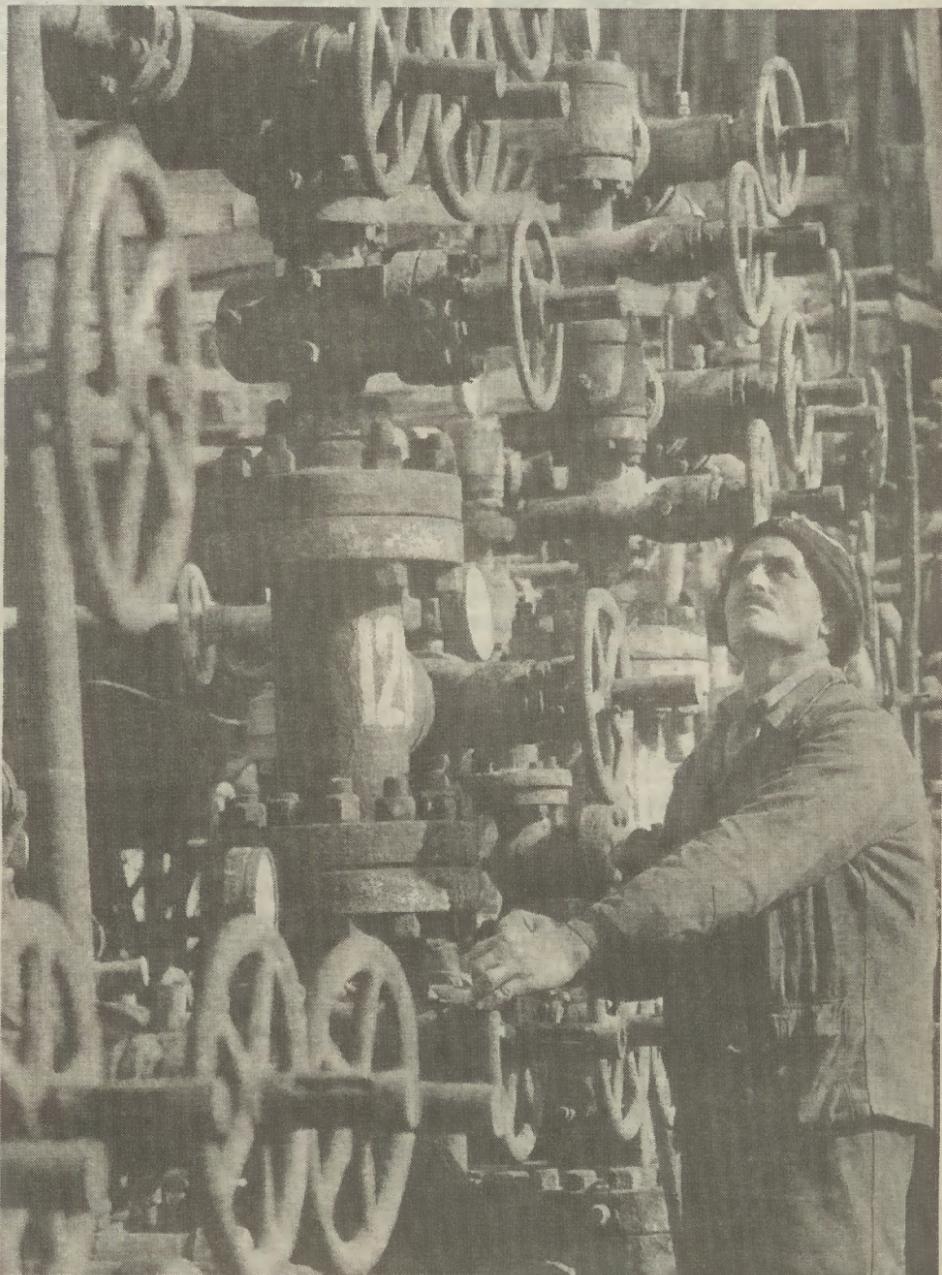
Mas este estudo global não fica por aqui. Desagregando-se por países, verifica-se que estes estão em diferentes fases de produção. Alguns (como os EUA) já atingiram o pico há muito tempo e agora estão na fase do declínio. Outros (como a Grã-Bretanha) vão atingir o pico muito em breve (1999). E alguns (como o Iraque, a Arábia Saudita, o Abu Dhabi e o Kuwait) ainda têm petróleo para mais de 20 anos. O número de anos que faltam para o esgotamento é indicado no quadro.

Como se observa, os únicos países do mundo que ainda têm pela frente um período de tempo considerável (20 anos ou mais) para atingirem o seu Ponto Médio são todos do Médio Oriente: Abu Dhabi, Kuwait, Iraque e Arábia Saudita. Assim, se se excluir a eventual descoberta de novas e importantes províncias petrolíferas, é natural que a participação relativa destes quatro na produção mundial venha a ser cada vez maior: dentro em breve eles estarão a fornecer mais de 30% das necessidades planetárias.

Se a análise acima esboçada e, obviamente, os dados em que se baseou forem verdadeiros, isto tem implicações profundas na política mundial. Dizer que o petróleo (barato) existente no planeta acabará dentro de 50 anos não é dizer coisa de pouca monta. As implicações são vastas e, a longo prazo, difíceis mesmo de imaginar na sua totalidade, complexidade e consequências (económicas, tecnológicas, políticas, etc). Se houvesse alguma ra-

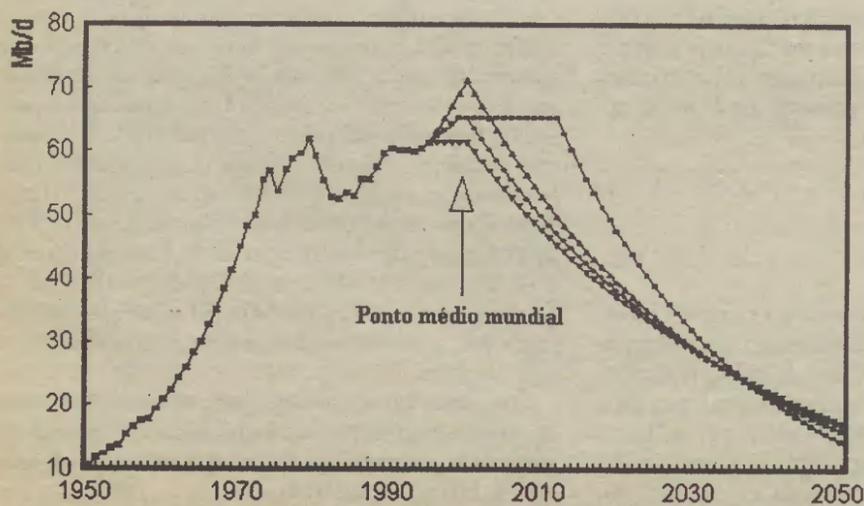
cionalidade no modo de produção capitalista esta perspectiva deveria conduzir a humanidade, desde já, à adopção de novas alternativas energéticas.

Por outro lado, se nos próximos anos a produção mundial de petróleo se concentrar cada vez mais em quatro países do Médio Oriente, as implicações a curto e médio prazo são enormes: o domínio dessa região tornar-se-á cada vez mais crucial. A agressão sofrida pelo povo do Iraque há sete anos (seguida por uma guerra económica que já custou a vida a mais de um milhão de crianças) tem tudo a ver com o petróleo. A bárbara guerra de extermínio que agora os EUA ameaçam desencadear novamente contra o Iraque nada tem, portanto, a ver com as malfetorias (supostas ou verdadeiras) do Sr. Saddam Hussein. Para defender os seus interesses, o império é capaz de qualquer crime.



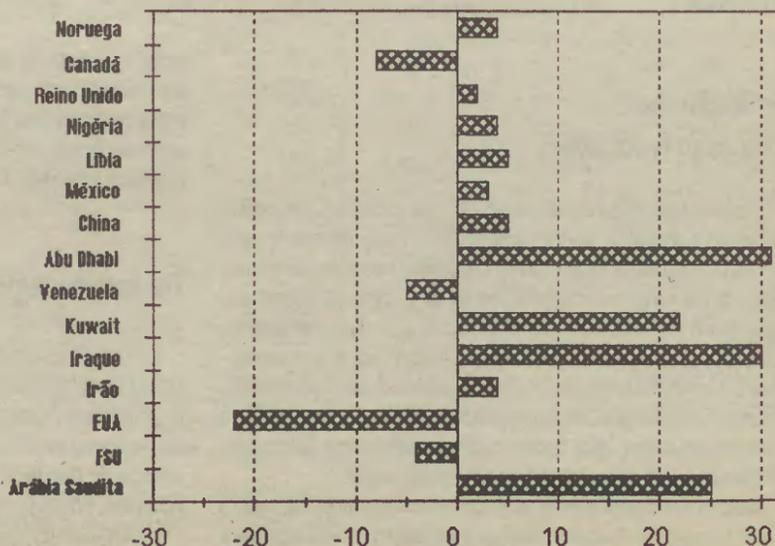
QUADRO I

Produção mundial de petróleo



QUADRO II

Tempo para atingir o ponto médio de esgotamento (anos)



# Waterloo

A retirada de Massena completou-se, finalmente, após o combate do Sabugal. E a 10 de Abril de 1811, Wellington estava em condições de dirigir-se ao povo português através de uma longa proclamação que se iniciava nos termos seguintes:

«Fica informada a nação portuguesa de que o cruel inimigo que invadiu e devastou o país foi obrigado a retirar-se atravessando o Águeda depois de sofrer grandes perdas.» Mas a Guerra Peninsular, instigada e dirigida pela Grã-Bretanha contra a França napoleónica, estava longe de chegar ao fim.

Seguir-se-iam o cerco de Ciudad Rodrigo, Fuentes de Oñoro, Salamanca. Em Londres, porém, viveram-se dias de emoção devido ao assassinio do primeiro-ministro, Spencer Percival (1762-1812), que um corrector de papel bolsista falido, John Bellingham, de Liverpool, abateu a tiro em pleno «lobby» da Câmara dos Comuns. Este espantoso acontecimento deu lugar à chamada de Lord Liverpool (Robert Banks Jenkinson), com quem Wellington trocava correspondência diária, ao lugar deixado vago quando a Grã-Bretanha mergulhava numa crise económica e experimentava o sabor amargo de revoltas de operários contra a crescente utilização de maquinaria nas fábricas. Nestas circunstâncias, começava a tornar-se urgente a vitória sobre Napoleão para que a vastidão do Império se estabilizasse e a exploração do mundo consolidasse os interesses do capitalismo britânico. O desaparecimento do imperador dos franceses da cena europeia e mundial contribuiria, também, para ajudar a seduzir o povo das ilhas britânicas e atenuaria os conflitos de classe que já começavam a dividir o país industrial e, na verdade, dividi-lo-iam para sempre.

Wellington entrou em Madrid à frente do exército anglo-português, a 22 de Agosto de 1812. Depois, a 21 de Junho de 1813, venceu Jourdan, famosamente, em Vitória para, alguns meses mais tarde, levar a guerra ao próprio território francês. Por essa altura, quando Napoleão tinha sofrido a hecatombe resultante da invasão da Rússia, a batalha de Leipzig (de 16 a 19 de Outubro de 1813) mostrava ao mundo as novas realidades europeias. O destino da França napoleónica estava traçado. Os aliados, assim, entravam em Paris a 31 de Março e Bonaparte abdicava e era feito seguir para o exílio da ilha de Elba a 4 de Maio.

## Dramático regresso de Napoleão

Sir Arthur Wellesley, agora duque de Wellington, assume o estratégico posto de embaixador britânico em Paris. A diplomacia inglesa, o Foreign Office dirigido por Castlereagh, impõe a toda a Europa o novo regime em que vai viver. O Colonial Office vai ocupar-se da arrumação dos enormes territórios sob o seu domínio segundo uma nova estrutura, a que lhe é ditada pelo imperialismo, pelos interesses do capital financeiro da City. E o governo britânico, feito «Comité Central» destes, surge aos olhos de todas as nações como o mais moderno e poderoso. A Inglaterra preparava-se para o papel de senhora do mundo. Mas estava para acontecer, ainda, o episódio derradeiro da guerra antinapoleónica que já consumia os povos europeus há vinte anos.

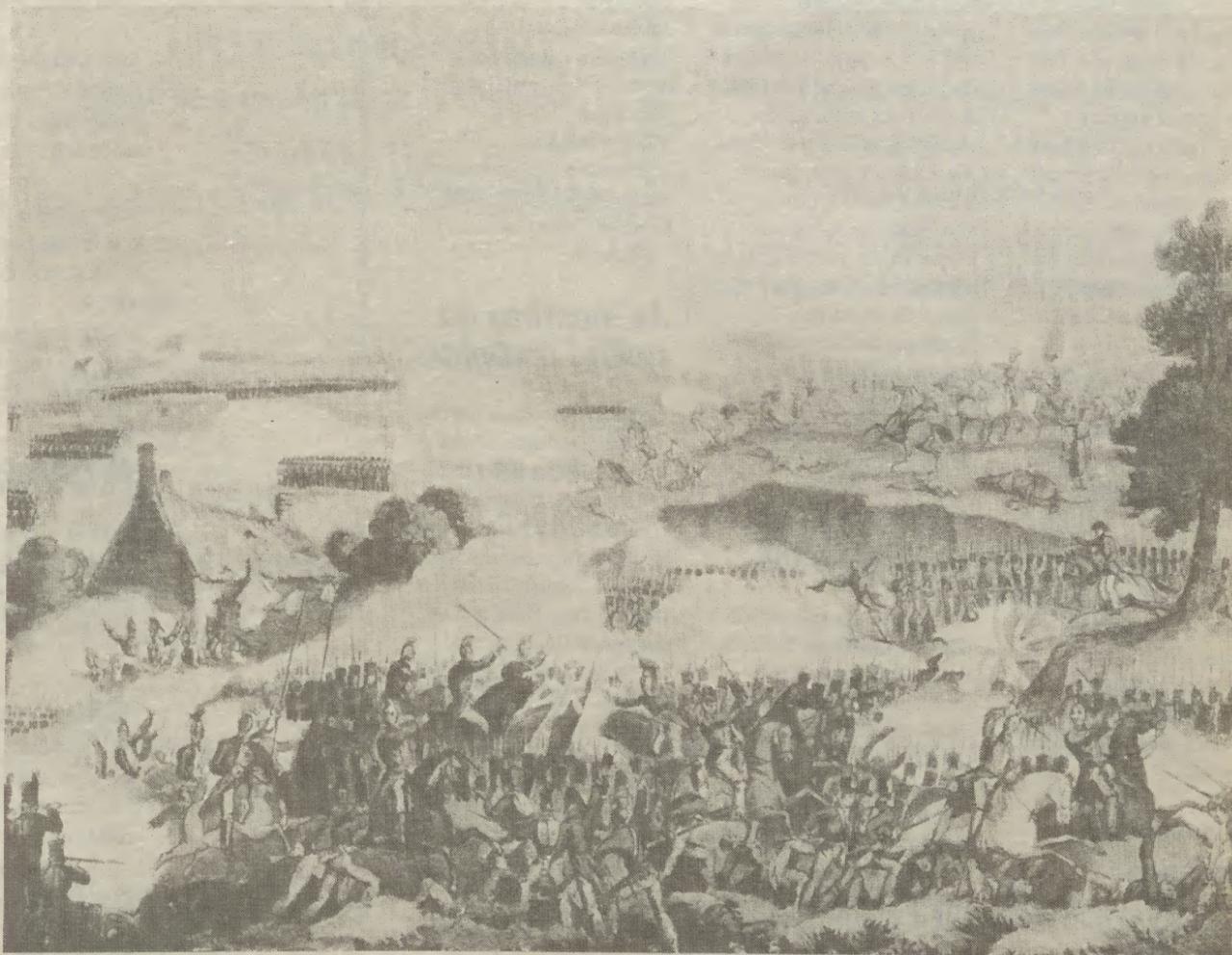
Em Fevereiro de 1815, produziu-se um acontecimento que fez tremer a nova Europa. A transcendente notícia aí estava — Napoleão desembarca em Cannes e parecia que o passado, aparentemente restaurado, não possuía, afinal, raízes suficientemente fortes para consolidar-se. A República e o Império tinham perecido. Havia um rei em Paris, Luís XVIII, irmão de Luís Capet que a França decapitara em 21 de Janeiro de 1793. O rei fugiu. O Congresso de Viena, onde as nações debatiam as propostas e as exigências de Castlereagh e Wellington, foi logo interrompido. Castlereagh partiu para Londres. Wellington reassumiu o comando do exército britânico.

Na capital do império, quem primeiro conheceu as terríveis notícias trazidas de Paris por um correio especial foram os banqueiros Rothschilds. Londres era o centro do mundo. Mas tremeu quando a sensacional novidade começou a correr de boca em boca. Grandes prejuízos no valor do papel que se negociava na City. Mas nem todos perdiam o humor facilmente. O homem da City via na paz recentemente construída a criação de múltiplas oportunidades e no reaparecimento da guerra a perspectiva de outras que não deixavam de excitá-lo. Uma qua-

## 17 Formação, trajectória e fim

### do Império Britânico

Manoel de Lencastre



dra, que ficaria famosa, definiu o estado de espírito do momento em Londres:

«The "Courier" third edition — so!  
Well, take the money, boy, and go!  
Now, for the news — by what blunder  
Has he escaped his bounds, I Wonder...» (1)

Waterloo não foi, simplesmente, uma batalha. Foi uma campanha, uma dramática sucessão de movimentos, de acções militares de enorme envergadura que acabaram por esclarecer o destino da Europa e do mundo. A França revolucionária já tinha sido vencida. Em Waterloo cairia a França napoleónica. E o país de Voltaire seria obrigado a acomodar-se às novas circunstâncias. Triunfariam os valores da economia política inglesa que o exército britânico, sob o comando de Wellington, representava no terreno. Era um exército diferente daquele que iniciara a vitória no Buçaco e nas linhas de Torres Vedras — os seus efectivos compreendiam largos contingentes belgas e holandeses. Mas, no momento decisivo, a salvação partiu do lado germânico quando o exército da Prússia, comandado por Blücher e Gneisenau, surgiu de Wavre e fez desequilibrar a relação de forças. Napoleão, assim, tendo fracassado a perseguição de Ney a Wellington e não se compreendendo a «deserção» de Grouchy, estava perdido.

## Batalha final

O imperador dos franceses atravessara o Sambre entre Chareroi e Marchiennes, a 15 de Junho de 1815. O exército inglês concentrara-se em Quatre-Bras. Napoleão encarregou Ney de atacá-lo e perseguiu-o até Bruxelas enquanto ele se encarregaria de Blücher em Ligny. Aí, com efeito, a «Grande Armée» conseguiu uma vitória espectacular. Blücher viu-se forçado a recuar para Wavre enquanto o marechal Grouchy cometia o erro histórico de, em vez de persegui-lo e destruí-lo, dispersar as suas tropas sem qualquer objectivo definido, a 17.

Mesmo assim, o exército de Napoleão, afastado Blücher, concentrou-se para dar a Wellington a batalha final. Este, entretanto, ao ser informado da derrota sofrida pelo exército da Prússia, iniciou mais uma das suas retiradas estratégicas, agora na direcção de Bruxelas. Mas concentrou o exército em Waterloo, um campo de que fizera reconhecimento anteriormente e que lhe parecia oferecer boas possibilidades para fazer frente aos franceses. Napoleão, evidentemente, esperava que Ney tivesse conseguido pôr Wellington em fuga e dirigia-se, também, para a capital belga.

Quando deparou com as formações de tropas britânicas e aliadas em Waterloo, compreendeu tudo. Preparou-se para a fatal batalha mas sentiu que ali tudo se perderia.

Os franceses atacaram na manhã de 18 de Junho. Tinha chovido copiosamente. Waterloo foi uma batalha à chuva e na lama. A infantaria britânica iria enfrentar de maneira heróica os 15 000 couraçados de Ney. E ficaram célebres as batalhas entre estes e os quadrados onde a cavalaria napoleónica jamais penetrou. A infantaria francesa, por seu lado, tinha conseguido ganhar uma boa posição estratégica em La Haye Sante mas, em Hougomont, os ingleses conseguiram aguentar-se. Muitos dos esquadrões de Ney perderam-se em ravinas que Wellington mandara engenhosamente camuflar. Ao fim da tarde, Napoleão ordenou o ataque final apesar de todos os esforços de Ney haverem falhado, o que significava que as posições de Wellington se mantinham intactas. Mas o reaparecimento de Blücher, vindo de Wavre, deixou a «Grande Armée» sem quaisquer hipóteses.

Concluindo que tudo se perdera afinal, Napoleão meteu-se à estrada para Paris. Ney seria feito prisioneiro. O exército desinteressava-se rapidamente. E o duque de Wellington deixou a Blücher a perseguição aos contingentes em fuga. No último momento, Cambonne foi o único que encontrou a palavra adequada para exprimir tudo o que sentia. E, perante uma formação inglesa que lhe exigia a rendição, gritou: «Merde!»

Com esta memorável e histórica vitória, a Grã-Bretanha afastou o último obstáculo que a impedia de subjugar o mundo. Tinha tudo a seu favor. O seu parque industrial modernizava-se e crescia. Dominava os mares. A acumulação de capital na City permitia-lhe ditar as relações económicas mundiais e tirar disso todo o partido possível. Os territórios sob o domínio da Coroa permitiam dizer-se que o império era tão vasto que nele nunca se punha o sol. Foi esta situação que levou Sir Winston Churchill a escrever:

«A derrota de Napoleão em 1815 deixou à Grã-Bretanha o domínio incontestado de uma grande parte do Globo terrestre. A França e todo o continente europeu estavam exaustos. Não chegara a hora, ainda, da Alemanha unida. A Itália continuava fragmentada. A Rússia retirava. Os povos português e espanhol achavam-se ocupados com a recuperação dos efeitos da Guerra Peninsular e a manutenção das suas possessões ultramarinas. Nas décadas que se seguiram, revoluções e guerras civis feriram muitas das grandes potências e nasceram novos países. Só a Grã-Bretanha escapou ileso de todos estes anos de desassossego. E começou a expansão sem paralelo dos povos de língua inglesa.» (2)

(1) A terceira edição do «The Courier» — aí está!  
Bem, toma o dinheiro, rapaz, desaparece!  
Vamos, agora, às notícias — por que estúpido erro  
Conseguiu escapar aos seus limites, coisa estranha...

(2) História dos povos de língua inglesa, Prefácio (Volume 3) pág. 7.



## AGENDA

## Vila Nova de Gaia

uma festa à esquerda!

SÁBADO - 14 MARÇO - 18 HORAS

PARQUE EXPOSIÇÕES V. N. GAIA

Convívio de militantes, amigos, democratas

para quem é necessário

um PCP com mais força

e influência na sociedade portuguesa

Música e poesia.

Intervenção de **Carlos Carvalhas**



• **Alcochete**

Jantar-convívio. Centro de Trabalho do PCP, sábado, 14, às 20h (Inscrições: Tel. 2340344).

• **Alenquer**

Almoço. No Bairro (garagem do cam. Tonico), domingo, 15, às 13h, com Júlio Filipe (Inscrições: Tel. 063.732482).

• **Almada**

Almoço promovido pela Comissão de Freguesia do Feijó: dia 15.

• **Alpiarça**

Jantar comemorativo. Sábado, 14, às 20h, no Pavilhão da Feira, com Vítor Dias.

• **Distrito de Aveiro**

Águeda - Jantar comemorativo. Rest. O Democrata, Mourisca do Vouga, sábado, 14, às 20h, com Carlos Fraião

Oliveira de Azeméis - Jantar promovido pelas Orgs.

Concelhias de O. de Azeméis e S. João da Madeira.

Rest. Calçada, Santiago de Riba-Ul, sábado, 14 às 20h,

com A. Salavessa

Feira - Jantar, antecedido de Plenário de militantes. Centro

de Trabalho do PCP, sábado, a partir das 15h, com Sérgio

Teixeira.

• **Barcelos**

Convívio no Centro de Trabalho do PCP: sábado, 14, às 19h30, com Carlos Silva.

• **Benavila**

Encontro-convívio no Centro de Trabalho, sábado, 14, às 15h.

• **Bragança**

Uma festa à esquerda! - com música e poesia e uma intervenção de Agostinho Lopes, domingo, 15, a partir das 16 h, no CT do PCP (Bº da Mãe D'Água).

• **Cascais**

Almoço-convívio no Centro de Trabalho de Sassoeiros

(R. Luís de Camões, 171): sábado, 14, às 13h.

• **Gouveia**

Sessão comemorativa e lanche-convívio, com a participação de José Casanova: sábado, 14, às 14h30, no CT do PCP.

• **Lisboa**

Jantar-convívio na Caixa Económica Operária, promovido pela Célula dos Trabalhadores Comunistas de A Voz do Operário, sexta-feira, 13, às 20h. Animação musical.

Penha de França: almoço promovido pela Com. de Freguesia: sábado, 14, às 13h, no Centro de Trabalho da Graça.

• **Moita**

Almoços comemorativos nos Centros de Trabalho de Alhos Vedros e da Baixa da Banheira: domingo, dia 15.

• **Queluz**

Almoço-convívio no Rest. O Padeiro (Av. Luís de Camões Queluz Ocidental): sábado, dia 21, às 12h30 (Inscrições: tels. 9142336-9131355).

• **Salvaterra de Magos**

Debate sob o tema *O PCP no momento actual*, introduzido pelo cam. Albano Nunes: no CT do PCP, sábado, 14, às 15h.

• **Seia**

Almoço-convívio. No CT do PCP, domingo, 15, às 13h, com José Casanova (Inscrições: tels. 22626, 390445).

• **Sines**

Almoço comemorativo: no Salão do Povo, domingo, 15, às 13h, com José Soeiro.

• **Torres Vedras**

Jantar no Rest. do Hotel Império, sábado, 14, às 20h, com Jerónimo de Sousa.

**Almada**

Encontro Distrital de Bancários

Sábado, 14, a partir das 10h, no CT Concelhio

**Barreiro**

3ª Assembleia

da Organização da freguesia de Verderena

Sábado, 14, a partir das 15h

**Sobral de Monte Agraço**

Plenário da CDU dos concelhos Norte e Centro

do distrito de Lisboa: sábado, 14, às 15h,

com a participação de Luís Sá

**Lisboa** - Plenários de militantes das freguesias,

todos no dia 14: de Marvila (15h, Com. de Moradores

da Zona I-Chelas), Alto do Pina (15h, instalações

dos Reformados da Alameda D. Afonso Henriques),

Olivais (15h, na SFUOCO)

**Amadora** - Plenário de militantes da freguesia

da Damaia: dia 14, às 15h, no CT local

**Setúbal**

«A validade do Marxismo no final do milénio»

- debate integrado na comemoração dos 150 anos do

Manifesto

com a participação de Manuel Gusmão

Sexta-feira, 13, às 21h, na Capricho Setubalense

**Seixal**

Debate

O PCP e o DESPORTO

- no Centro de Trabalho

Sexta-feira, 13, às 21h

**Almada**

Célula Lisnave/Margueira

14 de Março

Torneio de Sueca

no CT de **Santa Iria da Azóia**

18 equipas disputam 8 taças

de 2ª a 6ª feira, sempre às 21h

## Vila Franca de Xira

Domingo, 15

Almoço comemorativo

no Pavilhão do Cevadeiro

com a participação de

**Carlos Carvalhas**

Convívio do Sector Público de Lisboa

na Quinta da Atalaia

Domingo, 14, todo o dia

com animação desportiva e cultural

Participação de **Carlos Aboim Inglez**

Sector Sindical da ORL

Jantar de dirigentes e trabalhadores

em estruturas sindicais

com a participação de

**Álvaro Cunhal**

Dia 13 às 19h30 no CT Vitória

Passeio cultural a **Évora** e **Monsaraz**

- Partida, às 7 horas, da Cova da Piedade

- Almoço em Évora

**Lançamento do CADERNO VERMELHO Nº 5**

HOJE, às 18 horas, no Espaço Cultural Vitória

**Debate sobre A MOEDA ÚNICA**

Hoje, dia 12, no Recreios da Amadora com Octávio Teixeira

**Carlos Carvalhas sobre a Moeda Única**

Nos próximos dias, o Secretário-geral do PCP proferirá duas comunicações sobre este tema em duas instituições universitárias.

Hoje mesmo, Carlos Carvalhas estará no Porto,

no Auditório da Universidade Portucalense,

Rua Bernardino de Almeida, 541 - onde às 15 horas tem

início a Conferência "A Europa e a

Moeda Única".

Na próxima terça-feira, cerca das 15h, abordará

o mesmo tema na Universidade da Beira

Interior, cujas instalações visita

a partir das 11h da manhã.

**JCP/Póvoa de Varzim**

Assoc. Comercial da Póvoa - Dia 13, às 21h30

VIVER NA LIBERDADE DE OPTAR

- debate sobre a IVG

com a deputada **Odete Santos**

e a médica **Helena Oliveira**

**Lisboa**

8º Encontro Distrital da JCP

Domingo, 15, a partir das 10h, no CT Vitória

com a participação de **Florêncio Cacête,**

**José Tavares**

e **Luísa Araújo**

TELEVISÃO

Quinta, 12

RTP 1

08.00 Infantil  
10.15 A Banqueira do Povo  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Perdidos de Amor  
14.20 Consultório  
15.30 Coração Selvagem  
16.20 Concurso 1, 2, 3  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.45 Cais do Oriente  
21.00 Terra Mãe  
21.55 A Grande Aposta  
22.30 Maria Elisa  
00.15 24 Horas  
01.05 Musical: «Gabriel, o Pensador»

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Falatório  
16.40 Bonanza  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Caderno Diário  
19.10 O Jardim da Celeste  
19.40 Hugo  
20.05 Tex Avery  
20.15 Confissões de Adolescentes  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Cidade Louca  
22.00 Jornal 2  
22.40 Os Sapatos Vermelhos (de Michael Powell e Emeric Pressburger, Gr.Br./1948, com Anton Walbrook, Moira Shearer, Marius Goringe, Ludmilla Tcherina. Ver Destaque)  
00.55 Falatório  
01.50 Magazine

SIC

08.10 Buêré  
10.30 Vida de Casal  
11.30 Receitas do Dia  
12.00 Baila Comigo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Fátima Lopes  
17.00 Buêré  
18.00 Vidas Cruzadas  
19.00 Por Amor  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 Anjo Mau  
22.00 Ai os Homens  
23.00 Esta Semana  
00.20 Último Jornal  
00.45 No Fim do Mundo  
02.00 Vibrações

TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor  
15.10 Caprichos  
15.50 O Jogo da Vida  
16.40 S.O.S. Urgências  
17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
18.15 Flipper  
19.00 Marés Vivas  
20.00 Quem Tudo Quer...  
21.00 Directo XXI  
22.00 Terra: Conflito Final  
23.00 Linha de Fundo  
00.40 Seinfeld  
01.10 Ponto Final

Sexta, 13

RTP 1

08.00 Infantil  
10.10 A Banqueira do Povo  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Perdidos de Amor  
14.20 Consultório  
15.20 Os Andrades  
16.00 Coração Selvagem  
17.35 Todos ao Palco  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.55 Futebol: Varzim-Sporting  
23.00 Terra Mãe  
23.55 A Grande Aposta  
00.30 24 Horas  
01.20 Vermelho Escaldante (de Paul Haggis, EUA/Can./Gr.Br./Alem./1993, com Balthazar Getty, Carla Gugino, Hugh O'Connor. Comédia Dramática)  
03.00 Motores

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Falatório  
16.40 Bonanza  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Caderno Diário  
19.10 O Jardim da Celeste  
19.40 Hugo  
20.05 Tex Avery  
20.15 Confissões de Adolescentes  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Guerras no Jornal  
22.00 Jornal 2  
22.40 A Batalha do Rio da Prata (de Michael Powell e Emeric Pressburger, Gr.Br./1956, com John Gregson, Anthony Quayle, Peter Finch. Guerra)  
00.35 Falatório  
01.35 Páginas Negras de Patricia Highsmith

SIC

08.10 Buêré  
10.30 Cenas de Casamento  
11.30 Receitas do Dia  
12.00 Baila Comigo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Fátima Lopes  
17.00 Buêré  
18.00 Vidas Cruzadas  
19.00 Por Amor  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 Anjo Mau  
22.30 Ponto de Encontro  
23.30 Donos da Bola  
02.00 Último Jornal  
02.40 Vibrações

TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor  
15.10 Caprichos  
15.50 O Jogo da Vida  
16.40 S.O.S. Urgências  
17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
18.15 Flipper  
19.00 Marés Vivas  
20.00 Quem Tudo Quer...  
21.00 Directo XXI  
22.00 Pretender  
23.00 C-16  
24.00 Paixão Maldita (de James Lemmo, EUA/1995, com Linda Fiorentino, Daniel Baldwin, Greg Henry, Troy Evans. Drama)  
02.00 Seinfeld  
02.40 Fora de Jogo

Sábado, 14

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil  
12.20 Companhia dos Animais  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Top +  
15.00 A História de Nikita  
16.00 Conan, O Guerreiro  
16.45 As Novas Aventuras de Robin dos Bosques  
17.10 After the Break  
18.10 Jet 7  
18.45 Há Horas Felizes  
20.00 Telejornal  
20.45 Cais do Oriente  
21.25 Futebol - F.C.Porto-Rio Ave  
23.30 Serviço de Urgência  
00.20 24 Horas  
01.05 Um Lugar no Paraíso (de Mary Agnes Donoghue, EUA/1991, com Melanie Griffith, Don Johnson, Elijah Wood, Thora Birch. Ver Destaque)  
03.05 Futebol Inglês

RTP 2

09.00 Universidade Aberta  
12.00 Missa  
13.05 Sem Limites  
13.30 Dinheiro Vivo  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
18.30 Onda Curta (O Hospital, Spital, Pol./1976; Do Ponto de Vista de um Vigilante Nocturno, Z Punku Widzenia Nocnego Portiera, Pol./1977; A Gare, Dworzec, Pol./1980, - Curtas-Metragens de Krzysztof Kieslowski. Ver Destaque)  
19.30 2001  
20.15 Jogo do Alfabeto  
21.00 Semana ao Sábado  
21.55 O Lugar da História  
22.50 A Arvore dos Tamancos (de Ermanno Olmi, It./1977, com os camponeses da região de Bèrgamo. Ver Destaque)  
01.50 Sinais do Tempo - Tema: África do Sul  
02.40 Sexo a Sério

SIC

08.00 Buêré  
11.30 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Imagens Reais  
14.10 Príncipe de Bel-Air  
14.40 Xena, a Princesa Guerreira  
15.40 Walker  
16.45 Momento de Justiça (de Bob Radler, EUA/1989, com Eric Roberts, James Earl Jones, Sally Kirkland. Acção)  
19.00 Sra. Doutores  
19.30 Bom Baía  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 Mundo VIP  
21.25 Corpo Dourado  
22.25 Big Show Sic  
01.30 Último Jornal  
01.55 Romper Stromper (de Geoffrey Wright, Austrália/1992, com Russell Crowe, Daniel Pollock, Jacqueline McKenzie, Alex Scott. Drama)

TVI

10.00 Animação  
13.05 Gémeas  
13.30 Contra-Ataque  
15.00 Feed Back  
15.50 Os Julgamentos de Rosie O'Neil  
16.40 Danielle Steel - Entre Dois Homens (de Michael Miller, EUA/1994, com Lindsay Wagner, Barry Bostwick, Amy Aquino. Drama)  
18.30 FX: Efeitos Mortais

Domingo, 15

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil  
09.55 Meia Maratona de Lisboa  
11.15 Infantil / Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Made in Portugal  
15.00 Kung Fu  
16.00 O Pai da Noiva II (de Charles Shyer, EUA/1995, com Steve Martin, Diane Keaton, Martin Short, Kimberly Williams. Comédia)  
18.15 Casa Cheia  
20.00 Telejornal  
20.45 Cais do Oriente  
20.55 Terra Mãe (Compacto)  
21.45 Reis do Estúdio  
23.10 Domingo Desportivo  
01.00 24 Horas  
01.40 Nos Limites do Terror

RTP 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 70 x 7  
10.30 Missa  
11.20 Maravilhas do Universo  
12.10 Máquinas  
12.35 Jornal Jovem  
13.05 O Povo das Ilhas  
13.30 Jornal d'África  
14.00 Desporto 2  
18.10 Cinema Português? (Longa-metragem. Portugal)  
19.10 Bombordo  
20.05 Artes e Letras - «José Rodrigues Miguéis»  
21.05 Morrer em Dieppe  
22.10 Horizontes da Memória  
22.35 Teatro: «O Mahabharata» (Parte II)  
00.25 Vidas do Século - Che Guevara

SIC

08.30 Buêré  
11.55 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Imagens Reais  
14.30 Príncipe de Bel Air  
15.00 Os Imortais  
16.00 O Rapaz e o Golfinho (de James L. Clark, EUA/1963, com Chuck Connors, Luke Halpin,



Sábado, em «Sinais do Tempo»: a violência gerada nos tempos do apartheid, que continua a assolar a sociedade da África do Sul, apesar da libertação e da democracia

Connie Scott, Jane Rose. Ver Destaque)  
18.00 Desporto  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Chuva de Estrelas  
22.10 Corpo Dourado  
23.10 Caça ao Outubro Vermelho (de John McTiernan, EUA/1990, com Sean Connery, Alec Baldwin, Scott Glenn, Sam Neill. «Thriller»)  
01.30 Último Jornal  
01.55 Gémeos

TVI

10.00 Animação  
10.30 Novos Ventos  
11.00 Angelus  
11.10 Missa  
13.00 Portugal Português  
14.00 Visões e Profecias  
15.00 O Céu Como Horizonte  
15.50 Adultos à Força  
16.40 Danielle Steel - Palomino (de Michael Miller, EUA/1991, com Lindsay Frost, Lee Horsley, Eva Marie Saint, Rod Taylor. Drama)  
18.30 Nightman  
19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
21.30 Directo XXI  
22.30 Futebol (Campeonato Italiano)  
00.20 Paixão e Loucura (de Stephen Gyllenhall, EUA/1992, com Jeremy Irons, Ethan Hawke, Sinead Cusack, John Heard. Ver Destaque)

Segunda, 16

RTP 1

08.00 Infantil  
10.15 A Banqueira do Povo  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Perdidos de Amor  
14.20 Consultório  
15.35 Nico d'Obra  
16.05 Coração Selvagem  
17.35 Grande Noite  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.45 Cais do Oriente  
21.00 Terra Mãe  
21.45 Troféu Nova Gente  
00.35 24 Horas  
01.25 Mundial de Futebol / França 98

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Falatório  
16.40 Bonanza  
17.30 Espaço Vital - Açores  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Universidade Aberta  
19.10 O Jardim da Celeste  
19.40 Hugo  
20.05 Tex Avery  
20.15 Confissões de Adolescentes  
20.40 Remate  
21.30 3ª Calhau a Contar do Sol  
22.00 Jornal 2  
22.40 Armadilha Sentimental (de Nicolas Roeg, Gr.Br./1988, com Theresa Russell, Gary Oldman, Christopher Lloyd, Colleen Camp. «Thriller»)  
00.10 Falatório  
01.05 O Crítico

SIC

08.10 Buêré  
10.15 Ponto de Encontro  
11.15 Receitas do Dia  
11.45 Baila Comigo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.50 Fátima Lopes  
17.00 Buêré  
18.00 Vidas Cruzadas  
19.00 Por Amor



Sábado, em «Sinais do Tempo»: a violência gerada nos tempos do apartheid, que continua a assolar a sociedade da África do Sul, apesar da libertação e da democracia

20.00 Jornal da Noite  
20.55 Anjo Mau  
22.00 Roda de Milhões  
24.00 Toda a Verdade  
01.00 Último Jornal  
01.25 Noites Longas - «Memória de Mastroiani»

TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor  
15.10 Caprichos  
16.00 O Jogo da Vida  
16.50 S.O.S. Urgências  
17.50 Quase Modelo, Quase Detective  
18.40 Malta Curtida  
19.00 Marés Vivas  
20.00 Quem Tudo Quer...  
21.00 Directo XXI  
22.00 Profiler  
23.00 PSI Factor  
24.00 Seinfeld  
00.55 Ponto Final

18.00 Vidas Cruzadas  
19.00 Por Amor  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 Anjo Mau  
22.00 Médico de Família (de John McTiernan, EUA/1995, com Bruce Willis, Jeremy Irons, Samuel L. Jackson, Graham Green. Ver Destaque)  
01.00 Último Jornal  
01.25 A Infância Perdida  
02.45 Vibrações

TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor  
15.10 Caprichos  
16.00 O Jogo da Vida  
16.50 S.O.S. Urgências  
17.50 Quase Modelo, Quase Detective  
18.40 Malta Curtida  
19.00 Marés Vivas  
20.00 Quem Tudo Quer...  
21.00 Directo XXI  
22.00 Ponto de Encontro (de Alan Rudolph, EUA/1991, com Demi Moore, Glenn Headly, Bruce Willis, John Pankow. Ver Destaque)  
00.30 A Magia do Cinema  
01.30 Seinfeld  
02.00 Ponto Final

Terça, 17

RTP 1

08.00 Infantil  
10.15 A Banqueira do Povo  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Perdidos de Amor  
14.20 Consultório  
15.20 As Lições do Tonecas  
16.00 Coração Selvagem  
17.20 Made in Portugal  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.45 Cais do Oriente  
21.00 Solteiros  
21.35 Terra Mãe  
22.30 Obrigado por Tudo  
00.15 Millennium  
01.20 24 Horas  
02.10 Liga dos Campeões

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Falatório  
16.40 Bonanza  
17.30 Rotações  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Caderno Diário  
19.10 O Jardim da Celeste  
19.40 Hugo  
20.05 Tex Avery  
20.15 Confissões de Adolescentes  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 3ª Calhau a Contar do Sol  
22.00 Jornal 2  
22.40 O Culpado (de Michael Crichton, EUA/1989, com Burt Reynolds, Theresa Russell, Ned Beatty, Kay Lenz. «Thriller»)  
00.20 Falatório  
01.15 Duckman, o Trapalhão

SIC

08.00 Buêré  
10.15 Conversas Secretas  
11.15 Receitas do Dia  
11.45 Baila Comigo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Fátima Lopes  
17.00 Buêré



Sábado, em «Sinais do Tempo»: a violência gerada nos tempos do apartheid, que continua a assolar a sociedade da África do Sul, apesar da libertação e da democracia

20.00 Jornal da Noite  
20.55 Anjo Mau  
22.00 Roda de Milhões  
24.00 Toda a Verdade  
01.00 Último Jornal  
01.25 Noites Longas - «Memória de Mastroiani»

TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor  
15.10 Caprichos  
16.00 O Jogo da Vida  
16.50 S.O.S. Urgências  
17.50 Quase Modelo, Quase Detective  
18.40 Malta Curtida  
19.00 Marés Vivas  
20.00 Quem Tudo Quer...  
21.00 Directo XXI  
22.00 Ponto de Encontro (de Alan Rudolph, EUA/1991, com Demi Moore, Glenn Headly, Bruce Willis, John Pankow. Ver Destaque)  
00.30 A Magia do Cinema  
01.30 Seinfeld  
02.00 Ponto Final

Quarta, 18

RTP 1

08.00 Infantil  
10.15 A Banqueira do Povo  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Perdidos de Amor  
14.20 Consultório  
15.35 Nós, os Ricos  
16.00 Coração Selvagem  
17.05 Casa de Artistas  
19.00 País País  
19.35 Futebol - Real Madrid-Bayer Leverkusen.  
21.40 Telejornal  
22.25 Cais do Oriente  
22.40 Terra Mãe  
00.45 24 Horas  
01.35 Magazine

RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Falatório  
16.40 Bonanza  
17.30 Rotações  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Caderno Diário  
19.10 O Jardim da Celeste  
19.40 Hugo  
20.05 Tex Avery  
20.15 Confissões de Adolescentes  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 3ª Calhau a Contar do Sol  
22.00 Jornal 2  
22.40 O Culpado (de Michael Crichton, EUA/1989, com Burt Reynolds, Theresa Russell, Ned Beatty, Kay Lenz. «Thriller»)  
00.20 Falatório  
01.15 Duckman, o Trapalhão

SIC

08.00 Buêré  
10.15 Conversas Secretas  
11.15 Receitas do Dia  
11.45 Baila Comigo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Fátima Lopes  
17.00 Buêré



Sábado, em «Sinais do Tempo»: a violência gerada nos tempos do apartheid, que continua a assolar a sociedade da África do Sul, apesar da libertação e da democracia

17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Caderno Diário  
19.10 O Jardim da Celeste  
19.45 Hugo  
20.10 Tex Avery  
20.20 Confissões de Adolescentes  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Os Simpsons  
22.00 Jornal 2  
22.40 Grotesco (de John-Paul Davidson, EUA/1996, com Theresa Russell, Alan Bates. Comédia Negra)  
00.20 Falatório  
01.15 Musical: «The White Room»

SIC

08.10 Buêré  
10.15 Primeiros Anos  
11.15 Receitas do Dia  
12.00 Baila Comigo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Fátima Lopes  
17.00 Buêré  
18.00 Vidas Cruzadas  
19.00 Por Amor  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 Anjo Mau  
22.00 Programa do Além  
23.15 Filhos da Nação  
00.30 Último Jornal  
00.55 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor  
15.10 Caprichos  
16.00 O Jogo da Vida  
16.50 S.O.S. Urgências  
17.50 Quase Modelo, Quase Detective  
18.40 Malta Curtida  
19.00 Marés Vivas  
20.00 Quem Tudo Quer...  
21.00 Directo XXI  
22.00 A Sua Última Saida (de Richard Colla, EUA/1996, com Kellie Martin, Patti Lupone, Jonathan Brandis, Tolu Lucca. Drama)  
00.15 Seinfeld  
00.40 Lanterna Mágica  
01.25 Fora de Jogo



Uma «noite longa» da SIC dedicada ao saudoso Mastroiani e aos seus últimos filmes: segunda-feira

19.30 Futebol  
21.25 Directo XXI  
22.30 Pensacola, Asas de Ouro  
23.30 Causa Justa  
00.20 Montra Indiscreta (de George Erschmamer, EUA/1992, com Judd Nelson, Nick Mancuso, Gina Gershon. «Thriller»)

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

**Os Sapatos Vermelhos** (Quinta, 22.40, RTP2)

Dois jovens artistas, uma bailarina e um compositor, são contratados por um célebre empresário para criarem um bailado - *Os Sapatos Vermelhos* - o qual vem a transformar-se num triunfo. Os dois jovens, apaixonados um pelo outro, querem casar-se mas o empresário, que pretende impedir que a carreira da bailarina se perca, consegue separá-los, mas por pouco tempo. O amor revela-se mais forte e volta a aproximá-los, até que a bailarina morre num acidente, seguindo no fundo o destino da persona-



Uma nova aventura do detective McLane: «Die Hard, A Vingança», de John McTiernan

gem que incarnara no bailado. O grande mérito de Powell e Pressburger - cujo ciclo termina esta semana - é o de terem transformado esta história própria de devoradores e devoradoras de telenovelas num espectáculo fabuloso, baseado na fantasia e no imaginário, e no qual a importância da belíssima coreografia é indissolúvel da obra.

**Onda Curta: O Hospital; Do Ponto de Vista de um Vigilante Nocturno; A Gare** (Sábado, 18.30, RTP2)

Nesta rubrica, preenchida com a exibição de curtas-metragens e cuja visão frequentemente se recomenda, o destaque vai hoje para três documentários do cineasta polaco Krzysztof Kieslowski. No primeiro, o realizador investiga o quotidiano de um hospital de cirurgia traumática de Varsóvia; no segundo, a sátira corrosiva está subjacente à reportagem sobre um porteiro que leva à risca os regulamentos; finalmente, no terceiro, a câmara observa o ambiente de uma estação de caminhos-de-ferro da capital polaca.

**A Árvore dos Tamancos**

(Sábado, 22.50, RTP2)

O objectivo cinematográfico deste célebre filme de Elamanno Olmi é a observação de um pedaço da realidade: o quotidiano de uma grande propriedade da Lombardia em finais do século XIX e das cinco famílias que ali vivem. São cenas da vida rural, interpretadas por camponeses amadores, e que encerram um extraordinário interesse documental. Por exemplo, os trabalhos do campo são filmados com precisão e rigor e a dramática condição camponesa é evocada de forma objectiva e quase cirúrgica. Ao contrário de 1900 de Berto-



Um fotograma de «Os Sapatos Vermelhos», da dupla Michael Powell e Emeric Pressburger

Agnes Donoghue - que aproveita aqui a mesma história de um outro filme de origem francesa, *Le Grand Chemin*, originalmente realizado por Jean-Loup Hubert. Nos principais papéis deste competente melodrama familiar, o realce vai para Melanie Griffith e, ainda, para Don Johnson e Eljah Wood.

**O Rapaz e o Golfinho** (Domingo, 16.00, SIC)

Esta história de amizade entre um miúdo e um golfinho - que deu origem a uma conhecida série de televisão - é uma oportunidade rara para os mais novos verem alguma coisa que lhes seja dedicado nas nossas televisões. Daí o destaque.

**Paixão e Loucura** (Domingo, 00.20, TVI)

Com argumento baseado num romance de Graham Swift e acção localizada em Inglaterra - mas aqui transferida para Pittsburgh - o filme dá-nos conta do caso de um professor que demonstra progressivamente estar a ser perturbado por distúrbios mentais e que, em vez de ensinar História aos seus alunos, cada vez mais ocupa as suas aulas a participar-lhes os seus problemas, indo até ao pormenor de lhes revelar aspectos marcantes da sua adolescência. Segundo as referências, este era à partida um romance dificilmente adaptável ao grande ecrã mas o facto é que, segundo tudo indica, a tarefa foi realizada a contento, pese embora algumas irregularidades de que o filme padece. Quanto ao principal papel, parece que ninguém seria mais indicado do que Jeremy Irons, do qual se diz ter aqui uma bela interpretação. A confirmar.

**Pensamentos Mortais**

(Terça, 22.30, TVI)

Uma mulher é submetida a um interrogatório de dois polícias acerca dos acontecimentos à volta do assassinato do marido da sua melhor amiga. Com reviravoltas no argumento (que pretendem, sobretudo, surpreender artificialmente o espectador), a encenação deste filme é, entretanto, algo primária, pecando ainda por cima pelo abuso de efeitos mais do que vistos, como a câmara lenta. Com Demi Moore e Bruce Willis como principal chamariz. O destaque aqui fica, apenas porque a semana é bem medíocre...

**Die Hard, A Vingança**

(Terça, 23.30, SIC)

Bruce Willis e Jeremy Irons, que brilham em dois filmes anteriores desta semana, estão aqui de novo em primeiro plano. O primeiro, na terceira parte de uma série sempre subordinada ao mesmo tema: o detective John McLane lutando sozinho contra os sarilhos com que, mais uma vez, tem de defrontar-se; o segundo, dando corpo a mais uma sinistra personagem que é o centro e o detonador desses sarilhos. Qualquer traço de lógica e verosimilhança no desenrolar da história é pura coincidência - mas, quanto a filmes de acção, não há dúvida de que os da série *Die Hard* pedem meças...



Cartaz da estreia de «Pensamentos Mortais», de Alan Rudolph, com Demi Moore

lucci, este filme de Olmi não é um manifesto cinematográfico, antes um simples olhar que, não obstante, possui enorme força denunciadora.

**Um Lugar no Paraíso**

(Sábado, 01.05, RTP1)

«Tudo gira em torno de um garoto que vai conseguir aproximar um casal que vive um angustiante momento na sua relação amorosa e sentimental devido à trágica morte de um filho.» É assim que a RTP resume, bem, o argumento de um filme que constitui a estreia na realização de uma conhecida argumentista - Mary



O anticomunismo-de-novo-tipo em «Caça ao Outubro Vermelho», também de John McTiernan

## CABO &amp; SATÉLITE

**Uma estreia em recinto coberto**

Pela primeira vez na História do Atletismo, vai realizar-se em recinto coberto um torneio de «corta-mato». Este realiza-se em Paris-Bercy e o trajecto promete ser bastante selectivo. Não se sabe, à hora de elaborarmos esta nota, se participam alguns atletas nacionais. Mas já não há dúvidas de que, entre muitas vedetas das pistas, estará o etíope Hailé Gebreselassie, campeão olímpico e recordista mundial dos 5 mil e 10 mil metros. O «Eurosport» vai dar em directo. A não perder! (Quinta, das 19.00 às 20.00)

**Uma detective de respeito**

Quem não aproveitou já as suas férias para acompanhar em livro as investigações de Miss Marple, essa personagem inconfundível de Agatha Christie? Pois a BBC Prime está agora a transmitir uma série televisiva com muitos dos casos desvendados pela venerável «detective». No papel principal está a actriz Joan Hickson e a realização tem a tradicional marca de qualidade daquela estação britânica. (Domingo, das 21.30 às 23.15)

**Uma interpretação esmagadora**

Maggie Smith é, sem dúvida, uma das mais famosas representantes da arte de representar britânica. E aqui, neste excelente filme de Jack Clayton, ela interpreta a figura de uma mulher de meia idade e os dramas da sua solidão. Num outro papel destacado está outro britânico: Bob Hoskins. «A Paixão Solitária de Judith Hearne» («The Lonely Passion of Judith Hearne») passa esta semana, em primeira projecção, no canal Hollywood. (Quarta, das 21.00 às 23.00)

**Um jornada cheia de música**

Hoje há oportunidade para muitas e variadas escolhas em matéria de música. A oferta promete. Por exemplo, num dia em que David Bowie festeja o seu 51º aniversário, a emissão do canal musical VH-1 transmite, «ao longo da jornada» (como diria o Sena Santos) vários programas que nos dão conta do seu trajecto, entre os quais video-clips de «Greatest Hits» das 11 às 12 horas ou das 20 às 21, um documentário intitulado «Profile» das 23.00 às 23.30, ou excertos de um concerto ao vivo no Beatclub, das 23.30 às 24 horas. Entretanto, no Muzzik, se não viu a sua primeira transmissão em 97 ou se estava a dormir quando a RTP 2 o repetiu às cinco da manhã de sábado passado (!), pode agora apreciar em sossego (mas talvez com legendas em francês) o fabuloso «September Songs», filme de Larry Weinstein dedicado a Kurt Weil, ou ouvir, logo a seguir, a própria Lotte Lenya a cantar várias das suas canções. (Quinta, a várias horas, no VH-1; e entre as 20 e as 23 horas no Muzzik)

# Palavras malditas

O que é notícia? O que não é notícia? Todos os dias, nos órgãos de informação, em todo o mundo, se faz a triagem das notícias, cujo interesse determina a publicação, ou não. É a actividade de *gatekeeping*, tão bem descrita, nas suas condicionantes, no livro "Os Jornalistas e as Notícias", da autoria de Fernando Correia, que se tornará, estou certo, numa obra de referência no estudo da Comunicação Social.

O que é notícia? O que não é notícia? Quem determina? O que é que determina?

A comunicação televisiva, pela velocidade e globalidade da cobertura noticiosa, criou um poderoso meio de informação, e instrumento operativo nas opções políticas dominantes.

Dominada por algumas agências grossistas de distribuição de imagem, basta fazer um pouco de *zapping* para avaliar o poder de controlo do fluxo

noticioso, posto ao serviço dos interesses estratégicos dos Estados Unidos. As operações mediáticas, com apurada precisão cirúrgica, precedem, acompanham e integram as iniciativas políticas, diplomáticas e militares em que estão directamente envolvidos.

A tendenciosa cobertura dos acontecimentos no Kosovo, em vésperas de mais uma cimeira em Londres sobre a ex-Jugoslávia, representa apenas um exemplo.

Constitui, aliás, um interessante exercício, acessível a qualquer espectador ou leitor da imprensa, registar os casos, cada vez mais numerosos, de articulação e sincronia entre as operações políticas da potência dominante e o seu suporte mediático.

O que é notícia? O que não é notícia?

Leiam-se os jornais ou veja-se a cobertura televisiva sobre as comemorações do dia 8 de Março. A RTP, como canal de serviço público, chama-nos a atenção.

O relevo é para as iniciativas oficiais, o brilho das solenidades ou simples *fait-divers*, qualquer eco longínquo, esfumado e breve, da tragédia das mulheres afegãs, outras apressadas imagens, aliás de péssimo gosto, de mulheres pioneiras na sua profissão, uma reportagem chocante sobre uma feira pornográfica em Bruxelas, a nova capital. Naturalmente, não podia faltar o ministro *Coelhão*, essa infável figura que visita todos os dias, à sobremesa, os lares portugueses, ora de cenho franzido e dedo em riste a apóstrofar a oposição, ora em pose de Estado, a percorrer um posto de Polícia a anunciar investimentos de milhões.

Mas no Porto, no dia 8 de Março, muitas centenas de mulheres se reuniram no Auditório Carlos Alberto, desfilaron pelas

ruas, manifestaram-se com alegria, com confiança, com força, dando luz às palavras justas, necessárias, concretas, da igualdade de direitos.

O que é notícia? O que não é notícia?

Para alguns gestores noticiosos, isto parece não ser notícia. O Telejornal ignorou.

Nesta nossa paróquia, à escala doméstica, a manipulação informativa vai fazendo o seu percurso.

Já não há *lápiz azuis* da censura a retalhar parágrafos, a amputar palavras, a cortar notícias e crónicas. Agora os *lápiz*, róseos ou laranjinos, tão-só cortam das agendas, ou retiram dos alinhamentos, ou simplesmente anulam os factos e

## MOTES & VOLTAS

■ Jorge Sarabando

as notícias com interesse público mas sem interesse para os interesses dominantes.

Numa época em que a comunicação se tornou paradigma, em que a informação, além de bem social, se tornou um produto comercial e numa poderosa arma política, em que a manipulação, subtil ou grosseira, tomou o lugar da censura, os jornalistas têm uma acrescida responsabilidade.

Responsabilidade como profissionais, como cidadãos.

Por isso, não se pode deixar de saudar a corajosa reflexão empreendida pelos jornalistas da rádio, da televisão, dos jornais, no nosso país, por iniciativa do Sindicato das Telecomunicações ou do Sindicato dos Jornalistas, sobre o mercado, as relações com o poder político e económico, as condições de trabalho a que associam, sempre, os valores éticos e deontológicos que integram o exercício da profissão.

O debate só agora começou. Mas durante o recente Congresso dos Jornalistas, um destes gestores da informação terçou armas contra os profissionais que abertamente assumem as suas opções políticas e partidárias.

Falsa pista.

Como a prática demonstra, quem mais tem posto em causa o pluralismo, a isenção, a verdade informativa, não são os que têm convicções políticas claras e assumidas, mas outros que, sacrificando muitas vezes os valores éticos e deontológicos, mudam de convicções ao sabor dos mandantes a quem servem.

Estas palavras, ética, deontologia, ainda correm o risco de, neste tempo de mercantilização de ideias e consciências, se tornarem palavras malditas...

# Uma ocorrência infeliz

É com reconfortante satisfação que me incluo no número daqueles que cada vez mais se servem do videogravador de uma forma inteiramente fria, programada e calculista, ou seja, utilizando-o como instrumento regulador da liberdade de decisão pessoal - como verdadeira barreira contra a generalizada e tendencialmente totalitária estratégia de programação e alinhamento de todas as estações de televisão (sem excepção), que julgam poder dispor a seu bel-prazer do nosso tempo e da nossa disponibilidade, quando não da nossa distraída vulnerabilidade.

É assim que pude passar a decidir e controlar aquilo que vejo e quando vejo, a ultrapassar o transtorno provocado pela opção de horários absurdos, a não sofrer a inconveniência dos sucessivos e frequentes ecrãs de publicidade - para além do pequeno distúrbio que constitui o acto de ter de pressionar o botãozinho do comando à distância para ultrapassá-los em utilíssimo *fast forward* quando visiono o que gravei previamente -, assim devolvendo ao dito videogravador a sua estupidificada função de máquina

que não pensa e que, portanto, não reage e não se irrita, limitando-se a obedecer às minhas egoístas instruções de programação.

Com a maior das naturalidades e sem nenhuma intenção de preparar material para uma crítica, foi este o sistema que mais uma vez utilizei na passada sexta-feira no sentido de ir para a caminha, deitar-me descansado e deixar a gravar não apenas o agora repetido «September Songs» com as magníficas canções de Kurt Weil (cuja cassete original entretanto perdera na confusão da minha estante) como também a fabulosa versão (que julgava ainda não ter visto) da ópera «Tannhäuser» de Richard Wagner na encenação de 95 do Teatro Nacional de Munique, com a direcção musical de Zubin Mehta e as portentosas vozes de Rene Kollo ou Waltraud Meier nos principais papéis. Portanto, dois belíssimos programas que a RTP 2 transmitiu de sexta para sábado, entre as 5 e as 9 da manhã (!), ou seja, a horas absolutamente inimagináveis em qualquer outro serviço público que se preze. Isto na sua tão «original» estratégia de copiar (também aqui) os ditames da SIC - que continua a rir-se de tanta subserviência - e em comemoração de mais um aniversário da sua existência. Com duas-maratonas-duas, totalizando 48 horas de emissão contínua, na qual também se ficaram a perder, de sábado para domingo, duas obras-primas de Fritz Lang, ainda por cima muito pouco repetidas, como são «M» ou «O Testamento do Dr. Mabuse»! Enfim, desperdícios de quem não sabe como

melhor utilizar o dinheiro dos contribuintes, assim convertido em subsídios a fundo perdido (e de que maneira!) por parte do Governo...

Foi, então, na minha qualidade de telespectador «normal» que, dias depois, me refasteiei no cadeirão da sala para proceder ao visionamento da dita ópera, quando fui surpreendido por algo de verdadeiramente impensável. Acontece que, passado um minuto do início da Abertura, a qualidade da imagem começou a ser perturbada por problemas nitidamente relacionados com a máquina de videotape utilizada na sua transmissão (porventura desalinhamento das cabeças de leitura, sujidade das mesmas e consequente profusão de *drop out*) e ainda mais agravados a partir dos 4 minutos, pelo que alguém de bom senso resolveu mandar tirá-la «do ar», precisamente aos 6m 15s de emissão. Até aqui, nada de criticável: ocorrências destas, apesar de lamentáveis, são «normais» em transmissões de televisão.

O problema é que não só essa interrupção foi feita de forma bastante precipitada - sem qualquer aviso prévio ou explicação *a posteriori* e

através da inserção brutal, praticamente «colada», de um separador de identificação da estação, uma promoção de telenovela (às 6 da manhã!) e ainda uma outra frenética montagem de imagens de arquivo, extremamente agitadas, à base de uma música penetrante e insidiosa - como, depois, se retomou a transmissão do «Tannhäuser», mas apenas em momento ligeiramente anterior àquele que justificara a interrupção. Como se o respeito pela integridade da obra, com a repetição dos primeiros 6 minutos, fosse causar atrasos na emissão! Como se atrasos muito piores não acontecessem diariamente por motivos bem mais supérfluos! No fundo, como se o «responsável» de serviço tivesse pensado com os seus botões: «Ora, ora, quem é que está a ver esta chatice a estas horas da madrugada?»

Assim se cometeram duas barbaridades de uma assentada: por um lado transmitiram-se algumas preciosidades a horas verdadeiramente impróprias; por outro, reconheceu-se na prática, num acto gratuito e impensado, a inutilidade de tal transmissão. E ninguém ficou a ganhar com a graça: nem aquele melómano com insónias que acabou por se retorcer de indignação, nem mesmo a dezena de carolas, como eu, que resolveram dar uso ao gravador. Que em momento de comemorações festivas da nossa televisão pública uma ocorrência como esta tenha acabado por ser o móbil desta crítica televisiva é coincidência sintomática, que não dá qualquer satisfação ao cronista.

## TVISTO

■ Francisco Costa



## ESCAPARATE

## AMASCULTURA

## ALERTA

Uma oportuna tomada de posição

Alertado pelas ameaças que pairam sobre a continuidade do projecto da AMASCULTURA - Associação de Municípios Para a Área Sócio-Cultural, que abranje os municípios da Amadora, Loures, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira, um grupo de responsáveis pelos mais importantes Festivais de Cinema que realizam um pouco por todo o país enviou ao Presidente da Câmara Municipal da Amadora um oportuno abaixo-assinado do qual, pela sua importância e significado, aqui se dá eco:

«Os Festivais de Cinema Portugueses, reunidos na Assembleia constituinte da sua Associação nacional, souberam com preocupação das pretensões de V. Exa. relativamente a uma eventual retirada de apoio à Amascultura, com reflexos negativos sobre o futuro dos seus Encontros de Cinema Documental e, em geral, sobre todas as iniciativas culturais que abrangem uma vasta população. Os signatários, conscientes da importância de salvaguardar a existência dos Festivais de Cinema, protestam contra a projectada medida, esperando que não seja tomada qualquer iniciativa que ponha em risco todo o trabalho desenvolvido no âmbito da Amascultura.»

Assinam esta tomada de posição responsáveis dos seguintes festivais e encontros internacionais: Cinema, Vídeo, Televisão e Multimédia de Avanca; Cinema de Tróia; Cinema de Animação de Espinho (Cinanima); Curtas-Metragens de Vila do Conde; Cinema Documental (Amascultura); Cinema do Algarve; Cinema de Viana do Castelo; Cinema e Vídeo do Ambiente e Lusofonia de Seia; Cinema do Porto (Fantasporto).



## EXPOSIÇÕES



## Ainda o 8 de Março

Na sequência das comemorações de mais um Dia Internacional da Mulher, continuam patentes ao público várias exposições dedicadas ou organizadas a propósito deste evento. Entre outras, um dos destaques vai hoje para a exposição do pintor Henrique Tigo que, sob o título genérico «Mulheres e Outras Figuras», será inaugurada na próxima quarta-feira 18, pelas 19 horas, na Biblioteca do Museu da República e Resistência (Estrada de Benfica, 419, Lisboa). Uma outra exposição que, com o título «Rostos e Percursos», se realiza no Centro Comercial Fonte Nova (Lisboa), foi organizada pela Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, é dedicada a quatro mulheres que marcaram a sua época, Maria Lamas, Isabel Aboim Inglez, Cesina Bermudes e Natália Correia, e é complementada pela edição de uma brochura («Violência Sobre as Mulheres e as Crianças») que teve a participação de Moita Flores, Odete Santos, Maria Margarida Medina Martins, Rosa Busse e Inês Fontinha. No Centro Cultural Malaposta (Olival Basto) uma outra exposição colectiva intitulada «Mulher é o Tema» e organizada pela Câmara Municipal de Loures mostra os trabalhos de João Duarte, Jorge Pé-Curto, Ricardo Paula, Isabel Sabino, Lúcio e Margarida Tengarrinha. Finalmente, a exposição colectiva «Arte é Feminino», organizada pela Câmara Municipal de Vendas Novas, está patente no Auditório Municipal daquela cidade e é constituída por trabalhos da autoria de mais de trinta pintoras amadoras e profissionais.

## RÁDIO

## «Cinco Minutos de Jazz»

Nesta rubrica que a RDP-Antena 1 transmite de segunda a sexta às 00.15 e 20.50, o seu autor José Duarte está a apresentar esta semana alguns exemplares deliciosos de Jazz antigo e iniciará na próxima um pequeno ciclo dedicado ao Jazz do país vizinho, tão próximo e tão desconhecido entre nós. Assim, o ouvinte amador de Jazz clássico poderá ainda ouvir, hoje e amanhã, o clarinetista Johnny Dodds e a orquestra de Fletcher Henderson. Mas, a partir da próxima segunda-feira, a ordem de entrada em cena será as dos grupos de Salvador Niebla (bateria), Joaquin Chacon (guitarra), Chano Dominguez (piano), Carlos Gonzalbez (guitarra) com Fabio Miano (piano) e David Xirgu (bateria).



### Novo número do «Caderno Vermelho»

Sai hoje do prelo o nº 5 da revista «Caderno Vermelho». Das 74 páginas que compõem este número da revista, destacam-se três artigos assinalando a passagem do 150º Aniversário do Manifesto do Partido Comunista e, comemorando também Bertolt Brecht, o texto «As Cinco Dificuldades de Escrever a Verdade» e um outro artigo intitulado «Lucidez e Cegueira - A Propósito de Brecht». Outros textos publicados na revista: «Do "Capitalismo Contra Capitalismo" ao "Horror Económico"», debate promovido pelo «Caderno Vermelho»; «Tricky Conforta um Cidadão»; «Ciência e Tecnologia»; «Um, Dois Passos Atrás», «Notas sobre "O Fantasma"»; «Teoremas» e «Verbo de Lisboa nº 4: Tumultuar». O lançamento público da revista ocorrerá hoje, pelas 18 horas, no Vitória Espaço Cultural (Av. da Liberdade, 170, Lisboa) e a sessão integrará um momento cultural em duas partes. Na primeira, a soprano Maria João Serrão interpretará poemas de Brecht musicados por Kurt Weil e Hans Eisler, sendo acompanhada ao piano por António Neves da Silva. Na segunda, haverá um recital de poesia, também com obras de Brecht, por Luís Alberto, Jorge Estreia, Mário Jacques, Maria José, Rui Mendes, Jorge Silva e Elsa Valentim.

## BAILADO



### Novo espectáculo na Gulbenkian

Integrado na Temporada de Música e Dança de 1997/1998, decorre nestes dias, no Grande Auditório Gulbenkian, a apresentação do Programa 3 a cargo do Ballet Gulbenkian, dirigido por Iracity Cardoso, composto pelos seguintes bailados: «Metamorfoses Nocturnas», com coreografia de Christopher House, música de Gyorgy Ligeti, figurinos de Nuno Carinhas e luzes de Roelof Peter Snippe; «Jade» (estreia

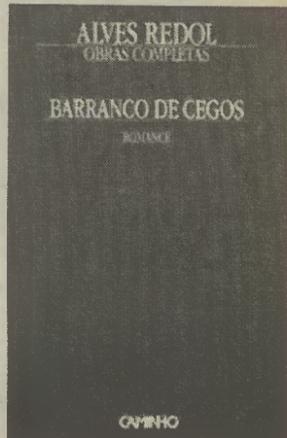
nó reportório oficial da Companhia), com coreografia, figurinos e luzes de Jan Kodet, música de David Motion, Sally Potter e Craig Armstrong; e «Flat Space Moving» (estreia em Portugal) com coreografia, cenário e luzes de Rui Horta, música de Philippe Deschepper, Ikue Mori, Ground Zero e Elliot Sharp e figurinos de Kathy Brunner. Os espectáculos têm lugar hoje e sexta-feira (às 21.30) e sábado (às 16.00 e 21.30).

## LIVROS



### Corte Geral

Hoje mesmo, às 18,30 horas, no Auditório da RDP, vai ser lançado mais um livro que a Caminho publica na sua prestigiosa colecção Uma Terra Sem Amos. O autor e a obra serão apresentados por José Carlos Vasconcelos, e a iniciativa é da Editora e da RDP-África. Mais um livro escrito em português por mão africana. Trata-se de um conjunto de crónicas, da autoria de Carlos Lopes, e de uma primeira tentativa ficcionista deste guineense nascido em Canchungo, em 1960, e que é doutorado em Estudos Africanos pela Universidade de Paris e possui ainda graus académicos em áreas como a Sociologia, a História e a Planificação Estratégica. Os livros não são mistério para este autor, mas o âmbito da sua escrita tem-se desenvolvido nas áreas académicas, o que se reflecte nestes textos ficcionais, onde a visão do autor se revela menos literária que sociológica.



### Barranco de Cegos

É a 11ª edição deste romance que acabou por se fixar um lugar cimeiro e quase paradigmático do que é o melhor neo-realismo literário português. Desta feita, a Caminho incluiu-o nas Obras Completas de Alves Redol que vem publicando e oferecendo assim aos novos leitores a possibilidade de conhecer um dos autores mais marcantes deste século. Um vigoroso romance que atravessa as décadas seguindo a história de uma personagem na ascensão e decadência, acompanhando as suas horas plenas, amargas e absurdas que são as da classe dominante do Ribatejo desses tempos.

## ÚLTIMAS

ATALHE  
DE FOICE

## Manuais

Ainda é cedo para saber se será um êxito editorial, mas a expectativa nas esquadras da PSP e postos da GNR é grande. É de crer que em breve qualquer cidadão poderá assistir à insólita cena de deparar com os agentes da autoridade, nos tempos mortos da sua actividade, dedicados à leitura dos novos manuais com que o Governo decidiu brindar as corporações. A saber: o «Guia Novo Rumo», espécie de manual de sobrevivência destinado às mulheres vítimas de violência doméstica, e o manual de bem atender as vítimas, destinado aos agentes da ordem.

Esta foi a forma peregrina encontrada pelo executivo para assinalar de modo condigno o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

Segundo notícias vindas a público, a ideia é a seguinte: sendo um facto a violência doméstica, que vitimiza sobretudo as mulheres, e sendo certo que as polícias nem sempre sabem lidar com ocorrências deste tipo, nada melhor do que colocar nas mãos dos policiais uma nova arma - no caso, duas - para o combate ao terrorismo conjugal. A partir dos fins de Março, se tudo correr bem, os agentes da autoridade, sempre que confrontados com questões deste tipo, em vez de sacarem da pistola ou do bastão para neutralizar o criminoso, vão passar a sacar dos manuais para industrializar as vítimas. Inovador. Se essa espécie de guia de bem atender as vítimas não suscita grandes perplexidades - quem é que nunca deparou, directa ou indirectamente, com a total falta de sensibilidade da autoridade face ao cidadão fragilizado por um qualquer motivo? -, o mesmo não se pode dizer em relação ao manual de sobrevivência das mulheres, o tal «Guia Novo Rumo».

Vejamos: uma mulher brutalizada pelo marido acorre à esquadra mais próxima para apresentar queixa. Solicito, o agente, sempre que possível feminino, convida-a a sentar-se o mais comodamente possível, num local longe dos olhares indiscretos, oferece-lhe um chá de camomila ou um copo de água com açúcar e, enquanto a vítima vai bebericando a promessa de calma à mistura com lágrimas de dor e de revolta, apresenta-lhe o manual. Estando a mulher incapaz de ler devido à agitação que a consome, cabe ao agente folhear o livrinho à procura do conselho que mais se adapta ao caso em questão. «Ora vamos lá a ver... cá está, página X, parágrafo Y... sempre que o seu marido começar a disparatar não fuja para a cozinha, que há lá facas e outras coisas perigosas, nem para o quarto dos fundos, venha antes para a rua. Tenha sempre uma janela aberta; se a porta estiver trancada, sempre pode tentar sair por ali... isto se morar num rés-do-chão, evidentemente, não queremos que se magoe nem que se arme em mulher-aranha, não é verdade? E não se esqueça de trazer as chaves, claro. E moedas para o telefone, para nos poder chamar, se não houver esquadra por perto. De preferência traga também os documentos, caso esteja a pensar não voltar a casa. O ideal mesmo é ter uma malinha preparada com uma muda de roupa, sempre é mais seguro... Já se sente melhor? Então vamos lá agora ao capítulo que ensina a "minimizar e neutralizar situações de conflito"... Está a perceber o que lhe estou a dizer? Se não estiver, diga, que nós estamos aqui para a ajudar...».

Bebido o chá, acalmados os ânimos, terminada a leitura, a vítima voltará para casa, à falta de alternativa, com muitos conselhos e uma recomendação:

«para a próxima vez que o seu marido lhe bater, não se esqueça de arranjar uma testemunha, está bem? Por causa da queixa...».

■ Anabela Fino

Mais de 50 mil assinaturas  
contra aumento de telefones

A Comissão de Utentes contra a Taxa de Activação nos Telefones entregou, terça-feira, na Assembleia da República, uma petição com mais de 50 mil assinaturas. Recolha de assinaturas que irá prosseguir.

No acto de entrega das assinaturas, a Comissão recebeu garantias, por parte do presidente da AR, de que o documento irá ser apreciado com "a maior brevidade possível".

A Comissão também vai pedir ao ministro do Equipamento "uma intervenção rápida para travar o processo", nomeadamente a inclusão da taxa de activação nas chamadas, a mais contestada medida introduzida com o novo tarifário.

Segundo o regimento da Assembleia da República, a comissão parlamentar de Economia tem 60 dias (prorrogáveis) para elaborar um relatório sobre a petição, desde a primeira reunião em que o documento for analisado.

Depois da petição ser declarada conforme aos preceitos da lei, caberá à conferência de líderes parlamenta-

res decidir a data do seu agendamento para ser discutida no plenário da Assembleia da República.

Em comunicado divulgado em véspera da entrega da petição na AR, sublinha-se

que "muitos têm sido os utentes da rede fixa de telefones que, em diversos pontos do país, apoiam este protesto nacional, solicitando o texto da petição e manifestando, não só o desejo de colaborar, mas também de promover iniciativas locais".

O texto acrescenta que, depois do apoio manifestado a este protesto pelas forças políticas representadas na Assem-

bleia Municipal de Lisboa, também as autarquias de Vila Nova da Barquinha, Coruche, Cascais, Alpiarça, Braga, Vila Nova de Famalicão e Mirandela já expressaram a sua solidariedade com esta luta.

Está prevista a entrega de um segundo conjunto de assinaturas à Assembleia da República no dia em que o assunto for discutido em plenário.



Entrega da petição na Assembleia da República

SODIA  
Protesto em Setúbal

Os trabalhadores da SODIA (Sociedade de Desenvolvimento da Indústria Automóvel), antiga Fábrica da Renault em Setúbal, realizaram ontem uma sessão pública em forma de plenário, em Setúbal, com o

objectivo de protestar contra a decisão do governo de encerrar a fábrica.

Em recente comunicado de imprensa, a União dos Sindicatos de Setúbal denuncia os sucessivos bluff do governo em

torno de um processo que poderá levar ao desemprego mais umas centenas de trabalhadores, "a acrescentar aos 44.500 trabalhadores sem emprego no distrito de Setúbal (13,8% da população activa)".

Ao longo de dois anos de "falsas promessas de alternativas de produção e de emprego" - sublinha o comunicado - o governo foi incapaz de encontrar uma solução que "permitisse a continuidade de laboração e ocupação dos trabalhadores, tal como prometera para justificar, quer a desistência do processo contencioso encetado pelo governo anterior quer o acordo com a Renault, feito para vigorar de 1 de Setembro de 96 a 31 de Julho de 98 e que previa a constituição da SODIA para produzir o Clio a vender à Renault".

Neste momento, e apesar de continuar a dizer que anda à procura de possíveis investidores interessados, tudo indica que as alternativas para os trabalhadores são "a indemnização pela rescisão do contrato, a tentativa de colocação noutras fábricas, o apoio à criação de micro-empresas ou a criação de um centro de investigação para a indústria automóvel".

Face a esta situação, a União dos Sindicatos de Setúbal manifesta a sua solidariedade com os trabalhadores da SODIA e exorta-os a continuar a luta activa em defesa do emprego.

Cabos Ávila  
Trabalhadores mantêm  
piquete permanente

Os trabalhadores da empresa Cabos Ávila decidiram manter um piquete permanente nas instalações para salvaguardar o património fabril. A decisão foi tomada pelos trabalhadores, em plenário realizado segunda-feira, na empresa.

O governo, como principal credor, vai ser solicitado a utilizar todos os meios ao seu alcance para ajudar a família proprietária da empresa a normalizar a situação laboral.

Os trabalhadores deliberaram pedir à família Ávila que nomeie um representante que assegure a gestão.

A anterior gerente, Teresa Ávila, foi suspensa das suas funções na sequência de uma decisão do tribunal, que considerou procedente uma providência cautelar interposta por uma tia gerente.

Uma suspensão face à qual tentou introduzir na empresa

peçoas da sua confiança, para assegurar o seu poder, o que os trabalhadores decidiram impedir, mantendo-se nas instalações.

A Cabos Ávila, paralisada desde 2 de Dezembro, tem

actualmente 230 trabalhadores com salários em atraso desde Novembro, estimando-se que cada assalariado da empresa tenha a haver, em média, cerca de quinhentos contos.

Sindicatos  
desconvocam  
greve de enfermeiros

A Comissão Negociadora Sindical dos Enfermeiros (CNESE) decidiu, após reunião negocial com o Ministério da Saúde, desconvocar a greve nacional dos enfermeiros marcada para os dias 12 e 13 de Março.

Uma decisão que resulta da consideração dos ganhos obtidos, nomeadamente no que diz

respeito à revalorização indicária registada em todas as categorias da carreira de enfermagem, ainda que discordando do período excessivamente longo do faseamento.

A luta que os enfermeiros têm vindo a travar prende-se com duas questões fundamentais: a grelha salarial e o faseamento do seu pagamento.

